



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA E LITERATURAS

Título: Contributos para a caracterização do português de Angola: clíticos em contraste com o PE e o PB

Nome do Mestrando: Nelson Víctor Muhongo Soquessa

Orientação: Maria Filomena Gonçalves

Mestrado em Línguas e Linguística

Área de especialização: *Ciências da Linguagem*

Dissertação para a obtenção do grau de Mestre.

Évora, Ano 2017



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA E LITERATURAS

Título: Contributos para a caracterização do português de Angola: clíticos em contraste com o PE e o PB

Nome do Mestrando: Nelson Víctor Muhongo Soquessa

Orientação: Maria Filomena Gonçalves

Mestrado em Línguas e Linguística

Área de especialização: *Ciências da Linguagem*

Dissertação para a obtenção do grau de Mestre.

Évora, Ano 2017

Dedicatória

Às pessoas mais importantes da minha vida,
pais, esposa e filhos;

À memória da minha irmã Yana,
o livro de contos “Guardei as Lágrimas no Bolso”,
da autora Ana Meireles, levaste-o, propositadamente;

À memória dos meus tios que se foram durante o meu mestrado:
Morais Soquessa e Juliana Soquessa;

A todos os investigadores do Português em África
e, particularmente, em Angola.

Agradecimentos

A conclusão de um curso é sempre motivo de satisfação, quer da parte de quem a conclui quer daqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para que tudo fosse possível.

Para mim, são muitas as pessoas ou entidades a quem gostaria de endereçar os meus sinceros agradecimentos. Em primeiro lugar, e não podia ser diferente, agradeço a Deus, por me ter dado saúde e as forças necessárias para vencer as dificuldades enfrentadas nesta caminhada, sobretudo nos primeiros seis meses de adaptação em Portugal.

Um especial agradecimento é dedicado à minha amada esposa Miquelina, não só pelas vezes que não pude estar ao teu lado mas pelos incentivos e palavras de conforto que me dirigiste nos momentos difíceis deste percurso.

Muito agradeço aos meus pais, Víctor Soquessa e Luzia Paciência, que sempre me disseram: “a formação tem raízes amargas, mas os seus frutos são doces”.

Aos meus irmãos Raimundo, Feta, Gia, Vitinho. À Isa, ao Kuzediwa e ao Gail (meus filhos) também endereço os meus agradecimentos, pelas vezes que não pude estar ao vosso lado.

Palavras são poucas para exprimir a minha gratidão à Professora Doutora Maria Filomena Gonçalves, não só por ser a minha orientadora mas sobretudo por ser uma pessoa afável, dedicada, encorajadora e pela disponibilidade de materiais bibliográficos difíceis de conseguir no momento em que se iniciou a redação desta dissertação. A sua capacidade e seriedade, demonstrada desde o meu primeiro dia de aulas no Seminário de “Variação e Mudança Linguísticas”, motivaram-me bastante para trabalhar com a Doutora.

De igual modo, aproveito para agradecer à Professora Doutora Helena Cameron, do Instituto Superior Politécnico de Portalegre, pelo auxílio nas ferramentas de análise de *corpora*. Os cursos que administrou serviram bastante para o meu trabalho e para o domínio em matérias de análise em *corpora*.

Não podia deixar de agradecer à Professora Doutora Teresa Costa, pelos incentivos. De igual modo, aproveito para estender os meus agradecimentos aos doutores Afonso Miguel, Francisco da Paixão Gomes, Amadeu Barros e Garcia Neto (Mwamba).

À doutora Paula Henriques e aos meus colegas do Projeto no qual esta dissertação está inserida, em especial ao David, Mateus, Matias, Araújo, Sérgio, Gody e Indira, os meus agradecimentos pelo companheirismo e amizade.

Aos Mestres Scoth Kambol e André Mateus (Kikas), os meus agradecimentos pela amizade e partilhas de conhecimento, desde 2010.

Os meus agradecimentos são também extensivos ao André, Nerhu, Beto, ao Mestre Tchamba, ao Senhor Padre Mateus Bartolomeu Muhongo e a todos os amigos conhecidos em Évora.

A todos os meus familiares, em especial aos engenheiros Caputo Lemos, Afonso Ngunza, Otchail e ao Kassoma, os meus agradecimentos. De igual modo, estendo os meus agradecimentos aos meus sogros e cunhados, assim como aos meus amigos Acrísio, Camalandua, Guildes, Ivo e Adão.

Finalmente, os meus agradecimentos são dirigidos para o **Instituto Nacional de Atribuição e Gestão de Bolsas de Estudos** (INAGBE), por se responsabilizar pela minha estada em Portugal e pelo pagamento de propinas deste Mestrado.

Resumo

A presente dissertação tem como principal objetivo estudar os clíticos do Português de Angola em comparação com os do Português Europeu e do Português Brasileiro, com vista à caracterização da Variedade do Português de Angola. O estudo baseou-se num conjunto de textos de opinião retirados dos Jornais de Angola, Público e Globo, textos esses produzidos por redatores cuja linguagem é mais formal do que a linguagem de informantes de textos orais que tem servido para descrever o vernáculo angolano.

Em Angola, verificam-se tendências particulares nos padrões de colocação de clíticos: a modalidade oral apresenta critérios de colocação que se aproximam dos critérios do Português Brasileiro, ao passo que a modalidade escrita formal segue as tendências consolidadas no Português Europeu. Nesta dissertação procurou-se verificar este último aspeto a partir de um *corpus* constituído para o efeito.

Palavras-chave

Clíticos, Português de Angola, Português Europeu, Português do Brasil.

Abstract

Contributions to the Characterization of Angolan Portuguese (AP): Use of Clitics in AP as They Compare to Usage in European Portuguese (EP) and Brazilian Portuguese (BP)

The main goal of this dissertation is to study Portuguese clitics in Angolan Portuguese versus those in European and Brazilian Portuguese as a way to contribute to the characterization of the Angolan variant of Portuguese. This study was based on the analysis of a set of editorial articles gathered from local Angolan newspapers—i.e., *Público* and *Globo*—written by journalists whose language is more formal than the vernacular of the individuals whose speech samples were used to analyze the spoken, more relaxed Angolan Portuguese.

In Angola, particular trends are observed in clitics placement patterns: in spoken, more relaxed Angolan Portuguese, the criteria for placing clitics are closer to those of Brazilian Portuguese, whereas in formal, written Angolan Portuguese the criteria follow the patterns of European Portuguese. In this dissertation, I sought to verify this last aspect from a corpus generated specifically for this purpose.

Keywords

Clitics, Angolan Portuguese, European Portuguese, Brazilian Portuguese.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I: PORTUGUÊS, LÍNGUA PLURICÊNTRICA	7
1. Situação e estatuto do Português no mundo.....	7
2. Variedades do Português.....	12
2.1. Português Europeu	13
2.2. Português do Brasil	14
3. O português em Angola	15
3.1. Estatuto do Português e revisão de conceitos	19
CAPÍTULO II: REVISÃO DA LITERATURA E METODOLOGIA	22
1. Questões teóricas	22
1.1. Teorias sobre os clíticos.....	22
2. Os pronomes pessoais átonos ou clíticos: propriedades e distribuição.....	27
2.1. Clíticos no PE	36
2.2. Clíticos no PB	39
2.3. Clíticos no PA: uma norma em elaboração?	42
3. Questões metodológicas.....	44
3.1. Metodologia de Linguística de <i>Corpus</i>	44
3.2. Natureza do <i>corpus</i> e critérios de recolha.....	48
CAPÍTULO III: ANÁLISE DOS DADOS DO <i>CORPUS</i>	53
1. Clíticos no Jornal de Angola.....	54
1.1. Seleção dos clíticos no Jornal de Angola.....	54
1.2. Posição dos clíticos	56
1.2.1. Próclise	57
1.2.2. Ênclise	66
1.2.3. Mesóclise.....	73
2. Seleção dos clíticos no Jornal Globo	74
2.1. Posição dos clíticos	75
2.1.1. Próclise	75
2.1.2. Ênclise	81
2.1.3. Mesóclise.....	85
3. Seleção dos clíticos no Jornal Público	87
3.1. Posição dos clíticos no Jornal Público	88
3.1.1. Próclise	88
3.1.2. Ênclise	98
3.1.3. Mesóclise.....	103

4. Comparação de ocorrências entre os três periódicos	105
4.1. Seleção e posição	105
4.2. Hipóteses de padrões de colocação no PA.....	108
4.3. Para uma caracterização do Português de Angola	110
CONCLUSÃO	111
BIBLIOGRAFIA.....	113

ÍNDICE DE GRÁFICOS

O gráfico 1: Gráfico nosso. Valores numéricos dos condicionadores da próclise no corpus do Jornal de Angola.....	66
Gráfico 2: Gráfico nosso. Contextos de ocorrências do clítico se na posição pós-verbal no Jornal de Angola.....	72
Gráfico 3: Gráfico nosso. Informações percentuais sobre a posição dos clíticos no Jornal de Angola.....	73
Gráfico 4: Gráfico nosso. Ocorrência do clítico se no Jornal Globo.....	83
Gráfico 5: Gráfico nosso. Informações percentuais sobre a posição dos clíticos no Jornal Globo.....	85
Gráfico 6: Gráfico nosso. Informações sobre os valores percentuais do clítico se em frases raiz, infinitivas, coordenadas, gerundivas e interrogativas nos textos do Jornal Público.....	101
Gráfico 7: Gráfico nosso. Valores percentuais de ocorrências dos clíticos, distribuídos nas posições de ênclise, próclise e mesóclise.....	103
Gráfico 8: Valor percentual de clíticos em cada periódico.....	105

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Classificação dos pronomes pessoais reto e oblíquos na gramática tradicional, segundo a visão de Bechara (2003).....	28
Tabela 2. Tabela 2: Apresentação das Funções dos pronomes pessoais átonos ou clíticos (nossa tabela).....	29
Tabela 3: Pronomes correspondentes aos pronomes pessoais sujeitos. Tabela retirada de Jordão (2007: 9).....	29
Tabela 4: Distribuição dos pronomes pessoais átonos ou clíticos, segundo Mateus (2003:827).....	30
Tabela 5: Contrações pronominais do português (nossa tabela).....	31
Tabela 6: Atualização do sistema pronominal do PB contemporâneo. Tabela retirada de Castilho (2010: 477).....	40
Tabela 7: Proposta nossa. Distribuição dos clíticos pronominais da Variedade Angolana do Português.....	44
Tabela 8: Tabela nossa. Ocorrência do clítico lhe no corpus do Jornal de Angola.....	59
Tabela 9: Tabela nossa. Ocorrência do clítico “o” no corpus do Jornal de Angola.....	61
Tabela 10: Tabela nossa. Ocorrência do clítico “os” no corpus do Jornal de Angola.....	62
Tabela 11: Tabela nossa. Ocorrências do clítico me na ênclise no Jornal de Angola.....	67
Tabela 12: Tabela nossa. Ocorrências do clítico lhe no Jornal de Angola.....	67
Tabela 13: Tabela nossa. Ocorrências do clítico nos no Jornal de Angola.....	69
Tabela 14: Tabela nossa. Quadro sinóptico sobre a ocorrência dos clíticos no Jornal de Angola.....	72
Tabela 15: Tabela nossa. Atratores e contextos de ocorrências do clítico os em próclise.....	77
Tabela 16: Tabela nossa. Ocorrências do clítico se na próclise sem condicionadores.....	78
Tabela 17: Tabela nossa. Ocorrências do clítico o no Jornal Globo.....	81
Tabela 18: Tabela nossa. Ocorrência dos clíticos acusativos (lo, la, los e las).....	81
Tabela 19: Tabela nossa: ocorrência dos clíticos no Jornal Globo.....	85

Tabela 20: Tabela nossa. Os atratores do clítico me na próclise no Jornal Público.....	87
Tabela 21: Tabela nossa. Ocorrência do “dativo” lhes no Jornal Público.....	89
Tabela 22: Tabela nossa. Contextos de ocorrências do acusativo o no Jornal Público.....	91
Tabela 23: Tabela nossa. Condicionadores do clítico se na posição de próclise, nos textos do Público.....	95
Tabela 24: Tabela nossa. Ocorrência do clítico me na ênclise, nos textos do Público.....	96
Tabela 25: Tabela nossa Ocorrências do clítico lhe na ênclise no Jornal Público.....	97
Tabela 26: Tabela nossa. Contextos dos clíticos lo, la, los e las no Jornal Público.....	98
Tabela 27: Tabela nossa. Contextos de ocorrências do clítico nos no Jornal Público.....	99
Tabela 28: Tabela nossa. Ocorrências dos clíticos no Jornal Público.....	102
Tabela 29: Tabela nossa. Valor total de ocorrência dos clíticos nos três periódicos.....	103
Tabela 30: Tabela nossa. Posição dos clíticos nos três periódicos, quanto à posição.....	104
Tabela 31: Tabela nossa. Valor total em cada periódico.....	104

Anexo em CD

INTRODUÇÃO

Esta dissertação de Mestrado em **Línguas e Linguística: Tradução e Ciências da Linguagem**, enquadrada no ramo das **Ciências da Linguagem**, visa estudar os clíticos pronominais do Português de Angola (PA) em contraste com os clíticos do Português Europeu (PE) e do Português do Brasil (PB).

Dada a complexidade dos clíticos no português, esta dissertação apenas se concentra na análise dos clíticos pronominais, também designados “clíticos especiais”, segundo a terminologia usada por Mateus *et. al.* (2003:828) e que são concebidos como sendo “palavras sem acento prosódico próprio e normalmente dependente de palavras vizinhas”, como considerou Martins (2013:2231). Assim sendo, as demais palavras clíticas, como artigos, preposições, pronomes e conjunções, não fazem parte dos objetivos dessa investigação.

Os clíticos estudados nesta proposta de caracterização do Português de Angola são os seguintes: *me, te, se, nos, vos, vo, lhe, lhes, a, o, as, os* e respectivas contrações com preposições. A análise destes elementos basear-se-á num conjunto de textos escritos, de natureza jornalística, produzidos em espaços lusófonos diferentes (Angola, Portugal e Brasil), em contexto de comunicação formal.

No tocante à estrutura, o trabalho encontra-se dividido em três capítulos. O primeiro designa-se “Português, língua pluricêntrica”, capítulo que surge da necessidade de se levar em conta a atual geografia da língua portuguesa e os fatores que estiveram (e ainda estão) na base da sua atual posição no contexto das línguas internacionais. Ainda neste capítulo, referir-se-á o estatuto do português em Portugal, Brasil, Angola e em outras paragens, por ser uma língua transnacional. Por outro lado, também se fará referência à descrição das características que distanciam ou aproximam as três variedades em comparação.

Em segundo lugar, encontra-se o capítulo intitulado “Revisão da literatura e metodologia”. Dada a sua importância, esse capítulo encontra-se subdividido em dois pontos principais: (1) “questões teóricas” e (2) “questões metodológicas”.

No ponto (1) deste segundo capítulo fez-se uma abordagem teórica, de forma a compreender-se o estado atual da questão dos clíticos e do processo de “cliticização” no português contemporâneo.

Por se tratar de um estudo comparativo, reviram-se, ainda neste ponto, as particularidades sobre os clíticos em cada variedade nacional, realçando os principais

autores de referência para este tema. Nesta perspectiva, serviram de base as contribuições de autores portugueses como Mateus *et al.* (2005) e Martins (2013); brasileiros, como Pereira (2006) e Castilho (2011); moçambicanos, como Mapasse (2005) e César (2014) e angolanos, como Nzau (2013) e Miguel (2003). Ainda neste ponto do trabalho, apresentou-se a classificação dos clíticos do PE e do PB, bem como os critérios para essa caracterização com base nas contribuições de Mateus *et al.* (2005) e de Pereira (2006).

Reconhecendo haver insuficiências no tocante aos estudos sobre os clíticos em Angola, esta parte teórica termina com uma proposta de classificação dos clíticos nesta variedade.

O ponto (2) do capítulo apresenta os aspectos metodológicos usados para a concretização dos objetivos preconizados. Optou-se pela metodologia de Linguística de *Corpus*, uma área específica na coleção de dados a partir de computador. Nesta parte constam todas as informações relativas ao *corpus*, aos critérios de recolha, tratamento e análise, assim como o programa de computador escolhido para a análise de dados do *corpus*.

O terceiro capítulo, denominado “Análise dos dados do *corpus*”, tem como objetivo descrever os resultados das ocorrências dos clíticos pronominais nos textos dos Jornais de Angola, Globo e Público. Pelo facto de a atenção estar orientada para o Português de Angola, iniciou-se o capítulo apresentando os valores do Jornal de Angola.

A análise dos dados centrou-se em dois aspectos fundamentais: (i) verificar a seleção dos clíticos nos referidos periódicos e (ii) ver a posição que esses clíticos ocupam no enunciado em relação ao “hospedeiro”.

Em síntese, pode dizer-se que, a partir de um *corpus*, esta dissertação pretende atualizar o conhecimento sobre o sistema de clíticos do Português de Angola, comparando-o com o quadro pronominal do PE e do PB, contribuindo, assim, para a caracterização do Português angolano, especialmente no português escrito em Angola.

Justificação do tema

Subordinada ao tema “Contributos para a Caracterização do Português de Angola: clíticos em contraste com o PE e o PB ‘’, a presente dissertação enquadra-se no Projeto Interministerial para a Ratificação do Acordo Ortográfico de 1990, bem como na necessidade de elaboração do Vocabulário Ortográfico Nacional (VON), sob orientação do Ministério da Educação da República de Angola.

Como se sabe, atualmente, existem duas normas – o Português Europeu e o Português do Brasil/Brasileiro – caracterizadas, em síntese, por terem diferentes colocações de pronomes pessoais de complementos (Mateus, 2003: 47-48), mas também por apresentarem tipologias pronominais diferenciadas (Pereira, 2006: 20-48), apesar de partilharem propriedades de classificação dos clíticos. Nestas duas normas nacionais (Mateus, 2004: 26), podem verificar-se claramente divergências na seleção e no emprego dos clíticos: enquanto no Português Brasileiro há maior predominância de próclise, no Português Europeu a posição canónica é a ênclise. Por outro lado, o Português Europeu ainda conserva a posição mesoclítica, não verificada no Português Brasileiro, a não ser na linguagem de falantes com uma certa influência do Português Europeu.

Desde a chegada dos portugueses à foz do rio Zaire, durante o processo de Expansão Ultramarina Portuguesa (Cambuta, 2014), a língua portuguesa, ao entrar em contacto com as línguas angolanas, primeiro com as do litoral e, mais tarde, a partir de 1885, com as do resto do país (Endruschat e Schmidt-Radefeldt, 2015), começou a conhecer uma nova realidade que, na perspectiva do colonizador, de maneira negativa, costumava ser designada como “pretoquês” e que, hoje, se conhece como “Variedade do Português de Angola” (Nzau, 2013: 162).

Esta variedade, no campo sintático, assim como noutros (lexical, morfológico, semântico, pragmático e fonético-fonológico), manifesta divergência relativamente à Norma do Português Europeu, quer na modalidade escrita quer na oral, o que torna interessante estudar os clíticos a partir de um *corpus* jornalístico.

Ora, estando em formação a norma do vernáculo angolano, importa averiguar em que medida a norma angolana tenderá a acompanhar os padrões europeus ou, pelo contrário, tenderá a seguir as tendências consolidadas no Português Brasileiro.

Tal objetivo, nesta dissertação foi constituído e analisado um *corpus* composto por textos jornalísticos angolanos para serem confrontados com textos jornalísticos

portugueses e brasileiros. Além de se visar contribuir para o conhecimento e a caracterização do Português em Angola, objetivo primordial da dissertação, com ela procura-se igualmente colmatar lacunas ainda existentes no país na área dos estudos linguísticos. Com efeito, muitos trabalhos descritivos dos clíticos no PA concentram-se na oralidade e em textos de alunos em contextos de sala de aula, como são os casos de Miguel (2003), Nzau (2013), Adriano (2014), entre outros, o que, por si só, motivou o interesse pelo estudo dos clíticos num *corpus* escrito do PA cujas características fossem distintas das dos *corpora* analisados por outros investigadores.

Esta dissertação envolve, pois, uma metodologia de Linguística de *Corpus*, uma vez que a análise assenta em *corpora* que se constituíram para o efeito, e que são analisados automaticamente, por forma a obter-se uma comparação fiável dos dados do PE, do PB e do PA. Para tal, foram escolhidos os Jornais de Angola, Público (Portugal) e Globo (Brasil) que forneceram os textos a serem incluídos no *corpus* deste trabalho, com o propósito de se identificar o padrão de colocação dos clíticos nos textos jornalísticos angolanos.

Finalmente, embora o texto jornalístico reflita, em Angola, uma modalidade cuidada da língua, visto ser escrito por indivíduos escolarizados e possivelmente influenciados pela norma europeia, também é verdade que esse género textual faz aproximações à língua quotidiana, motivo por que importa averiguar se esse género, não obstante ser mais formal e elaborado, reflete padrões de colocação dos clíticos que seriam próprios da oralidade. Interessa, pois, o texto jornalístico como material escrito que, pela sua natureza, pode aproximar-se da língua oral. E é justamente isto que se procura averiguar nesta dissertação: os textos jornalísticos revelam a norma europeia ou revelam (e em que medida) também as tendências em curso na norma angolana? Quais são essas tendências? Estas são as perguntas/ hipóteses que presidem a este trabalho.

Com efeito, há autores – veja-se Nzau (2013: 173) – que consideram que os clíticos do PA se aproximam cada vez mais do padrão de colocação do PB. A pergunta que se coloca, igualmente, é a seguinte: refletem os textos jornalísticos essa tendência ou ela manifesta-se sobretudo na oralidade?

Objetivos e hipóteses de trabalho

Esta dissertação de mestrado tem como objetivo analisar as ocorrências (seleção e colocação) dos pronomes pessoais clíticos na imprensa escrita angolana em comparação com o PE e o PB, com vista a caracterização do Português de Angola.

Por outro lado, pretende comprovar-se a existência de divergências ou convergência no emprego dos clíticos no PA (seleção e posição) em relação aos clíticos do PE e PB, para, finalmente, serem propostos critérios para a sua caracterização.

A partir da análise dos textos do Jornal de Angola, procedeu-se à elaboração das seguintes hipóteses de trabalho:

- (i) nos textos jornalísticos angolanos, o uso dos pronomes clíticos coincide com o padrão do português europeu e, sendo assim, não se verificam, no *corpus*, muitas divergências;
- (ii) apesar de na oralidade existir maior predominância da próclise, nos textos jornalísticos angolanos a posição normal do clítico é a ênclise, a menos que na frase haja proclisador;
- (iii) apesar de os textos analisados refletirem, no tocante à posição dos clíticos, a norma do PE, ainda assim é possível verificar “desvios” em relação a essa norma;
- (iv) nos textos jornalísticos angolanos também se detetam casos de coincidência com a colocação do clítico no PB.

A confirmação ou infirmação destas hipóteses resultará da análise comparativa dos dados do *corpus*, possibilitando uma tentativa de resposta às perguntas seguintes:

1. Existe um vernáculo angolano no referente aos clíticos?
2. Como se caracteriza o vernáculo angolano e a norma em formação?

Resultados previstos

Com esta dissertação espera-se trazer novas contribuições para a caracterização do “Vernáculo do Português de Angola” (Nzau, 2013) ou, simplesmente, o “Angolano”, como prefere Mingas (2000), pelo menos no tocante à sua modalidade escrita e formal.

CAPÍTULO I
PORTUGUÊS, LÍNGUA PLURICÊNTRICA

CAPÍTULO I: PORTUGUÊS, LÍNGUA PLURICÊNTRICA

1. Situação e estatuto do Português no mundo

Falar da situação e do estatuto do português no mundo, enquanto língua internacional e transnacional, presente em quatro continentes (Europa, América, África e Ásia), requer uma breve reflexão à volta dos factos históricos que estiveram na base desta situação geolinguística e, também, do papel que esta língua representa atualmente no contexto das relações internacionais.

No que concerne às condições e circunstâncias históricas que implicam a atual geografia da língua portuguesa, importa salientar que a Expansão Ultramarina, embora tivesse, no princípio, uma motivação económica, política, militar e religiosa, acabou por desempenhar um papel decisivo no desenvolvimento de territórios de vários continentes, com destaque para o africano. Por isso, segundo Cambuta (2014: 16), bem se pode afirmar que o século XV, quando se inicia este processo expansionista, foi fundamental para a construção de um mundo novo:

o século XV foi determinante para aquilo que podíamos chamar de *globalização* da época. A saída de Portugal e dos outros países europeus para fora das fronteiras do continente velho abriu um novo horizonte no olhar a história política, social, linguística e até mesmo religiosa.

Com efeito, de acordo com Filusová (2012: 8), a Expansão possibilitou não só o contacto entre os povos que não se conheciam mas também entre línguas distintas, ao mesmo tempo que levou a que o português, língua antes falada apenas no território peninsular, alcançasse uma geografia descontínua como a que tem nos nossos dias.

De acordo com Ivo Castro (2006: 74), a língua portuguesa, que já antes conhecera um ciclo de expansão em território peninsular, pois avançara, a partir da área galego-portuguesa, para sul, conquista um espaço nacional, sendo agora levada para fora da Península Ibérica, rumo a outros continentes. Este processo de expansão que acabaria por ter como resultado, na atualidade, uma língua pluricêntrica.

Linguistas como Soares da Silva (2011) e Diana Santos (2016: 3) sustentam que o português é uma língua pluricêntrica, no sentido em que tem vários centros e, daí, aceitando a metáfora da *cidade/polis*, várias periferias. Este conceito tem vindo a ser aplicado ao português por vários autores, a saber: Lopes (2002); Battoréo e Casadinho (2009); Ponso (2010) e, sobretudo, Soares da Silva (2011).

O português é a língua materna maioritária em Portugal, existindo igualmente uma língua minoritária – o mirandês (“lhengua mirandesa”) – fruto do povoamento medieval feito a partir da vizinha área astur-leonesa, e que, em 1998, foi reconhecido na Constituição Portuguesa como língua autóctone da região de Miranda de Douro e de algumas aldeias de Trás-os-Montes.

No Brasil é também a língua da maioria da população, à exceção de cerca de 350.000 membros de grupos populacionais ameríndios que falam línguas ameríndias (Endruschat e Schmidt-Radefeldt, 2015: 14).

Note-se que no Brasil a variação dialetal é menos marcante do que a variação social que é muito demarcada no plano morfossintático, lexical e fonético-fonológico, conforme salienta Castro (2006: 47):

hoje, no Brasil, as diferenças na maneira de falar são maiores, num determinado lugar, entre um homem culto e o seu vizinho analfabeto que entre dois brasileiros do mesmo nível cultural originário de duas regiões distintas uma da outra. (...). Por esta razão, neste território, separam-se “as variantes mais cultas do *falar errado*.”

Por outro lado, além de o português ser a língua materna maioritária em Portugal e no Brasil, também é língua oficial nos países africanos de expressão portuguesa (Cabo Verde, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique). Porém, antes da descolonização em 1975, nestes territórios o português era uma língua minoritária, falada essencialmente por brancos que habitavam nos principais centros urbanos, já que as populações nativas tinham várias línguas maternas africanas (Angola e Moçambique). Esta situação foi mudando à medida que os colonizadores começaram a atingir o interior dos territórios colonizados, alargando-se, assim, o número de falantes de português.

Com base em Gonçalves (2013: 159), pode perceber-se que tudo isso só foi possível graças a uma política educacional para as colónias portuguesas, através da qual foi desencadeada a difusão sistemática do português, facto que só ocorreu em 1930, em que foi adotado o modelo *assimilacionista* francês, segundo o qual a língua dos colonizadores deveria ser a única língua de contacto no ensino e o instrumento que propiciava a assimilação cultural.

Depois da independência, os novos países adotaram o português como língua oficial porque, dada a situação de multilinguismo de alguns deles e da impossibilidade de se escolher uma só língua nativa como língua oficial, conferindo-lhe um estatuto superior ao das demais, assim garantiam não só o entendimento entre indivíduos de

diferentes tribos como asseguravam as suas relações com o exterior e o recurso a uma língua com longa tradição escrita e prestígio internacional. Por esta razão, Ganhão (1979, *apud* Gonçalves (2013: 157) entende que, para estes países plurilingues, se justifica a escolha do português como oficial dada as suas potencialidades operacionais, que garantiam a unidade nacional e permitiam, de forma mais eficaz do que as línguas locais, assim como a comunicação internacional e a transmissão do conhecimento científico. Perceber-se que nestes novos países, o português constitui o principal veículo de comunicação na administração pública, no ensino formal e nos meios de comunicação social, sendo ainda a língua preferida pela quase totalidade dos escritores.

Na perspectiva de Gonçalves (2013: 160), compreende-se que, mesmo na época das independências, se tenha assistido a um importante processo de difusão e valorização do português, tanto em Angola como em Moçambique, sendo que a associação desta língua à ideia de prestígio e de ascensão social não só não desaparece após a independência como até, pelo contrário, foi reforçada.

Esta opção pela divulgação da língua portuguesa, em detrimento das línguas nativas, segundo afirma Lopes (2002: 24), tem a ver com o papel que o português ostenta na vida política, social e económica, pois, reforça o autor, o português e em cada um dos cinco estados africanos é uma língua que permite o acesso a diferentes escalões do poder e à elite, incluindo, especialmente, a elite dirigente. Com efeito, a proficiência nesta língua constitui uma verdadeira marca de pertença à elite que, embora muito pequena em termos numéricos, detém o poder político, o mais elevado estatuto sócio-económico, acesso facilitado a uma melhor educação e a laços privilegiados com o estrangeiro.

Além de ser falado nos países onde é língua materna (Portugal e Brasil) e nos países africanos designados PALOP (Cabo Verde, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe Angola e Moçambique), também é língua oficial de Timor Leste, a par do tétum, sendo igualmente uma das línguas oficiais de Macau ao lado do cantonês.

Hodiernamente, o português é língua de comunicação de grupos herdeiros de tradição portuguesa em muitos outros lugares, como por exemplo, em Singapura, em Macau, em Goa, em Damão, Dio e no Sri-Lanka (Ponso, 2010: 148, *in* Cambuta (2014:14-15), facto que confirma que a língua portuguesa está entre as línguas mais faladas no mundo, sendo a terceira língua europeia, depois do inglês e do espanhol,

com maior número de falantes e a segunda língua românica mais falada, depois do espanhol, (Endruschat e Schmidt-Radefeldt, 2015: 13).

Os dados numéricos demonstram que os estudos apresentados por Endruschat e Schmidt-Radefeldt (2015: 13) estimam, para a língua portuguesa, 210 milhões de falantes, pertencendo, assim, às seis línguas mais faladas do mundo, depois do chinês, espanhol, inglês, bengali e do hindi. Porém, as pesquisas de Segura (2013: 71) estimam, para o português, 230 milhões de falantes, das quais só cerca de 10 milhões e meio são portugueses residentes em Portugal.

Aceitando o facto de que a estatística como uma ciência pode apresentar resultados muito variáveis, Silva (2015: 25) admite, para o português, um número de 170 milhões de falantes, número que, para o autor, remontam a 1999 e que tomam em consideração apenas falantes nativos. Todavia, estes números não são partilhados por Faraco (2016: 361), que estima cerca de 240 milhões de falantes da língua portuguesa, embora também considere falantes não-nativos do português.

Em função dos dados numéricos acima mencionados, nota-se uma oscilação quando se questiona o lugar que o português ocupa na classificação das línguas mais faladas no mundo: uns afirmam que o português ocupa o sexto lugar (Segura, 2013; Silva, 2015; Endruschat e Schmidt-Radefeldt, 2015), ao passo que outros afirmam que o português é a quinta língua mais falada no mundo (Mateus, 2014).

Apesar destas variações numéricas, a verdade é que o português é uma das línguas mais faladas no mundo e está presente em quase todos os continentes. É, pois, por esta razão que Cambuta (2014: 15) considera que:

nos dias de hoje, a língua de Camões atingiu grandes dimensões, em termos de expansão e, em relação ao seu estatuto nos países em que ela é língua nacional ou oficial e noutros onde é somente língua de comunicação, tem conhecido um grande desafio.

Para um estatuto melhor do que aquele que o português ostenta a nível internacional, temos de reconhecer que todos os países cuja língua nacional ou oficial é o português devem empenhar-se na criação de políticas que visem o ensino e a divulgação do português, quer no interior dos países, no caso dos países africanos de língua oficial portuguesa, quer fora das suas fronteiras. Mas isso só será possível se os países africanos de língua portuguesa, a par das suas línguas nativas, assumirem que também são proprietários da língua portuguesa, como sustentou Silva (2015: 29-30).

No caso dos países africanos com grande complexidade linguística devido ao multilinguismo, como é o caso de Angola e Moçambique, por exemplo, qualquer uma política de valorização da língua portuguesa, tendo em vista a ampliar a sua presença no interior desses países, deve encarar o português como língua materna e como língua segunda.

Assim sendo, o interesse destes países africanos pela promoção da língua portuguesa passa pela tomada de consciência de que a massificação do português no interior dos seus países não retira o valor das suas línguas nativas ou locais, como deixou claro o escritor moçambicano Mia Couto, *apud* Faraco (2016: 361):

a maior parte dos africanos ama as suas outras línguas maternas e esperava (e ainda espera) que esses idiomas não sejam votados ao esquecimento ou arrumados naquilo que se chama o património tradicional.

A partir do acima exposto, poderá concluir-se claramente que a língua portuguesa, mesmo nos tempos atuais, continua a enfrentar a dissonância que tem impedido os dois únicos países onde essa língua é hegemónica de fazer convergir ações de divulgação da língua, já que, segundo Faraco (2016: 363-364), “esta situação agrava-se mais na medida em que os países africanos até ao momento ainda não encontraram os rumos para ações coletivas e compartilhadas, o que os obrigariam a, num futuro próximo, decidirem entre continuarem com o modelo europeu ou adotarem as tendências consolidadas pelo PB, embora nada lhes impeça em adotarem por uma norma do português distanciadas quer do PE quer do PB”.

Um outro aspecto que tem dificultado a expansão do português tem a ver com a economia dos estados cuja língua nacional ou oficial é o português, pois, como observa Faraco (2016: 364), embora os países africanos possuam muitos recursos minerais, o que facilitaria um investimento na internacionalização da língua portuguesa, são países cujas economias não apresentam estabilidade para o efeito, daí a necessidade de uma ação conjunta, sustentada por Portugal e pelo Brasil, ação que, lamentavelmente, não tem sido levado a cabo.

Silva (2015: 30), por sua vez, sublinhando que foi Portugal que esteve na base da divulgação do português e que sente na língua uma relação de pertença, de amor e de identidade cultural, considerou o seguinte:

cabe a este Estado participar numa política transnacional da língua portuguesa com a consciência, sem esconderijos nem sócios, de que é coproprietário de um bem, de um *thesaurus*, que a sua própria ação

histórica tornou pertencente a uma comunidade de oito países soberanos; sem perder de vista, como aconselham o realismo político, a história e a sociologia das línguas, que a importância, o prestígio, a força e a difusão de uma língua dependem fundamentalmente da dimensão demográfica, do peso geopolítico, do desenvolvimento económico e do dinamismo cultural, científico e tecnológico dos países que a falam e a escrevem.

De igual modo, Silva (2015: 30) apela ainda a uma política transnacional para a língua portuguesa, no âmbito da CPLP, requerendo que Portugal disponha de uma política nacional e de uma política internacional da língua portuguesa, com objetivos bem fundamentados e definidos, com estratégias adequadas e com meios e instrumentos apropriados.

Por outro lado, Faraco (2016: 360) sustenta que “o português, embora seja língua internacional e com grande quantidade de falantes a nível mundial, não tem representatividade forte nas atividades científicas e tecnológicas: é de baixa frequência no comércio internacional e na diplomacia; é pouco traduzida e para a qual pouco se traduz” (Branco, *et. al.* 2012, *apud* Faraco, 2016:360).

2. Variedades do Português

Qualquer língua viva apresenta variação em todos os seus níveis estruturais e está sujeita à mudança. Dito de outro modo, nenhuma língua no mundo é uniforme e permanece estável ao longo da sua história.

Com efeito, tal como considera Faria (2003: 33) “a língua muda ao longo da sua própria história como muda ao longo da vida dos falantes que a utilizam quer como língua materna, quer como língua não materna. Varia de região para região, varia em função do contacto com outras línguas, varia em função das pertenças sociais e culturais dos seus falantes, varia em função das próprias situações em que é utilizada”. Estes dois processos linguísticos – variação e mudança – também ocorrem na língua portuguesa. Assim, o português falado em Portugal apresenta estruturas sintáticas, fonético-fonológicas e lexicais que o distinguem do Português do Brasil ou do português de cada um dos países africanos, assim como também o português dos países africanos varia de país para país e, ainda, a variedade de cada um deles distingue-se quer do PE quer do PB.

2.1. Português Europeu

Conhece-se como português Europeu o português falado em Portugal Continental e nos Arquipélagos da Madeira e dos Açores. Esta variedade, além de ser falada no território português, também foi assimilada nos países africanos de expressão portuguesa, constituindo o modelo a ser seguido nas instituições do Estado, no ensino, na administração e na literatura.

Do contacto entre o português e as línguas africanas faladas nestes países multilingues, a língua portuguesa está a assumir tendências diferentes daquelas consagradas no Padrão Europeu.

Quanto à origem, sabe-se que a língua portuguesa provém do latim vulgar falado no Noroeste da Península Ibérica, língua que, segundo Mateus (2002:2), foi modulada pela influência de certas características dos primitivos habitantes da região e, muito mais tarde, devido às invasões dos árabes nas fronteiras portuguesas, o romance recebeu larga contribuição do árabe, sobretudo no campo do léxico e em algumas pronúncias particulares.

Apesar da relativa homogeneidade (Segura, 2013:87), o PE apresenta uma diversidade que permite distinguir três dialetos cuja classificação tem sido estabelecida tomando como base a componente fonético-fonológica. Mas, na realidade, a variação no PE existe em quase todos os níveis. Por exemplo, no campo lexical, encontramos determinadas expressões distintivas de cada região. São os casos das seguintes: *abalar* (no Alentejo) / *ir-se embora* (no resto do país); *sardão* e *sardanisca* (no litoral do país) / *lagarto* e *lagartixa* (no resto do país). No campo morfossintático, sabe-se que no Norte as formas de segunda pessoa do plural continuam a ser usada (*ides*, *fazeis*, *comeis*, etc.).

Assim sendo, em Portugal distinguem-se apenas dois grandes grupos de dialetos: os *dialetos setentrionais* e os *dialetos centro-meridionais*. Com base em Cunha e Cintra (2005: 19), compreende-se que os dialetos falados nos arquipélagos atlânticos (Madeira e Açores) constituem um prolongamento dos dialetos portugueses continentais.

Contudo, os dialetos insulares dos Açores e da Madeira apresentam especificidades que, de certa forma, os distinguem dos falares dos dialetos do Continente, o que, atualmente, obrigaria a uma nova proposta de classificação dos dialetos do PE.

2.2. Português do Brasil

Tal como para a história do português nos países africanos, para saber-se a história do Português do Brasil (doravante PB), é necessário que se mergulhe na sua história colonial e de país independente, já que as línguas não são organismos desgarrados das comunidades.

Como é bem sabido, foi ao abrigo do *Tratado de Tordesilhas*, em 1494, que os portugueses navegaram também rumo à América. Em abril de 1500, o navegador português Pedro Álvares Cabral desembarcou na costa do atual Brasil.

Apesar de antigamente já se proibir a utilização das línguas dos índios no Brasil, todavia é no artigo 13 da Constituição da República Federativa do Brasil (1988) que o Brasil reconhece a oficialização da língua portuguesa sem desvalorizar as demais línguas nativas faladas pelos índios, garantindo-lhes a promoção (Castilho, 2015: 194-195). No entanto, apenas na segunda metade do século XVII, se torna mais significativa a presença de portugueses no território brasileiro.

Em meados do século XVIII (Silva, 2013: 145), o território brasileiro caracterizava-se por um multilinguismo generalizado. As leis pombalinas de política linguística pretenderam alterar, embora até hoje perdurem restos desse multilinguismo inicial. São cerca de 180 línguas indígenas existentes à época da colonização, faladas, segundo estimativas recentes, por 300 000 a 500 000 índios (0.2% da população brasileira), concentrado, na sua maioria, na Amazônia brasileira e na região centro-norte do país (Silva, 2013: 145).

Ao abrigo deste processo histórico, o PB foi conhecendo algumas variações, à medida que se expandia em diferentes espaços geográficos, razão por que Dietrich e Noll (2004: 13) consideraram que, desde o século XVI, devem ter coexistido as seguintes variedades no Brasil:

- (i) O português europeu escrito/impresso;
- (ii) As variedades dos colonos oriundos das diferentes regiões de Portugal;
- (iii) O português dos índios integrados em contacto permanente com os portugueses;
- (iv) O português dos mamelucos nascidos da união de brancos e índios;

- (v) O português dos negros boçais chegados de África;
- (vi) O português dos negros crioulos e mulatos nascidos no Brasil;
- (vii) O português falado no complexo da casa-grande e da sanzala;
- (viii) O português das populações citadinas.

Como vemos, terão sido muitas as variedades do português falado no Brasil desde o momento em que a língua portuguesa foi transportada para aquele território da América. Assim, como bem afirmaram Dietrich e Noll (2004: 22), “a língua portuguesa, transferida para o Brasil há 500 anos, desenvolveu o seu carácter próprio nesse território, plasmado na fonética e no vocabulário já no século XVI, para se diferenciar cada vez mais, até hoje, em todos os domínios da língua”. Para se explicarem as características do português brasileiro atual costuma ser seguidas três hipóteses: a hipótese conservadora, a hipótese do contacto e a hipótese da deriva linguística (Pagotto, 2005: 3).

Com base nos estudos feitos por aquele autor (2005: 32), fica claro que, nas duas últimas décadas, tem sido feito um grande esforço descritivo e interpretativo a respeito da constituição do PB, podendo destacar-se três grandes linhas de trabalho:

- (i) A estrutura gramatical do português do Brasil;
- (ii) Os processos de variação no âmbito das cidades e dos territórios;
- (iii) Os processos históricos de constituição do português do Brasil e seus dialetos.

3. O português em Angola

Antes de se falar concretamente sobre o português em Angola, torna-se imperioso destacar que as variedades não nativas (VNN) das línguas coloniais em África começaram a ganhar espaço para a investigação apenas a partir dos finais do século XX. Todavia, em função do contexto político, histórico e social, existiu sempre um certo preconceito na maneira como se olhava para tais variedades.

Este facto é demonstrado por Gonçalves (2010: 13-14), quando sublinha que o aspeto que mais sobressai na história da pesquisa sobre as VNN de línguas coloniais é que, durante muito tempo, estas constituíram uma espécie de parentes pobres da grande família das línguas naturais, conforme pode ler-se abaixo:

ao contrário dos crioulos – que emergiram, tal como aquelas, em situação de contacto linguístico e que beneficiam, desde há muito, de

uma atitude discriminatória positiva, em que se pugna pelo seu reconhecimento, como línguas não deficitárias – até recentemente o estudo das VNN não parecia ser considerado relevante para o desenvolvimento da teoria linguística.

As VNN do português em África sempre foram vistas como uma forma “corrupta” da norma europeia, na medida em que as suas estruturas morfossintáticas e o seu sistema lexical sofreram, fortemente, influências das estruturas das línguas nativas desses países. Por isso, torna-se imperativo adotar uma atitude valorizadora dessas variedades (Lopes, 2000: 29):

é necessário o entendimento e a aceitação de que a língua portuguesa é pertença de todos os que a falam e que, por isso, as variedades emergentes devem merecer o mesmo respeito de que desfrutam as variedades estabelecidas.

No entanto, existem já estudos na área da linguística contrastiva, descrevendo as VNN do português. No caso de Moçambique, destacam-se, principalmente, os trabalhos de Gonçalves (2013); Mapasse (2005) e, no caso específico de Angola, destacam-se as obras de Miguel (2003); Mingas (2000) e Adriano (2014).

Quanto à situação e ao estatuto do português em Angola, Leiria (1999: 2) salientava que é nos países africanos de língua oficial portuguesa que se encontra a maior parte de falantes de português como língua segunda, o que não significa que, nesses países, não haja um certo número de pessoas que a desconheçam completamente ou, para quem, como para a maior parte dos portugueses e brasileiros, ela é língua primeira.

O facto de a maioria dos falantes do português em Angola dominar pelo menos uma língua nativa faz com que a atual situação da língua portuguesa em Angola seja bastante complexa, caracterizada pelo fenómeno de contacto e de interferência linguísticas¹, em função da enorme quantidade de línguas presentes no território, pois, em Angola, o português não é a única língua e, para a maioria da população, ela é língua segunda, embora, com a massificação das populações nos grandes centros urbanos e com a difusão da rede escolar no país, se verifique, hoje, um aumento de falantes de português língua materna.

¹ De acordo com Gallisson e Coste (1983: 414), a *interferência linguística* é a dificuldade encontrada pelo aluno e os erros que este comete em línguas estrangeiras, devido à influência de sua língua materna ou outra língua estrangeira anteriormente estudada.

Como se sabe, o português em Angola tem o estatuto de língua oficial e encontra-se consagrado no artigo 19 da Constituição da República (2010: 11), no qual se pode ler o seguinte: “a língua oficial da República de Angola é o português”.

Vale reforçar que, em Angola, o português coabita com muitas outras línguas da família *bantu* e *não-bantu* que tornam o país multilíngue. Esta realidade linguística também esteve na base da adoção do português como língua oficial, de modo a facilitar, não só a comunicação entre os outros Estados, mas sobretudo entre os nativos.

A partir das pesquisas de Costa (2015: 31), pode perceber-se que durante a colonização, o português foi a língua de comunicação e de ensino e, depois da independência (1975), o governo optou pela sua permanência, não só como veículo de ensino, mas também como língua oficial. No pensar desta autora, esta língua teve grande influência no país, sobretudo nas grandes cidades, servindo de veículo de comunicação entre os nativos e comunidades estrangeiras e entre os nativos de etnias diferentes.

Historicamente falando, o português em Angola obedeceu a um processo de expansão bastante dependente das atividades comerciais. Segundo Adriano (2014: 54), os portugueses fixaram-se, inicialmente, no litoral. Assim, as relações, inicialmente pacíficas, com os diferentes chefes indígenas não se mantiveram pacíficas. Fruto das hostilidades que existiam entre os portugueses e os nativos, os colonizadores foram forçados pela Conferência de Berlim, a fim de ocuparem todo o território correspondente à Angola atual, condição para o reconhecimento do direito à colônia. Urgiu, assim, a necessidade, por parte destes, de desencadear as chamadas *guerras de ocupação*.

Tal como sublinha Adriano (2014: 54), os colonizadores provinham de uma sociedade cujo estado de desenvolvimento tecnológico era superior comparativamente a dos povos nativos, o que lhes permitiu impor-se a estes. Por esta razão, a presença em grande número de portugueses no interior do território angolano, aquando da massificação da colonização efetiva, facilitou a expansão da língua portuguesa. As próprias condições do território e a presença em grande número de portugueses no interior do espaço correspondente a Angola não permitiu que se criassem crioulos. Todavia, apesar do acima exposto, autores há, como Barros (2002: 42) e Mingas (2000: 45 *apud* Adriano, 2014: 86), que consideram que, atualmente, em Angola, há uma possível tendência de *crioulização* do português, particularmente no seu registo oral/popular. A colonização foi muito massificada no território que hoje é Angola,

permitindo a imposição da língua portuguesa sobre as demais línguas africanas. Neste contexto, os povos nativos estavam proibidos de utilizar as suas línguas nas relações sociais, o que contribuiu para a supervalorização da língua do colonizador e a sua utilização frequente.

Embora o português seja a língua oficial de Angola, ainda assim ela não é a única língua falada pela maioria da população e apresenta dificuldades para muitos que a têm como língua segunda e mesmo para aqueles que a têm com língua primeira, situação que exigiria da parte das instituições estatais e científicas a criação de políticas que visem o ensino com maior qualidade e a sua divulgação em todos os pontos do país.

Angola é um país africano em que convive uma série de línguas nacionais, mas que utiliza a língua portuguesa como língua oficial, sendo, pois, um dos membros dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Das circunstâncias próprias da história linguística de Angola, resultou uma variedade de português com características muito próprias e com a finalidade de servir as necessidades comunicativas do país. Todavia, o contraste entre as línguas maternas e a língua de escolarização tem levantado problemas graves no setor educativo, dificultando o enraizamento estrutural da língua veicular e fomentando, a longo prazo, o insucesso escolar (Gaspar; Osório e Pereira (2012: 25). O ensino do português em Angola atravessou (e continua a atravessar) uma série de dificuldades, pelas razões a seguir: a primeira tem a ver com a diversidade linguística existente no país e a consequente interferência no português, como acima se esclareceu; a segunda, de índole político e social, prende-se com a carência de investigação científica, a não divulgação de muitos trabalhos monográficos sobre o português em Angola, a falta de políticas linguísticas e geolinguísticas que visem um ensino/ expansão do português nas zonas mais recônditas, depois a ausência da Linguística Aplicada no ensino do português, a carência de professores especializados no ensino do português.

Algumas dessas dificuldades estão a ser ultrapassadas, mas o ensino do português em Angola continua a apresentar problemas, a começar pelo facto de estudantes e professores não reconhecerem determinadas estruturas do PE, o que leva muitos autores, como Mingas (2002) e Barros (2002) por exemplo, a considerarem que

o português falado em Angola funciona numa espécie de *diglossia*². É neste contexto que Mingas (2002: 47) afirma que “aquilo que se fala atualmente em Angola não passa de uma variante balbuciante do Português de Portugal, resultante do contacto da língua portuguesa com as línguas maioritárias angolanas”.

3.1. Estatuto do Português e revisão de conceitos

Inicialmente, importa clarificar os conceitos básicos relacionados com a situação do português em Angola. Em 2006, aplicando um inquérito a estudantes universitários angolanos, Vitorino Reis concluiu que grande parte deles apontava como língua materna a língua dos seus pais ou dos seus grupos étnicos. Com efeito, uma língua materna é a língua falada por uma pessoa durante os seus primeiros anos de vida e com a qual se comunica com os demais membros da comunidade. Esta língua é a primeira que, normalmente, se adquire no convívio familiar. Gallisson e Coste (1983: 442) definem-na da seguinte maneira:

uma língua materna é assim chamada porque é aprendida como primeiro instrumento de comunicação, desde a mais tenra idade e é utilizada no país de origem do sujeito falante. Trata-se de uma língua que se domina melhor, no sentido de uma valorização subjetiva que o indivíduo realiza relativamente às línguas que conhece. Também se trata da primeira língua adquirida de forma natural, através da interação com o meio envolvente, sem intervenção pedagógica e sem uma reflexão linguística consciente.

Por sua vez, a língua segunda e a língua estrangeira definem-se ambas como línguas não-maternas (LNM), mas distinguem-se uma da outra pelo facto de a língua segunda beneficiar oficialmente de um estatuto privilegiado. Dito de outro modo, a língua segunda é ensinada como língua veicular de toda a comunidade em que a (ou as) língua (s) materna (s) é (ou são) praticamente desconhecida (s) fora das fronteiras do país (Gallisson e Coste, 1983: 442-443).

Tal como Gallisson e Coste (1983), Leiria (1999: 1) observou que o termo língua segunda se aplica à classificação da aprendizagem e ao uso de uma língua não

² Segundo Dubois *et. al.* (1973: 190), de maneira geral, dá-se o nome de “diglossia” à situação de bilinguismo. Na visão deste autor, diglossia tem o sentido de “situação bilingue”, na qual uma das duas línguas é de *estatus* sócio-político inferior. De acordo com Jota (1981:105), diglossia é uma língua de carácter mais popular em certas circunstâncias e outra de cunho erudito, literário em outras circunstâncias. Trata-se de um facto comunitário, no que difere do bilinguismo, ato individual que refere o uso indiferente de um ou outro idioma.

nativa dentro de fronteiras territoriais em que ela tem uma função reconhecida. Normalmente, uma língua segunda é uma língua oficial, indispensável para a participação na vida social, política e económica do Estado, como é o caso do português em África e, em particular, em Angola. A língua utilizada no ensino, embora possa ser aprendida sem recurso à escola, através do processo da socialização.

Em Angola, durante os primeiros contactos entre os portugueses e os povos nativos, a língua portuguesa ostentava o estatuto de língua estrangeira. Mas com a propagação do processo de colonização, no final do século XIX, essa língua passou a ser aprendida pelos povos nativos, no trato com o colonizador e, mais tarde, sobretudo a partir de 1930, o português passou a ser aprendido através do sistema de escolarização (Gonçalves, 2013). Neste período, o português deixou de ser uma língua estranha para os povos nativos e passou a ser uma língua segunda, falada pelos populares dos grandes centros urbanos. Em contrapartida, após a independência do território, o português, que era uma língua segunda da minoria dos angolanos, foi consagrada, na Constituição da República, língua oficial do país e, nos dias de hoje, tem o estatuto de língua materna para muitos indivíduos, sobretudo os mais jovens, residentes nos grandes centros.

Face à sua difusão no território, através do sistema de ensino e das políticas adotadas para a sua divulgação, esta língua também pode ser considerada como sendo uma língua nacional, no sentido em que é a única língua que cobre todo o espaço nacional – de Cabinda a Cunene e do Mar ao Leste, como salienta Naege (2015: 16-17): “o português assume-se, de forma natural, como a língua nacional de Angola, se se tiver em consideração a sua abrangência territorial, e não a origem”.

Assim sendo, tal como sublinha Miguel (2000: 40, *Apud* Adriano, 2014: 85-86), o português em Angola, já não é uma língua estrangeira porque, quando nos apropriamos dela, modificamo-la, adaptamo-la à nossa mundividência, submetêmo-la às nossas necessidades comunicacionais, em consonância com a nossa idiosincrasia. No português está a ficar impressa a angolanidade, ou seja, o português está *angolanizar-se* como, anteriormente, também, se *abrasileirou*.

CAPÍTULO II
REVISÃO DA LITERATURA E METODOLOGIA

CAPÍTULO II: REVISÃO DA LITERATURA E METODOLOGIA

O presente capítulo encontra-se dividido em duas partes: na primeira, encontram-se as *questões teóricas* e, na segunda, as *questões metodológicas*. Na primeira parte, apresenta-se uma revisão da literatura sobre os clíticos do português, destacando, de forma comparativa, os clíticos das duas variedades nacionais (PE e PB), embora tenha reservado pontos separados para o “estado da arte” sobre os clíticos de cada variedade de forma específica. Destacaram-se também alguns estudos sobre os clíticos no PA, culminando com uma classificação dos clíticos pronominais desta variedade do português.

Para a concretização desta etapa, selecionaram-se alguns autores europeus e brasileiros tidos como fundamentais para a descrição dos clíticos do PE e do PB. Neste contexto, foram cruciais os trabalhos de Mateus (2003); Lobo (2013); Martins (2013), Moura (2006), Cunha e Cintra (2005), Bechara (2001, 2013), Pereira (2006), Azeredo (2014), Castilho (2010), mas também algumas contribuições de autores moçambicanos, tais como César (2014) e Mapasse (2007) e de alguns angolanos, tais como Nzau (2013) e Adriano (2014).

A segunda parte deste capítulo trata de aspectos metodológicos. Partiu-se da abordagem da gramática tradicional, passando, depois, às abordagens da Linguística, sendo igualmente aplicados os princípios metodológicos da Linguística de *Corpus*, uma subárea da Linguística Geral que envolve, no dizer de Kader e Richter (2013: 1), a Linguística Computacional (manuseio virtual de dados) e a Estatística.

1. Questões teóricas

1.1. Teorias sobre os clíticos

Neste ponto da dissertação, apresentar-se-ão as diversas perspectivas e tratamento dos clíticos na literatura linguística. O estudo será feito com base nas abordagens da Gramática Tradicional, por um lado e, por outro, da Linguística.

Relativamente aos gramáticos tradicionais, selecionaram-se os seguintes: Bechara (2001; 2003), Cunha e Cintra (2005), Moura (2006) e Vilela (1999). Quanto aos linguistas, destacam-se os seguintes: Mateus (2003), Martins (2013, 2015, 2016) e Pereira (2006). Esta última autora foi selecionada para o caso do PB.

Os exemplos presentes neste capítulo foram extraídos do *corpus* da dissertação, salvo nos casos em que o próprio *corpus* não os contém.

Tradicionalmente, os pronomes pessoais costumam ser definidos como sendo grupos de palavras variáveis que substituem nomes. Segundo Vilela (1999: 207), “a própria designação *pro-nomen* já aponta para o valor *relação* entre esta categoria gramatical e o nome (ou substantivo)”. Para este autor, os pronomes constituem uma lista fechada de formas com as seguintes características:

- (i) Normalmente são flexionáveis (género e número); por exemplo, os pronomes *ele* (masculino) e *ela* (feminino) demonstram a variação em género e os pronomes *ele/ela* (singular) e *eles/elas* (plural) demonstram a variação em número;
- (ii) Não são comparáveis, isto quer dizer que os pronomes apresentam formas específicas que podem nem sempre se combinarem;
- (iii) São elementos que ganham peso denotacional na referencialidade do texto ou situação, o que significa que estes pronomes podem funcionar quer como anafórico quer como deíticos.

Bechara (2001: 162), por sua vez, prefere considerar os pronomes como “a classe de palavras categoremáticas que reúne unidades em número limitado e que se refere a um significado léxico pela situação ou por outras palavras do contexto. De modo geral, esta referência é feita a um objeto substantivo, considerando-o apenas como pessoa localizada do discurso”.

Os pronomes pessoais apresentam três formas para o singular (*eu, tu, ele* ou *ela*) e três para o plural (*nós, vós, eles* ou *elas*).

Os gramáticos de pendor tradicional como Bechara (2001: 162) ou Cunha e Cintra (2005: 278) são unânimes ao afirmarem que são duas as pessoas determinadas do discurso: 1ª, *eu*, correspondente à pessoa que fala; 2ª, *tu*, correspondente ao ouvinte. A 3ª pessoa, indeterminada, aponta para outras pessoas em relação aos participantes da relação comunicativa. Trata-se de um *não-eu* e um *não-tu*.

Segundo Jordão (2007: 10), Mattoso Câmara Jr. identificou três noções gramaticais que distinguem os pronomes. Segundo esse autor, uma dessas noções é a de pessoa gramatical, situando-se a referência do pronome no âmbito do falante (1ª pessoa), no do ouvinte (2ª pessoa) ou fora da alçada dos dois interlocutores (3ª

pessoa). O número, sem morfema flexional privativo seu, integra-se nessa noção de pessoa gramatical. A segunda noção gramatical própria dos pronomes é a existência em vários deles de um género neutro em função substantiva, quando a referência é a coisas inanimadas. Por outro lado, “há formas específicas para seres humanos. Esta noção consta aqui como ilustração, pois não se refere aos pessoais retos e oblíquos. Como terceira noção gramatical privativa dos pronomes, em português, encontra-se o que podemos chamar uma categoria de *casos*, se bem que muito diversa, formal, funcional e semanticamente, dos casos nominais em latim” (Jordão, 2007: 10).

Numa visão descritiva e focada no uso dos pronomes, assim como nas suas propriedades morfológicas e semântico-pragmáticas, Lobo (2013: 2194) considera, por sua vez, o seguinte:

em português, os pronomes pessoais estão especificados quanto à pessoa gramatical e semântica e, até certo ponto, quanto a função gramatical. Assim, distinguem-se formas de primeira pessoa semântica, a que produz o discurso; formas de segunda pessoa semântica, a que é dirigido o discurso; e de terceira pessoa semântica, a pessoa que não participa no discurso, com formas diferentes de acordo com o número.

Esta distinção também foi, igualmente, reconhecida por José Moura (2006: 101), ao afirmar que, entre as três pessoas do discurso, a primeira pessoa refere uma entidade responsável pelo discurso (o locutor), falando com ou para um interlocutor, e assumindo a subjetividade do enunciado que produz num *aqui-agora*. Para este autor, a segunda pessoa refere uma entidade com quem ou para quem o locutor fala diretamente (o alocutário) e que pode ou não assumir o papel de locutor. A terceira pessoa refere a entidade (o alocutado) sobre a qual o *eu* (locutor) fala ao *tu* (alocutário) e que, sendo pessoa ou um ser personificado, é suposto não intervir no discurso, caso se encontre na situação em que ocorre o diálogo.

Os pronomes pessoais costumam ser divididos em retos, átonos e tónicos. Porém, esta dissertação centra-se apenas nos pronomes clíticos também conhecidos como pronomes átonos, segundo a tradição gramatical (Mateus *et. al.* 2003: 826).

Ora, tradicionalmente, os pronomes pessoais podem ser divididos em retos e oblíquos. Os retos serão aqueles que desempenham a função básica de sujeito, isto é, os pronomes, *eu, tu, ele ou ela, nós, vós, eles ou elas*. Os oblíquos subdividem-se em tónicos e átonos.

Segundo o Dicionário Aurélio (1986: 418), “o vocábulo *clítico* é destinado a todas as expressões monossilábicas cuja acentuação é dependente do elemento a que

se subordina”. Nas palavras deste lexicógrafo, “o termo clítico, de origem grega, significa qualquer monossílabo átono subordinado, por meio de elemento prosódico, ao vocábulo que o precede, ou que o segue, ou no qual se acha inserido”.

Por sua vez, Crystal (2000: 49) define um *clítico* como sendo “um termo usado na gramática com referência a uma forma que se assemelha a uma palavra, mas não pode aparecer sozinha num enunciado normal, sendo estruturalmente dependente da palavra vizinha na construção”.

A partir do acima exposto, e com base em Martins (2013: 2231), os pronomes clíticos podem ser concebidos como “morfemas presos” na medida em que nunca podem funcionar sozinhos de forma isolada, mas sempre ligados a um *hospedeiro*, ou seja, a um verbo.

Como se sabe, Martins (2013:2231) compara os clíticos pronominais aos afixos derivacionais, ao afirmar que “os pronomes clíticos podem ser considerados como partículas desprovidas de acento que requerem um *hospedeiro* que os receba, assim como acontece com os afixos flexionais”.

Embora os clíticos sejam considerados, como referido atrás, morfemas presos ligados morfológica e foneticamente a um *hospedeiro*, do ponto de vista morfológico apresentam particularidades que os distinguem dos afixos (prefixos e sufixos), elementos que se ligam a uma base que pode ser nominal, adverbial, verbal ou adjetival.

Na perspectiva de Mateus *et. al.* (2003: 849), existem dois tipos de clíticos: *os clíticos categoriais e os clíticos de Tobler-Mussafia*, salientando as autoras o seguinte:

os clíticos categoriais são aqueles que selecionam um verbo como anfitrião e que se adjungem fonologicamente a este à direita ou à esquerda. Os clíticos pronominais que fazem parte desse perfil existem, por exemplo, em espanhol, catalão, romeno, francês e italiano. Na classe de *clíticos de Tobler-Mussafia*, incluem-se os clíticos pronominais do português. Da mesma forma que com os clíticos categoriais, estes selecionam um verbo como anfitrião. No entanto, sua posição na frase não está determinada pela forma *pessoal* ou *não pessoal* do verbo, como ocorre com os clíticos categoriais.

Ora, tal como salienta Martins (2013: 2231), “um clítico é um item lexical sem acento prosódico atribuído no léxico (tal como os afixos e contrariamente às palavras), mas com uma certa liberdade posicional (tal como as palavras, mas contrariamente aos afixos)”. Além disso, a ausência de acento de palavra faz com que o clítico dependa necessariamente de uma palavra adjacente acentuada.

É por esta razão que, ao distinguirem os clíticos pronominais das restantes expressões monossilábicas sem acento próprio, Mateus *et. al.* (2003: 828) acham produtivo distinguir os clíticos dos *clíticos especiais* e *clíticos simples*, classificação que, segundo as autoras, “deriva do facto de estes elementos partilharem com outras unidades lexicais, como as preposições e os artigos (mas também pronomes interrogativos *que* e *porque*, pronome relativo *que*, as conjunções *que*, *se*, *mas*, *e*, *ou* e o quantificador *cada*), a propriedade de serem átonas e, por isso, dependentes de itens lexicais com acentuação própria”.

Foi Mateus *et. al.* (2003: 828) quem apresentaram as propriedades que distinguem os clíticos especiais dos clíticos simples, e que abaixo se transcrevem:

Lista 1: Distinção entre clíticos especiais e clíticos simples (Mateus, 2003: 828)

- (i) Os pronomes clíticos, diferentemente das preposições e dos artigos, mesmo quando designam um complemento do verbo, não ocorrem na posição canónica característica deste complemento, mas antes em adjacência estrita ao verbo;
- (ii) Os clíticos especiais cliticizam numa classe de palavras específica, o verbo;
- (iii) Os pronomes clíticos diferem igualmente das preposições e dos artigos por não terem uma posição fixa relativamente ao seu hospedeiro, podendo procedê-lo (próclise), segui-lo (ênclise) ou ocorrer no seu interior (mesóclise)³. Pelo contrário, os clíticos simples precedem sempre a palavra que os afeta;
- (iv) Os pronomes clíticos o(s)/a(s) assumem a forma lo(s)/la(s), quando a forma verbal termina em /s/, /r/ e /z/, dando, simultaneamente, o desaparecimento destes elementos. O clítico apresenta como no(s)/na(s) quando a forma verbal termina em nasal. Estas alterações, porém, não se registam na língua padrão quando o verbo é seguido de artigos definidos ou preposições (cf. Mateus, *et. al.* 2003; Lobo, 2013).

³ Os pronomes clíticos, no Português Europeu, surgem, basicamente, na posição enclítica. No entanto, a mudança para a próclise verifica-se quando na frase estão presente condicionadores morfossintáticos e fonológicos. Os clíticos surgem na posição mesoclítica apenas com os verbos conjugados no futuro e no condicional.

2. Os pronomes pessoais átonos ou clíticos: propriedades e distribuição

Os pronomes pessoais, em geral, costumam ser classificados na gramática tradicional de acordo com vários critérios. De acordo com a classificação apresentada por Cunha e Cintra (2005: 277), distinguem-se dois tipos de pronomes: (i) pronomes substantivos, quando representam substantivos; (ii) pronomes adjetivos, quando acompanham os substantivos, determinando-lhes a extensão do significado.

Se atender ao que aponta Melo (1978: 76), verificar-se-á que, do ponto de vista didático, adotar a dicotomia pronomes absolutos *vs.* pronomes adjuntos, ao invés de pronomes substantivos *vs.* pronomes adjetivos, seria o mais correto, pois, afirma o autor, para não confundir a categoria dos pronomes com a dos nomes, diremos que são pronomes absolutos os que fazem as vezes dos substantivos (pronomes substantivos na classificação de Cunha e Cintra, 2005) e, por sua vez, os pronomes adjuntos (pronomes adjetivos) são os que se empregam como adjetivos.

Além desta classificação, os pronomes também se distinguem de acordo com a função gramatical que desempenham na oração (Cunha e Cintra, 2005: 283 - 288; Bechara, 2003: 173).

Sintetizando várias propostas, Catalão (2001: 22) sustenta que a classificação dos pronomes pessoais se baseia em critérios sintáticos e fonológicos e, por isso, a autora, em linha com a doutrina tradicional de Cunha e Cintra (1990) e Bechara (2001), sustenta que os pronomes pessoais são classificados de acordo com os seguintes critérios:

- (i) Função que desempenham na oração: *retos*, se desempenham a função de sujeito; *oblíquos*, se funcionam como objetos (direto e indireto);
- (ii) Quanto à acentuação: *tônicos* e *átonos*.

Por outro lado, Mateus *et. al.* (2003: 819) classificam os pronomes pessoais em formas fortes – aquelas em que não se incluem os pronomes clíticos – e formas fracas e clíticas. Dentro das formas clíticas, as autoras distinguem entre os clíticos não-reflexivos e os clíticos reflexivos.

Na mesma linha, Lobo (2013: 2194) sublinha que “os pronomes pessoais podem ser formas fonologicamente fortes, com acento próprio, como *eu, tu, mim*, etc.,

ou formas átonas que se “cliticizam” ao verbo, como *me, te, o, se, etc*”. São estas últimas formas que correspondem ao objeto de estudo da nossa dissertação.

Estas classificações encontram-se já em autores como Vilela (1999: 213) que além de considerar os pronomes retos e oblíquos (átonos e tónicos) também faz a distinção entre os pronomes pessoais reflexivos e recíprocos, e igualmente em Bechara (2003); Cunha e Cintra (2005) e em Moura (2006). Assim, a partir das classificações dos autores acima mencionados, veja-se a tabela abaixo:

Tabela 1: Classificação dos pronomes pessoais reto e oblíquos na gramática tradicional, segundo a visão de Bechara (2003)

Pessoas do discurso	Pronomes retos	Pronomes oblíquos
	função subjetiva	função objetiva
1ª pessoa do singular	Eu	me, mim, comigo
2ª pessoa do singular	Tu	te, ti, contigo
3ª pessoa do singular	ele ou ela	se, si, consigo, lhe, o, a
1ª pessoa do plural	Nós	nos, conosco
2ª pessoa do plural	vós	vos, convosco
3ª pessoa do plural	eles ou elas	se, si, consigo, lhes, os, as

Os pronomes pessoais, conforme se disse acima, distinguem-se também quanto às funções que desempenham no enunciado. Os retos sempre funcionam como sujeito, como se pode verificar em 1(a), embora apresentem particularidades que os levam a desempenhar funções diversas, como nome predicativo do sujeito, em (2), vocativo (3), etc.

- (1). *Ele* agora espera ansiosamente pelo próximo dia 30” (Jornal de Angola).
- (2). Tu és *tu* e ele é *ele* (exemplo nosso)
- (3). Ó *tu*, faz pouco barulho (exemplo nosso)!

Os pronomes pessoais retos estabelecem correspondências com os pronomes pessoais oblíquos tónicos e átonos (*me, te, se, nos, vos, lhe, lhes, o, a os e as*). Os oblíquos tónicos desempenham funções diversas (Cunha e Cintra, 2005: 289), ao passo que os oblíquos átonos desempenham as funções de objetos direto e indireto. Assim, uns são representativos de objecto indireto (*lhe, lhes*), outros são representativos de objeto direto (*o, a, os e as*). No entanto, há um terceiro grupo que desempenha, ao

mesmo tempo, as funções sintáticas de objeto direto e indireto. É o caso dos pronomes *me, te, se, nos* e *vos*, conforme representado na tabela 2.

Tabela 2: Apresentação das Funções dos pronomes pessoais átonos ou clíticos (nossa tabela)

Funções dos Pronomes Pessoais Átonos/Clíticos		
OI	OD	OI e OD
lhe, lhes,	o, a os e as	me, te, se, nos e vos

Por outro lado, e de acordo com Jordão (2007: 9), “os pronomes pessoais da gramática tradicional mantêm-se hoje fiéis às formas átonas e tónicas a que correspondem, isto é, a cada um dos pronomes *eu, tu, ele* ou *ela, nós, vós e eles* ou *elas* corresponde um pronome pessoal oblíquo que funciona como complemento e pode apresentar-se em forma átona ou forma tónica”, o que fica plasmado na tabela 3.

Tabela 3: Pronomes correspondentes aos pronomes pessoais sujeitos. Tabela retirada de Jordão (2007: 9)

Pronomes pessoais retos	Pronomes pessoais oblíquos	
	átonos (sem preposição)	tónicos (com preposição)
1ª pessoa do singular: eu	Me	mim
2ª pessoa do singular: tu	Te	ti
3ª pessoa do singular: ele/ela	lhe, se, o, a	si, ele, ela
1ª pessoa do plural: nós	Nos	nós
2ª pessoa do plural: vós	Vos	vós
3ª pessoa do plural: eles/elas	lhes, se, os, as	si, eles, elas

Ainda no que diz respeito à classificação dos clíticos, os pronomes átonos podem funcionar como clíticos reflexos e recíprocos, tal como mostra a tabela de Mateus (2003: 827).

Tabela 4: Distribuição dos pronomes pessoais átonos ou clíticos, segundo Mateus (2003:827)

Pessoas gramaticais	Clíticos não-reflexos		Reflexos
	acusativo	dativo	acusativo/dativo
1ª singular	me	me	me
2ª singular	te	Te	te
3ª singular	o/a	lhe	se
1ª plural	nos	nos	nos
2ª plural	vos	vos	vos
3ª plural	os/as	lhes	se

Por seu turno, os clíticos dativos e acusativos combinam-se, originando contrações pronominais, contrações às quais Martins (2013: 2235) prefere chamar de “grupos de clíticos”. Nas palavras desta autora, quando, numa mesma oração, ocorre mais do que um pronome pessoal complemento, estes formam um grupo clítico, que se caracteriza pela inseparabilidade dos elementos que o constituem. Assim, a uma frase como *Vou devolver o livro ao António* corresponde *Vou devolver-lho*, em que os dois clíticos, *lhe* (dativo) e *o* (acusativo) formam o grupo *lho*. Segundo Martins (2013: 2235), essa coesão dos grupos clíticos pode ser testada nos domínios infinitivos que admitem variação entre próclise e ênclise. A separação entre dois pronomes clíticos complemento de um mesmo verbo infinitivo, obtida colocando um deles em próclise e o outro em ênclise, não é permitida. Assim, *Tenho de lho devolver* e *Tenho de devolver-lho* são ambas frases gramaticais, mas **tenho de lhe devolvê-lo* ou **tenho de o devolver-lhe* não são opções permitidas pela gramática do português, embora sejam possíveis *tenho de lhe devolver o livro* e *tenho de devolvê-lo ao António*.

Contudo, constata-se que estes grupos de clíticos se encontram em perda no português atual, sobretudo na linguagem coloquial e nas variedades dos grupos sociais menos escolarizados.

Tabela 5: Contrações pronominais do português (nossa tabela)

Contrações pronominais/grupos de clíticos	
me+o/ me+a/+os/+as	mo/ma/mos/mas
te+o/ te+a/+os/+as	to/ta/tos/tas
lhe+o/ lhe+a/+os/+as	lho/lha/lhos/lhas
nos+lo	no-lo
vos+lo	vo-lo

Retomando a questão da “reflexividade”, autores como Cunha e Cintra (2005) e Bechara (2003) salientam que a esta consiste, na sua essência, na inversão da transitividade da ação verbal. Em outras palavras, significa que a ação denotada pelo verbo não passa a outra pessoa, mas reverte sobre a pessoa do próprio sujeito. Estas formas reflexas também funcionam como recíprocas, ou melhor, as construções reflexas e recíprocas (Lobo, 2013: 2214) partilham o mesmo conjunto de pronomes clíticos (me, te, se, nos, vos), mas divergem quanto às expressões pronominais fortes: *si (próprio/mesmo)*, nas construções reflexas; *um...outro*, nas construções recíprocas. Assim sendo, podem funcionar como pronomes reflexos os clíticos *me, te, se, nos e vos*, as formas fortes *mim, ti, si, nós e vós* e as formas *comigo, contigo, consigo, conosco, convosco*, com ou sem as expressões *próprio(s)/própria(s)* ou *mesmo(s)/mesma(s)*.

A partir do que afirmam Cunha e Cintra (2005: 281) e Vilela (1999: 213) conclui-se que, quando o objeto direto ou indireto representa a mesma pessoa ou a mesma coisa que o sujeito do verbo, ele é expresso por um sujeito reflexo. Neste sentido, o reflexo apresenta três formas próprias (*se, si e consigo*), que se aplica tanto à 3ª pessoa do singular como à do plural. Porém, nas demais pessoas, as suas formas identificam-se com as do pronome oblíquo: *me, te, se, nos e vos*.

Por outro lado, em português, os pronomes clíticos são “reforçados” (Mateus *et. al.*, 2003: 832), isto é, apesar de funcionarem como complementos do verbo, não ocupam as “posições canônicas destes”. No português, esta posição pode ainda ser preenchida por material lexical, como em (4)⁴. Neste caso, estamos perante uma construção de redobro de clítico”.

(4). (a). Encontramo-*las a elas* na feira do livro.

⁴ Exemplos de Mateus *et. al.* (2003: 832).

(b). Os professores ofereceram-*lhes* gelados *a todos* no dia da criança.

(c). Nós conhecemo-*nos a nós próprios/nós mesmos* do que a ninguém.

Além disso, as formas fortes podem co-ocorrerem com as formas clíticas como reforço ou redobro (Martins, 2013: 2237), podendo também funcionar como forma de desambiguar o sentido reflexo ou recíproco do clítico.

Anteriormente, já Cunha e Cintra (2005: 282) tinham chamado a atenção para o facto de, “por serem idênticas as formas do pronome recíproco e do pronome reflexivo, pode haver ambiguidade com um sujeito plural, como se nota em (5). Porém, quando isto acontece, costuma desfazer-se a dúvida fazendo-se acompanhar tais pronomes de expressões de reforço já acima mencionadas”.

(5) (a) O Joaquim e o António enganaram-*se* (Cunha e Cintra, 2005: 282).

Pese embora a coincidência parcial das classificações propostas por obras de cunho tradicional e as propostas de trabalhos de orientação linguística, boa parte de estudo sobre os clíticos aceita hoje os critérios apresentados por Mateus *et. al.* (2003: 835-844) e arrolados na lista abaixo.

Lista 2: Propriedades específicas no PE, segundo Mateus (2003: 835-844).

- (i) O seu potencial referencial ou predicativo;
- (ii) A possibilidade de receberem um papel temático;
- (iii) A sua referência específica ou arbitrária;
- (iv) A capacidade de ocorrerem em construções de redobro de clítico e de extração simultânea de clítico;
- (v) A faculdade de funcionarem como um afixo capaz de alterar a estrutura argumental de um predicado.

Tendo em conta as referidas propriedades, os clíticos do PE são classificados de cinco formas diferentes, conforme se observa na lista a seguir, também transcrita a partir de Mateus (2003:835):

Lista 3: Classificação dos clíticos no PE de acordo com as propriedades arroladas na lista 2

- (i) Clíticos com conteúdo argumental⁵: são os pronominais (não-reflexos), os anafóricos (reflexos e recíprocos) e o *se-nominativo*;
- (ii) Clítico argumental proposicional ou predicativo: o demonstrativo *o*;
- (iii) Clíticos quase-argumentais: o *se-passivo*, os dativos ético e de posse;
- (iv) Clítico com comportamento de afixo derivacional: os ergativos/anticausativo.
- (v) Clítico sem conteúdo semântico ou morfossintático: são os clíticos inerentes.

Por sua vez, no tocante ao PB, Pereira (2006:17-18), servindo-se precisamente dos critérios de classificação dos clíticos do PE propostos por Mateus *et. al.* (2003) e acima agrupados, observou que os clíticos do PB apresentam particularidades que os distinguem dos do PE, pois das cinco propriedades atrás destacadas, ao menos uma certamente não se aplica no PB: a propriedade (iv), já que, no PB, não há redobro de clítico e, muito menos, extração simultânea de clítico.

Em função desta restrição, Pereira (2006: 19) propõe os seguintes critérios de classificação dos clíticos do PB:

Lista 4. Critério de classificação dos clíticos do PB

- (i) Possibilidade de receber papel temático
- (ii) Possibilidade de modificar a grade argumental do verbo.
- (iii) Possibilidade de veicular referência específica ou arbitrária

Ao contrário do PB, Mateus *et. al.* (2003: 835-844) classificam os clíticos do PE da seguinte forma:

⁵ Com base em Mateus *et. al.* (2003: 835), conclui-se que a designação “conteúdo argumental” costuma ser usada em sintaxe para indicar os clíticos com a função de objeto direto e indireto, selecionados por verbos transitivos e que apresentam a possibilidade de receber “reforço de clíticos”.

Lista 5: *Classificação dos clíticos do PE*

- (i) Clíticos com conteúdo argumental;
- (ii) Clítico argumental proposicional ou predicativo: clítico demonstrativo;
- (iii) Clíticos quase-argumentais;
- (iv) Clítico com comportamento de afixo derivacional: clítico ergativo/anticausativo;
- (v) Clítico sem conteúdo semântico ou morfossintático: clítico inerente.

Clíticos com conteúdo argumental

Sobre estes clíticos, Mateus *et al.* (2003: 835) sublinham o seguinte:

estes clíticos estão repartidos, por sua vez, em: (i). Clíticos argumentais de referência definida: pronominais e anafóricos; (ii). Clítico argumental de referência arbitrária: *se-nominativo*. Os primeiros podem ser caracterizados como argumentais, por ocorrerem associados às posições de objetos direto ou indireto dos verbos transitivos ou ditransitivos, bem como a argumentos de verbos subordinados de construção de Marcação de Caso de Excepcional ou de Reestruturação/ União de Orações.

Os exemplos como em (7) demonstram este tipo de clíticos.

(7). (a). Obama tentou passar-*lhe* o testemunho (Jornal Público).

(b). A colunista chama-*lhe* a reencarnação da TINA, ainda que em ponto muito maior (Jornal Público).

De acordo com Mateus *et al.* (2005: 836), estes tipos de pronomes clíticos, admitem construções de redobros ou reforço de clíticos, em que o constituinte redobrado assinala a posição argumental a que o clítico está associado. Observem-se as frases (7) agora transformadas por nós.

(8). (a). Obama tentou passar-*lhe* a *ele* o testemunho (Jornal Público).

(b). A colunista chama-*lhe* a *ele* a reencarnação da TINA, ainda que em ponto muito maior (Jornal Público).

Este é um dos pontos em que diferem os clíticos do PE e os clíticos do PB, na medida em que este não admite nem redobro de clíticos nem extração simultânea de clítico, conforme se disse acima.

Quanto ao clítico argumental de referência arbitrária, ou, se quiser, o *se-nominativo*, ocorre em estruturas com sujeito indeterminado, isto é, aquelas em que o verbo não se refere a uma pessoa determinada, ou por se desconhecer quem executa a ação, ou por não haver interesse no seu conhecimento” (Miguel, 2013: 52-53).

(9) (a). Canta-*se* hoje⁶.

Clítico argumental proposicional ou predicativo: *clítico demonstrativo*

Segundo Mateus, *et. al.* (2003: 837-838), “este clítico argumental proposicional corresponde ao pronome demonstrativo *o* invariável”, pronome esse que, na visão mais tradicional (Bechara, 2003: 167), “é de emprego absoluto, invariável no masculino e singular quando funciona com o valor, grosso modo, de *isto, isso, aquilo e tal*”, conforme o exemplo em (10).

(10). (a). Também *o* é para Bruxelas (Jornal Público).

Clíticos quase-argumentais

Segundo Mateus (2003: 839), “os clíticos quase-argumentais também apresentam subdivisões: clíticos com estatuto argumental e funcional: *se passivo*, como em (11) e clíticos que pertencem aos quase-argumentais, como são os casos dos dativos ético de posse”, como em (12).

(11) (a) Vende-*se* pão.

(12) (a) Faça-*me* o favor de fechar a porta!⁷

Clítico com comportamento de afixo derivacional: *clítico ergativo/anticausativo*

A tradição gramatical designa estes clíticos como pronomes reflexivos (Cunha e Cintra, 2005; Bechara, 2001; Moura, 2006), ou melhor, “são formas dos pronomes pessoais que desempenham a função de complemento direto para referirem as mesmas entidades do sujeito”.

Observem-se os exemplos em (13) e (14) retirados em Mateus *et al.* (2003: 841)

(13). (a). O barco virou-*se*.

⁶Exemplo nosso.

⁷ Exemplos nossos.

- (b). A tempestade virou o barco.
 - (c). *A tempestade virou-*se* o barco.
 - (d). ? O barco virou.
- (14). (a). Eu enervei-*me*/ nós enervámo-*nos*.
- (b). Aquela situação enervou-*me/nos*.
 - (c). *Eu enervei/Nós enervamos.

Por sua vez, Pereira (2006: 29-30), referindo-se ao clítico *se*-ergativo no PB, observou que:

embora alguns dialetos do PB façam uso do *se*-ergativo, a presença do clítico, como nos contextos do PE agrupados nos exemplos acima, de modo algum é obrigatória. No entanto, tal como ocorre no PE, com verbos do tipo *enervar*, a presença do clítico parece ser obrigatória, ao menos nos dialetos do sul. (...) Em certas variedades do dialeto florianopolitano, principalmente nas comunidades pesqueiras mais tradicionais (como é o caso do Ribeirão da Ilha e da Barra da Lagoa), o *se*-ergativo é realizado tal como no PE.

Clíticos sem conteúdo semântico ou morfossintático: *clítico inerente*

De acordo com Mateus *et. al.* (2003: 843), “dá-se a designação de clítico inerente às formas do pronome reflexo que não estão associadas a qualquer posição argumental ou de adjunto em que o clítico não pode ser interpretado como uma partícula deansitivizador”. Abaixo, transcrevem-se os exemplos das autoras:

- (15). (a). A Maria apaixonou-*se* por aquele homem encantador.
- (a). Tu zangas-*te* sem saber porquê.
 - (c). Rio-*me* às gargalhadas das graças desse cômico.
 - (d). As tristezas acabaram-*se*.
- (16). (a). *Aquele homem encantador apaixonou a Maria.
- (a). *Aquilo zangou-*te*.
 - (c). *As graças desse cômico riem-*me* às gargalhadas.
 - (d). *Aquele acontecimento acabou as tristezas.

2.1. Clíticos no PE

No PE, o pronome clítico não é usado de forma aleatória, nem se encontra à deriva. Tal como sucede no português escrito na imprensa angolana, no PE, o emprego dos clíticos está sempre associado a critérios morfossintáticos e fonológicos, o que constitui uma dificuldade por aqueles que não têm o português como língua materna e

mesmo por alguns que o têm como língua materna, tal como salientaram Madeira *et al.* (2010: 3) a respeito de crianças falantes de crioulo:

um dos aspectos problemáticos na aquisição do PE por estrangeiros é a realização e colocação dos pronomes clíticos, isto porque as condições que determinam os padrões de colocação dos clíticos, em PE, são distintas das observadas em outras línguas românicas.

Com efeito, os padrões de colocação dos pronomes clíticos são uma das particularidades que distingue as gramáticas de diferentes variedades nacionais (Mateus *et al.*, 2003: 847).

É de notar que, diacronicamente, o emprego dos clíticos não caminhou sempre na mesma direção: muita coisa mudou; nalguns casos em que se observava a posição proclítica, hoje no PE existe posição enclítica e vice-versa, motivo por que Martins (2011: 84) considera que “a colocação dos pronomes clíticos no português (europeu) mudou ao longo do tempo em dois aspectos centrais: (i) na distribuição (e proporção) da ênclise e da próclise nas frases raiz afirmativas; e (ii) na possibilidade, ou não, de um clítico ocorrer separado do verbo em contextos de próclise obrigatória”.

Tendo em conta o que acima se apontou, pode concluir-se que o uso dos clíticos no PE é feito com base em regras bem marcadas, podendo aparecer antes do verbo (próclise), depois (ênclise) ou no meio do verbo (mesóclise), embora a posição mesoclítica, no português atual, esteja a entrar em desuso, sobretudo na linguagem coloquial e entre falantes menos escolarizados. Daqui se depreende a razão por que Mateus *et al.* (2003: 865) concluem que “a mesóclise não passa de um dos traços de sobrevivência de uma gramática antiga, que consiste na colocação alternativa a ênclise nas formas de futuro e condicional exigida no português padrão”.

Assim, é legítimo afirmar-se que ênclise é a posição canónica no PE e ocorre nos seguintes casos: quando o verbo é simples, o pronome clítico coloca-se na posição enclítica em frases declarativas afirmativas (17) e coordenadas com algumas conjunções, como em (18).

(17). Trump dá-*lhes* uma alma nova (Jornal Público).

(18). Já sei que haverá quem venha defender esta situação e achá-*la* a melhor dentro do possível (Jornal de Público).

No entanto, com o verbo modalizador, segundo sustenta Moura (2006: 113), o pronome clítico pode vir depois do verbo principal ou precedê-lo.

Observem-se os exemplos de Moura (2006: 113) abaixo transcritos:

(19) (a). Podemos constipar-*nos*/ podemos-*nos* constipar.

(b). Devemos esforçar-*nos* na virtude/ devemo-*nos* esforçar na virtude.

Por sua vez, Mapasse (2005: 15) sustenta que “quando o verbo principal da locução verbal está no infinitivo e a frase apresenta um elemento tipo operador em posição pré-verbal, o clítico pronominal pode preceder o verbo modal/ aspectual ou ocorrer à direita da forma infinitiva, conforme a reestruturação tenha ou não operado”.

Em (20), apresentam-se os exemplos oferecidos por Mapasse (2005: 15).

(20) (a) O Luís não *a* deve ver tão já.

(b) O Luís não deve vê-*la* tão já.

Como é sabido, a próclise é a colocação do pronome antes do verbo e esta posição, como acima se mencionou, depende de vários fatores morfossintáticos e fonológicos. Observem-se os exemplos abaixo, todos extraídos do *corpus* do Jornal Público.

(i). Em frases negativas, como em (22) e interrogativas, como em (23):

(22) (a). Não *lhes* faremos as vontades.

(b). Nunca *se* licenciou na universidade.

(23) (a). Como *o* fazem?

(ii). Em frases com quantificadores:

(24) (a). Nos dias em que toda a gente *se* indignou contra a mentira.

(iii). Em frases com expressões indefinidas:

(25) (a). Espero que ninguém *se* lembre.

(v). Quando numa frase o advérbio precede o verbo:

(26) (a). Já *o* viram.

Por um lado, tanto a ênclise como a próclise são possíveis em orações infinitas introduzidas por uma preposição.

Vejam-se os exemplos em (27).

(27) (a). Foram para me agredir (Jornal Público).

(b). Foram para agredir-me.

No entanto, com base no que afirma César (2014:30-31), a próclise é introduzida quando “há um subconjunto de locuções coordenativas com um “elemento de polaridade negativa”: *não só...mas / como também, nem...nem*; e de locuções coordenativas disjuntivas: *ou...ou, ora...ora, quer...quer, seja...seja*, que induzem proclise”.

Observem-se os exemplos aduzidos por César (2014:30):

- (28) (a). Não só a Marinela *o* insultou como também o Paulo *lhe* bateu.
(b). Quer *te* agrade, quer não *te* agrade, vou de férias.

Aos anteriores, acrescente-se *ambos*, conforme refere Moura (2006: 113): “o pronome clítico também surge na posição proclítica, quando o sujeito for a expressão *ambos*”.

- (29) (a). Ambos *se* constiparam (Moura, 2006: 113).

Além das duas posições acima mencionadas – a enclítica e a proclítica – há que salientar a posição mesoclítica, isto é, a posição do pronome no meio do verbo, no futuro e no condicional, como se observa nos exemplos abaixo retirados do Jornal Público:

- (30) (a). Ao lerem o seu texto, ver-me-ão acusado de populismo (verbo no futuro).

(b). Governantes adultos e com ética mínima limitar-se-iam a estabelecer o faseamento dessa entrada, usando a lista nacional de graduação dos professores (verbo no condicional).

Quanto à mesóclise, em geral, sublinha-se a sua regressão. É o que, entre outros, Mapasse (2007: 16) salienta: “atualmente, a mesóclise é um padrão em regressão que, por não corresponder a opções da Gramática do PE moderno, precisa de ser aprendida, pelo que está a ser substituída pela ênclise nas novas gerações e em falantes com pouco nível de escolarização”.

2.2. Clíticos no PB

O sistema pronominal é um dos aspectos sintáticos em que o PB mais difere do PE e, de acordo com estudos realizados na perspectiva diacrónica, como o de Pagotto (1992) entre outros, este sistema linguístico sofreu (e ainda sofre) muitas mudanças.

Segundo Castilho (2010: 484-485), “o problema vem de longe, pois ao longo da própria história do português, observou-se certa mobilidade de colocação dos clíticos, predominando, inicialmente, a ênclise até ao século XIV, começando então o domínio da próclise até ao século XVI”.

Este autor também confirma que os clíticos do PB, diferentemente dos do PE, têm colocação maioritariamente proclíticos. No entanto, ao longo da história, sempre se registou uma oscilação entre a ênclise e a próclise, processos representáveis da seguinte maneira: ênclise > próclise > ênclise.

A insuficiência do sistema pronominal como divergência entre o PB e o PE é salientada por Silva (2013: 151-152) que considera o seguinte:

um ponto central da diferença entre o PB e o PE reside no sistema pronominal. No caso dos pronomes sujeito, essas diferenças afetam também o sistema de concordância verbal. Em PB, a 3ª pessoa do singular tem vindo a generalizar-se em detrimento da 2ª pessoa”.

Os pronomes pessoais no PB tendem a reorganizar-se, embora, de acordo com Castilho (2010: 477), esta reorganização afete mais a modalidade falada, com fortes consequências na estrutura sintática da língua, como se depreende no quadro que abaixo se reproduz.

Tabela 6: Atualização do sistema pronominal do PB contemporâneo. Tabela retirada de Castilho (2010: 477)

Pessoa	PB Formal		PB informal	
	sujeito	Complemento	sujeito	complemento
1ª pessoa do sg.	eu	me, mim, comigo	eu, a gente	eu, me, mim, prep. + eu, mim
2ª pessoa do sg.	tu, você, o senhor, a senhora	te, ti, contigo, prep. + senhor (a)	você, ocê, tu	você, ocê, cê, te, ti, prep. + você, ocê (docê, cocê)
3ª pessoa do sg.	ele, ela	o, a, lhe, se, si, consigo	ele, ei, ela	ele, ela, lhe, prep. + ele, ela
1ª pessoa do pl.	nós	nos, conosco	a gente	a gente, prep. + a gente
2ª pessoa do pl.	vós, os senhores, as senhoras	vos, convosco, prep. + os senhores, as senhoras	vocês, ocês, cês	vocês, ocês, cês, prep. + vocês, ocês
3ª pessoa do pl.	eles, elas	os, as, lhes, se, si, consigo	eles, eis, elas	eles, eis, elas, prep. + eles, eis, elas

Ora, é com base nos argumentos de Castilho (2010:477-478) conclui-se que as formas pronominais informais *cê* e *ei* não funcionam como complementos do verbo, a não ser quando são preposicionados. Da análise do *corpus* referente ao Jornal Globo, verificou-se que não existe, no *corpus*, nenhuma estruturas frásicas incluindo o pronome *vós*, o que leva muitos autores, com destaque para Bagno (2007) por exemplo, a considerá-lo como um “dinossauro”, um pronome extinto na linguagem brasileira.

Sobre este aspecto, Azeredo (2014: 259) vai mais além, ao afirmar o seguinte:

na variedade mais culta da língua, adquirida por força da educação formal veiculada na instituição escolar, quer nas condições que requerem o discurso planeado, quer nas condições da conversação formal, empregam-se todos os pronomes átonos, com excepção da forma da segunda pessoa do plural – vos – exclusiva de usos muito especiais.

Sobre os dativos *lhe* e *lhes*, Azeredo (2014: 258) sustenta que “os clíticos *lhe* e *lhes* têm a função dativa na linguagem escrita formal, referindo-se tanto à pessoa de quem se fala quanto à pessoa do interlocutor: no uso coloquial em geral e na escrita informal, porém, são usados, via de regra, para indicar a pessoa do interlocutor – você/vocês – e podem, além da função dativa, assumir ainda a função acusativa”.

Na verdade, conforme sublinha Pereira (2006: 13), a gramática nuclear do PB conta com poucas formas clíticas, mais precisamente apenas quatro: *me*, *te*, *se* e *lhe*, facto que leva a autora a considerar que, dos cinco critérios de classificação do PE (cf. lista nº 2) apresentados por Mateus *et. al.* (2003), os clíticos do PB são classificados apenas com base em três critérios, como se notou na lista 4.

Estes clíticos são, como observa Azeredo (2014: 259), os mais comuns nas variedades do português do Brasil, por serem iniciados por consoantes e usados preferencialmente na posição de próclise.

No entanto, existem condicionamentos para essa posição (proclisadores). Segundo Pagotto (1996: 186, *Apud* Mapasse (2005: 24), “uma das grandes diferenças entre as duas variedades nacionais do português é o facto de, no PE, a próclise só ocorrer em presença de complementadores, negação, quantificadores, alguns advérbios, ao passo que, no PB, esta posição é canónica”, como se verá no capítulo seguinte. Em relação ao PB, Pagotto (1996: 186) considera que “a *grande inovação do PB* consiste na ocorrência da próclise ao verbo principal em formas verbais complexas, o que no PE não é aceitável”, como se pode ver na frase abaixo apresentada.

(31). Pode *lhe* ajudar (PB) (* PE) (Jornal Globo).

No tocante à posição mesoclítica, e com base nos resultados da análise do *corpus* do Jornal Globo, conclui-se que esta posição não existe no PB.

2.3. Clíticos no PA: uma norma em elaboração?

A interrogação presente neste título resulta do facto de, na atualidade, ainda se notar uma fraca produção de trabalhos científicos sobre o português falado/escrito em Angola, em geral, e sobre os clíticos, em particular, embora existam dezenas de materiais para descrever esta variedade do português à luz da linguística contrastiva. A escassez de livros e estudos sobre o português em/de Angola constitui um dos obstáculos para a sua normalização, apesar de, em termos estritamente linguísticos, esta norma já existir, desde o momento em que um falante do PA se distingue de um falante do PE ou do PB.

Em termos bibliográficos, a obra de Mingas (2000), intitulada *Interferências do Kimbundu no Português Falado em Lwanda* é apontada como uma das referências no estudo da Variedade Angolana do Português (VAP). Nesta obra, a autora compara as estruturas morfossintáticas e lexicais do português falado em Angola com as do PE, tendo em comparação o quimbundo, por ser uma das línguas com a qual o português está em contacto no território angolano.

No entanto, quem na verdade centra a sua atenção nos pronomes clíticos da VAP é Helena Miguel, na obra *Dinâmica da Pronominalização no Português Falado em Luanda* (2003). Este é um dos primeiros trabalhos sistemáticos sobre as ocorrências dos clíticos no PA. Nele, contrastando os clíticos pronominais do PA com os do PE, a autora verificou que, no português falado em Angola, há maior predominância da próclise e, muitas vezes, estes pronomes “encontram-se à deriva”.

Recentemente, têm-se multiplicado as dissertações de mestrado, teses de doutoramento e artigos científicos que tratam da problemática dos clíticos no PA, se bem que muitos desses trabalhos se cinjam sobretudo aos aspectos lexicais. É o caso das obras de Chicuna (2013); Black (2014) e Costa (2014) do que propriamente à sintaxe.

Das pesquisas feitas sobre a VAP falada em sala de aula, na rádio e em outros meios de difusão da língua, e enquanto conhecedor desta variedade do português, afirmamos que os clíticos do PA têm um comportamento morfossintático muito diferenciado do PE, apresentando a próclise de forma generalizada e, muitas vezes, ênclise nos casos em que há alguns elementos proclisadores.

Confirmando esta percepção, Nzau, Venâncio e Sardinha (2013: 173) observaram que “a próclise, ou seja, a anteposição do pronome ao verbo, é um dos

aspectos que caracteriza a VAP e, nesse sentido, a VAP aproxima-se mais ao português padrão do Brasil (PB) do que ao PE, embora, teoricamente, o PE seja a norma praticada pelos angolanos’.

Aqueles autores também constataram que a influência das línguas bantu joga um papel preponderante no que toca à posição proclítica do pronome clítico na VAP. Vejam-se, em (31), os exemplos daqueles autores:

- (31) Nga mumono kya.
SU OD V ADV
(PA: eu o/lhe vi já)
(PE: eu vi-o já. / Eu já o vi).

A partir das observações daqueles autores, conclui-se que as formas dativas dos pronomes pessoais *o*, *a os* e *as*, assim como as suas correlatas quando os verbos terminam em *r*, *s* e *z* ou em nasal, estão em perda na VAP, uma vez que o fenómeno de *lheização*⁸ tem reduzido estas formas pronominais, como em (32). No entanto, na linguagem escrita formal, e como se viu na análise dos dados do *corpus* do Jornal de Angola, este fenómeno não se regista.

As frases abaixo (elaboradas por nós) exemplificam este processo:

- (32) (a). *Não lhe vi.
(b). *O André lhe morderam no cão.
(b). *Hoje lhe fiz rir tanto.

Por outro lado, tem-se constatado que, na VAP, o clítico *se* de terceira pessoa, muitas vezes é usado como clítico de primeira pessoa, substituindo o pronome *me*, assim como também o clítico *te* de segunda pessoa é usado como clítico de terceira pessoa, e vice-versa.

Observe-se, em (33), os exemplos elaborados por nós.

- (33) (a). *Já se lavei.
(b). *Tu tens que se lavar muito bem.
(c). *Se aleijaste, né?

Embora esta forma seja mais característica em pessoas com um baixo grau de escolaridade, todavia também é possível encontrá-la, sem muito esforço, em pessoas escolarizadas.

⁸ Segundo Black (2014: 35), “a *lheização* é o emprego do pronome acusativo *lhe* como dativo. Normalmente, no PA, este pronome substitui as formas *o*, *a*, *os* e *as*.”

Com base no acima exposto, sugere-se uma tabela atualizada sobre a distribuição dos clíticos pronominais do PA.

Tabela 7: Proposta nossa. Distribuição dos clíticos pronominais da Variedade Angolana do Português

PA formal		PA informal	
peças gramaticais	dativos	Acusativos	acusativo/dativo
1ª pessoa do sg.	me	Me	me/se
2ª pessoa do sg.	te	Te	te/ se
3ª pessoa do sg.	se, lhe	se, o, a	lhe, se, te ele e ela, li
1ª pessoa do pl.	nos	Nos	nos
2ª pessoa do pl.	vos	Vos	vos
3ª pessoa do pl.	se, lhes	se, os, as	se, lhes, eles e elas, lis

Para concluir, afirma-se que as contrações entre dativos e acusativos não constam da classificação, pelo facto de não estarem registados num *corpus* tão formal como o jornalístico.

3. Questões metodológicas

3.1. Metodologia de Linguística de *Corpus*⁹

Esta dissertação assenta nos princípios metodológicos consagrados na Linguística de *Corpus*, entendida, segundo a visão de Karder e Richter (2013: 1), como sendo “um campo que se dedica à criação e análise de *corpora*, ou seja, conjuntos de textos e transcrições de fala armazenadas em arquivos de computador”.

Importa por isso definir a noção de *corpus*. Segundo Gallisson e Coste (1983:169), *corpus* é um “conjunto finito de enunciados tomados como objeto de análise, mais precisamente, um conjunto finito de enunciados considerados representativos do tipo de língua a estudar, reunidos para servirem de base à descrição e, eventualmente, à elaboração de um modelo explicativo dessa língua”. Neste sentido, segundo aqueles autores, um *corpus* dirá também respeito “a um conjunto de

⁹ Aproveita-se para agradecer à Professora **Helena Cameron** a inestimável ajuda para manusear e organizar os dados em folha de Excel.

documentos quer orais (gravados ou transcritos), quer escritos, ou ainda orais e escritos, de acordo com o tipo de investigação em vigor”.

Em trabalho mais recente, Ibaños *et. al.* (2015: 13), por sua vez, definem um *corpus* como “uma coleção de textos produzidos naturalmente na língua (em contraposição a textos induzidos e à língua da máquina), armazenados em formato eletrónico e com o intuito de serem alvo de investigações linguísticas”. Em face disso, a chamada Linguística de *Corpus* “ocupa-se da coleta e exploração de *corpora*, ou conjuntos de dados linguísticos textuais que foram coletados criteriosamente com o propósito de servirem para a pesquisa de uma língua ou variedade linguística”¹⁰, o que equivale a dizer que esta área se dedica à exploração da linguagem através de evidências empíricas, extraídas por meio de computador (Sardinha, 2000: 325).

No entanto, e ao contrário do que fosse parecer, os estudos linguísticos com base em *corpora* já apresentam uma longa história (Nascimento, *sd.*, 1). Foi nos inícios dos anos 60 que a Linguística de *Corpus* conferiu um novo sentido ao termo *corpus*. Contudo, é apenas nos anos 90, graças a um extraordinário desenvolvimento dos meios tecnológicos, quando se começou a generalizar, verdadeiramente, na comunidade linguística, o reconhecimento das grandes potencialidades destes “recursos linguísticos” para um melhor conhecimento das línguas, ao ponto de se colocar a dúvida sobre se a Linguística de *Corpus* é apenas uma nova perspectiva metodológica ou se, na realidade, constitui um ramo da Linguística.

Sobre este aspecto, afirma Nascimento (*sd.*, 1):

uns encaram a Linguística de *Corpus* como sendo apenas uma nova abordagem filosófica, uma nova maneira de pensar a língua (Leech, 1992); outros admitem já a sua compatibilidade com modelos cognitivistas (Shönefeld, 1999). Contudo, alguns, ainda, (Sinclair, 1991) pensam que a evidência dos factos atestados, estimulando novas descrições e hipóteses teóricas, contribuirá decisivamente para que a Linguística de *Corpus* venha a atingir um maior grau de maturidade.

Por isso, Sarmiento (2015: 88) propõem que a Linguística de *Corpus* seja “um ramo da Linguística como a *sintaxe*, a *semântica* ou a *pragmática*, que se concentram na descrição ou explicação de algum aspecto da língua em uso”, se bem que seja igualmente uma metodologia que pode ser aplicada a uma grande variedade de estudos

¹⁰ Para o nosso caso, o estudo em *corpus* representa as variedades geográficas (PE, PB e PA) e nas variedades sociais cultas do português destes três países.

linguísticos, inclusive ao ensino de línguas, ou seja, é uma das várias maneiras de “fazer linguística”.

Como se sabe, o primeiro *corpus* linguístico eletrônico é o *corpus* Brown, lançado em 1964, *corpus* esse que, na visão de Sardinha (2000: 324-325), continha uma quantidade invejável de dados para a época: um milhão de palavras. Há algumas décadas atrás, conforme assegura Sardinha (2000: 324-325), “as dificuldades para informatizar um conjunto de textos eram tremendas, motivo por que os textos tiveram de ser transferidos para o computador por meio de cartões, perfurados um a um”.

No entanto, antes do computador já existiam *corpora* (Sardinha, 2000: 324-325), “uma vez que o sentido original da palavra *corpus* é *corpo*, isto é, um conjunto de documentos, por exemplos o *Corpus* Helenístico, surgido na Grécia Antiga, e definido por Alexandre, o Grande, assim como também os *corpora* de citações da Bíblia”.

Porém, ninguém discutirá hoje que “a Linguística de *Corpus* está a mudar a maneira como se investiga a linguagem, nos seus mais diversos níveis, colocando à disposição do analista quantidades de dados antes inacessíveis” (Karder e Richter, 2013: 1). Com efeito, tal como afirmam aqueles autores:

todo esse desenvolvimento na investigação linguística com *corpora* só foi possível com o advento da informática; sem ela, a Linguística de *Corpus* contemporânea não poderia existir, uma vez que o linguista de *corpus* depende de programas de computador para lidar com *corpora*.

Existem vários centros especializados nesta área, tanto no que toca à teorização como no referente à criação de *corpora*, com destaque para a Grã-Bretanha e países escandinavos (Noruega, a Suécia e a Dinamarca), conforme sublinha Sardinha (2000: 328).

Em Portugal, algumas universidades também vêm trabalhando em Linguística de *Corpus* (Nascimento *sd.*, 2). Destaca-se aqui o Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (CLUL), que constituiu o chamado *Corpus* de referência do Português Contemporâneo (Nascimento, *sd.*, 1-2). Este *corpus* é também designado por CRPC e encontra-se disponível em <<http://www.clul.ulisboa.pt/en/>>. No âmbito do Projecto “Recursos Linguísticos para o Estudo das Variedades Africanas do Português”, desenvolvido pelo CLUL, foi constituído um *corpus* de 3 milhões de palavras – *Corpus* África –, que engloba as variedades dos cinco países africanos de língua oficial portuguesa. Parte do *corpus* foi extraído do CRPC e outra parte foi

constituída pela equipa do Projeto, tendo-se procedido à recolha de novos textos escritos e orais, de modo a tornar os cinco subcorpora comparáveis em dimensão e em composição interna.

Fora da Europa, a Linguística de *Corpus* tem conhecido avanços significativos com maior expressão nos Estados Unidos e no Brasil, país onde existem centros especializados neste género de investigação (Universidade de São Paulo, Universidade Federal Rio Grande do Sul entre outras).

A Linguística de *Corpus* está, hoje, muito desenvolvida não só nas investigações linguísticas tendentes à descrição e ao ensino das línguas mas também na produção de materiais lexicográficos e outros materiais de armazenamento de dados linguísticos. Através de programas de computadores identificam-se as concordâncias, as palavras-chave, frequência de palavras, palavras diferentes, etc.

A respeito da concordância, salientam Sarmiento (2015: 93) que “o processo de concordância é muito usado em Linguística de *Corpus*. O concordanciador é provavelmente a ferramenta computacional mais utilizada para processar informações num *corpus*”. Aquele autor define concordanciador da seguinte maneira:

programa que busca, num *corpus*, uma palavra selecionada ou um sintagma, apresentando todas as ocorrências daquela palavra ou sintagma no centro da tela do computador com as palavras que as antecedem ou seguem à esquerda e à direita, isto é, o cotexto. A palavra selecionada que aparece no centro da tela é chamada de nóculo ou palavra nóculo (*node* ou *node-word*). O material é disposto de forma a facilitar a visualização dos padrões da palavra-nóculo.

Num artigo disponível em <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Concordanciador>>, esclarece-se que os concordanciadores são utilizados para listar as ocorrências de uma determinada palavra ou frase, ficando esta centralizada, com uma quantidade definida de contextos, tanto da esquerda como da direita e fornecendo uma visualização privilegiada do item. Genericamente, muitos concordanciadores, além de produzirem concordâncias, também executam outras funções, como listar a frequência de palavras num texto ou *corpus*, extrair palavras-chave e colocados de dados. Nesta dissertação específica, o *AntConc* foi o concordanciador escolhido para analisar os dados, listando as frequências de palavras.

O processo de listar ocorrências de palavras denomina-se “Processo de Extração de Concordância”. Importa esclarecer que se “dá o nome de concordância à linha ou linhas de contexto em que uma determinada palavra ocorre, extraída (s)

automaticamente de um *corpus* linguístico informatizado” (Nascimento, *sd.*, 11). Sarmiento (2015: 94), por sua vez, salientam que “uma lista de frequência é simplesmente uma lista de todas as formas, de todas as palavras ou vocábulos (*types*) presentes num *corpus* juntamente com o número de ocorrências de cada forma/palavra ou vocábulo (*tokens*). A lista pode ser classificada por ordem de frequência, com as formas mais frequentes em primeiro lugar, ou, ainda, alfabeticamente. Essa listagem pode também ser lematizada ou não”.

3.2. Natureza do *corpus* e critérios de recolha

O *corpus* desta dissertação é constituído apenas por textos escritos e de opinião, de natureza jornalística que foram retirados de três jornais. Os jornais selecionados são os seguintes: Jornal Público, Jornal Globo e Jornal de Angola.

O Jornal Público é um jornal diário português. A Público Comunicação Social S. A., que publica este jornal, pertence ao grupo empresarial português Sonae e foi fundado em 1989. O seu primeiro diretor foi Vicente Jorge Silva, tendo o 1º número do *Público* saído para as bancas em 5 de março de 1990, com um Estatuto Editorial <[https://pt.wikipedia.org/wiki/P%C3%BAblico_\(jornal\)#Suplementos.2C_cadernos_e_.C3.A1reas](https://pt.wikipedia.org/wiki/P%C3%BAblico_(jornal)#Suplementos.2C_cadernos_e_.C3.A1reas)>.

Segundo outro artigo da *Wikipédia*, “o Jornal Globo é um jornal diário brasileiro, fundado em 29 de julho de 1925 e sediado no Rio de Janeiro, em circulação nacional pela assinatura mensal, nas formas impressa ou digital. É parte integrante do Grupo Globo, de propriedade da família Marinho, que inclui a Rádio Globo e a Globo” (disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/O_Globo).

Já no artigo disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Jornal_de_Angola>, afirma-se que “o Jornal de Angola é um jornal diário angolano, fundado em 1975, e publicado em Luanda pela editora Edições Novembro. Está sob controlo do Estado angolano. O jornal publica notícias diárias sobre política interna e externa, economia, desporto, cultura, sociedade e a reconstrução nacional. A sua circulação diária é de cerca de 50 000 exemplares”.

Importa esclarecer que a escolha destes jornais se deveu ao facto de serem jornais diários, com uma cobertura nacional nos respectivos países. Os textos foram recolhidos *on line* com uma periodicidade quinzenal, tendo apenas sido usados textos disponíveis *on line* por dois motivos: primeiro, por já se encontrarem transcritos e,

segundo, devido à dificuldade de aquisição dos exemplares do Jornal Globo, porque o acesso ao formato físico não era possível.

Dadas as restrições de acesso aos jornais *online*, pelo facto de não ser assinante ou estar registado, não foi possível controlar a quantidade de textos copiados da internet para o *Word* nos dias 15 de cada mês.

No tocante à data dos textos, foram apenas seleccionados textos assinados entre outubro de 2015 a fevereiro de 2017, apesar de a maioria deles ser referente ao ano de 2016. Os textos foram copiados e colocados em *Word*, tendo-se eliminado as imagens e pequenos textos publicitários que apareciam em alguns deles. Os textos foram mantidos tal como foram recolhidos, sem sofrerem qualquer alteração.

Constituíram-se três ficheiros para a organização dos textos seleccionados. Assim, o primeiro ficheiro a ser constituído foi o do Jornal de Angola, o segundo foi o do Jornal Globo e o terceiro o do Público, totalizando três *corpora* diferentes que integram o *corpus* da dissertação.

Da totalidade de textos copiados para o *Word*, seleccionaram-se apenas 60 textos para cada periódico, somando um total de 180 textos, número considerado suficiente para os objetivos da pesquisa, uma vez que, como considera Hunston (2002, *apud* Mottim Sarmiento, 2015: 91), “o tamanho de um *corpus* influencia a velocidade e a eficiência do *software* de acesso a esse *corpus*”. Assim, o *corpus* do Jornal de Angola é composto por 38.718 palavras, existindo 7.272 palavras diferentes. O *corpus* do Globo apresenta um número de 38.313 palavras, das quais 8.335 são palavras diferentes. O *corpus* do Público é composto, por sua vez, por 43.713 palavras, sendo que 7.521 são palavras diferentes.

De acordo com os objetivos traçados, trabalhou-se apenas com “informantes”¹¹ de textos de opinião, devido à própria natureza deste tipo de texto, já que habitualmente o autor pode exprimir o seu pensamento com maior liberdade linguística. Os temas dos textos escolhidos para a análise são diversos, a saber: política, economia, cultura, desporto, sociedade, atualidade, etc.

Por outro lado, no caso dos “informantes” do Jornal de Angola, os autores dos textos seleccionados pertencem a vários *status* ou classes sociais. São homens e

¹¹ Nesta dissertação, adotou-se o termo “informante” para designar os autores dos textos de opinião dos três periódicos.

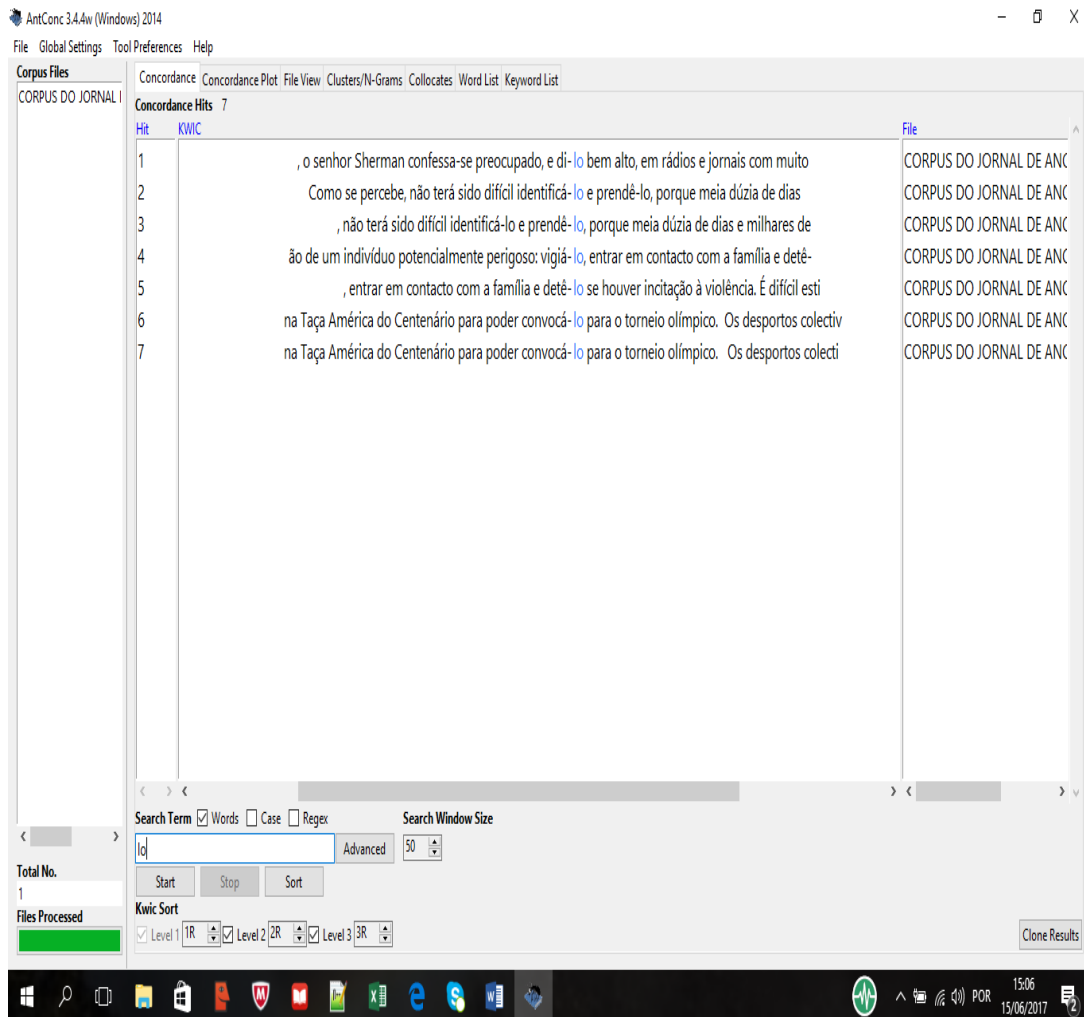
mulheres adultos e com formações em áreas muito diversas, tratando-se de autores cujo nível de instrução e cultura os aproxima do padrão europeu. Para se garantir a confidencialidade dos informantes, omitiram-se, no *corpus*, os seus nomes, idades e géneros.

Depois de os textos já estarem devidamente organizados no programa *Word 2010*, foram transformados para o formato *Texto Simples (TXT)*. Neste formato, guardaram-se as alterações com a codificação *UTF-8*, permitindo, assim, que as palavras acentuadas graficamente e com cedilhas pudessem aparecer sem alterações de caracteres.

Para a análise dos dados, como atrás se adiantou, escolheu-se o programa *AntConc*, criado por Laurence Anthony. A escolha deste *software* decorreu do facto de ser, em primeiro lugar, uma ferramenta atual, de utilização fácil, que apresenta a possibilidade de utilização de textos em português e, além do mais, por ser uma ferramenta *opensource*, isto é, ferramenta de utilização gratuita. Em segundo lugar, optou-se pelo *AntConc* por ser um concordanciador, isto é, um programa de computador que constrói concordâncias automaticamente. Por último, escolheu-se este programa por oferecer a vantagem de ser um arquivo bastante leve (4Mb).

De forma a exemplificar o programa escolhido para o tratamento de dados, veja-se abaixo o *AntConc*, buscando o clítico “lo” e demonstrando os contextos à direita, o clítico no centro e o contexto à esquerda. O clítico buscado encontra-se destacado. O clítico neste exemplo ocorre apenas na posição enclítica.

Figura 1: Programa AntConc.



Depois de obtidas as concordâncias de cada um dos pronomes, o resultado foi transferido para um ficheiro de texto. Os ficheiros de texto foram, a seguir, “trabalhados” em folha de cálculo *Excel*, onde a informação foi ordenada em colunas. Efetuou-se então uma classificação de cada uma das ocorrências em colunas, consoante a posição que o pronome ocupa na frase. Efetuou-se, ainda, um levantamento das palavras “atratoras” que levam à mudança de posição da ênclise para próclise no caso do português em Portugal e em Angola. Por último, a partir dos dados, foram elaboradas tabelas e gráficos que estão presentes no capítulo seguinte.

CAPÍTULO III
ANÁLISE DOS DADOS DO *CORPUS*

CAPÍTULO III: ANÁLISE DOS DADOS DO *CORPUS*

No presente Capítulo, serão apresentados os resultados obtidos da análise automática dos textos de opinião dos jornais de Angola, Globo e Público. A análise centrar-se-á na identificação das ocorrências dos pronomes clíticos consagrados na tradição gramatical, com base nos critérios arrolados na Lista 5.

Lista 5: Critérios para a análise de ocorrência dos clíticos pronominais nos Jornais de Angola, Globo e Público

1. Seleção de clíticos;
2. Posição dos clíticos em relação ao “hospedeiro”;
3. Condicionamentos para a produção da próclise e da ênclise.

De acordo com o primeiro critério, procurar-se-á demonstrar, dentre os clíticos ocorrentes no *corpus*, qual é o mais usado em relação aos demais, quer seja acusativo quer dativo, e se se poderá comprovar a existência ou não de clítico “mal” selecionado, sobretudo nos textos relativos ao PA. Importa referir que, neste ponto, não se analisará o papel semântico dos clíticos, por não ser esse um dos objetivos da dissertação.

No que diz respeito à posição do clítico relativamente ao seu “hospedeiro”, analisar-se-ão os clíticos que ocorrem na posição proclítica, enclítica e mesoclítica, tendo em conta os condicionamentos que os obrigam a estar numa posição, e não na outra. Neste sentido, para a posição de próclise, serão levados em conta os seguintes condicionadores: advérbios, preposições, expressões/frases negativas, conjunções subordinativas/orações subordinativas, expressões indefinidas, pronomes relativos e frases interrogativas. Importa referir que este critério de análise foi baseado em Martins (2013; 2016) e encontra-se exemplificado no ponto (2.2) do capítulo anterior.

Finalmente, verificar-se-á a possibilidade de ocorrência ou não de clítico na posição de próclise, no PB e no PA, sobretudo em casos em que o Português Europeu obriga à ênclise e o PB, à próclise.

Quanto à posição enclítica, o foco da análise recairá em quatro tipos de frases, arroladas na lista abaixo¹².

¹² Este critério de análise foi baseado em Martins (2013, 2016).

Lista 6: Contextos de ocorrência de clíticos na posição de ênclise

- (i) Frases raiz, isto é, afirmativas cujo núcleo é um verbo na forma finita. A terminologia “frase raiz” foi utilizada por Martins (2013: 2231-2302)
- (ii) Frases gerundivas, as introduzidas por um verbo no gerúndio;
- (iii) Frases infinitivas, as frases cujo verbo nuclear se encontra no infinitivo;
- (iv) Frases coordenadas, as que são unidas por meio de uma conjunção coordenativa (copulativas, adversativas, disjuntivas, conclusivas e explicativas).

Além desses critérios, ver-se-á, também, a possibilidade de ocorrência ou não de clíticos na ênclise em frases interrogativas totais¹³.

Quanto à mesóclise, procurar-se-á comprovar se esta posição, condicionada apenas por verbos conjugados no futuro e no condicional, continuam ou não a registrar-se no *corpus* selecionado para o PA, o PB e o PE, já que, no pensar de Martins (2016: 419:20), esta posição hoje só ocorre no PE (tendo desaparecido do PB e noutras línguas românicas como o Galego), sendo própria da escrita e da oralidade formal e estando em geral ausente da fala espontânea.

1. Clíticos no Jornal de Angola

Nesta secção, apresentam-se os dados resultantes da análise dos clíticos pronominais nos textos de opinião do Jornal de Angola, tendo em conta os critérios arrolados nas Listas 5 e 6.

1.1. Seleção dos clíticos no Jornal de Angola

Quanto à seleção, os clíticos nos textos do Jornal de Angola não ocorrem com elevada frequência, sendo que uns são mais frequentes do que os outros.

Também se verificou que algumas formas pronominais clíticas não se registam no *corpus*, pelo que se consideram formas “não comuns” no Vernáculo Angolano. Trata-se das formas clíticas combinadas entre dativos e acusativos nos casos em que se pronominalizam os dois objetos do mesmo enunciado (Objeto Directo e Indireto). São exemplos disso os grupos de clíticos *to, ta, tos, tas, mo, ma, mos, mas, lho, lha,*

¹³ São frases interrogativas formuladas sem recorrência a expressões adverbiais, tais como quanto, quando, como, por que, porquê e outras. Normalmente, este tipo de frases merece respostas do tipo sim/não.

lhos e lhas. Conforme se afirmou no ponto (2) do capítulo II, estas formas pronominais encontram-se em perda no português atual e quase são inexistentes no Português de Angola, inclusive na modalidade escrita habitualmente mais formal do que a oral.

Por conseguinte, além desses grupos de clíticos, no *corpus* do Jornal de Angola, também não se registou a forma clítica *nas*, forma essa que, no português, surge quando o verbo que a hospeda termina em nasal (*cf.* a lista 1 desta dissertação).

Quanto ao clítico *me*, cuja elevada frequência deve-se certamente à natureza dos textos (artigos de opinião), registou-se 15 ocorrências, distribuídos em duas posições: 10 na ênclise e 5 na próclise, conforme se verá mais adiante. Apesar da frequência desse pronome, no *corpus*, o clítico *se* é o que se destaca mais em relação aos outros, devido ao facto de ser um pronome cujo papel sintático lhe permite maior variedade de uso, podendo atuar como *se* reflexivo, *se* impessoal, *se* intrínseco e *se* ergativo (*cf.* os critérios de classificação dos clíticos, no capítulo II). No *corpus* do Jornal de Angola, registam-se 315 ocorrências do clítico *se*, distribuídos da seguinte maneira: 114 na posição de ênclise e 200 na posição de próclise. Registou-se apenas 1 ocorrência do referido clítico na posição de mesóclise, confirmando, assim, os dados de Mapasse (2007) referidos no capítulo III, e segundo os quais, no português atual, a mesóclise é uma posição em regressão.

Seguidamente, merece destaque o dativo *lhe*, com 23 ocorrências no *corpus*. Em todos os contextos em que surge, este clítico apenas foi usado como dativo, ou seja, como substituto do complemento indireto, confirmando que os clíticos nos textos jornalísticos angolanos seguem as tendências consolidadas pelo PE e não revelando os traços da oralidade dos falantes angolanos.

A partir desta constatação pode dizer-se que a opinião de Black (2014: 35), segundo a qual uma das características do português de Angola é o fenómeno de “lheísmo”, serve apenas para descrever as características do PA informal e oral, mas não se pode aplicar à descrição dos padrões dos clíticos em textos formais como o jornalístico, que se apresenta influenciado pela norma europeia.

Por sua vez, os pronomes *lo*, *la*, *los*, *las* e *no*, formas que surgem quando os verbos que os hospedam terminal em *r*, *s* e *z*, no primeiro caso, e em nasal, no segundo, apresentam um grau de ocorrência baixo, comparativamente com os pronomes *se*, *me*, *lhe* e *nos*.

A forma *no* apresenta 4 ocorrências no *corpus*. A forma *lo* surge 6 vezes; *la* surge 4 vezes; *los* 2 vezes, ao passo que a forma *las* não se regista no *corpus*. No ponto

sobre a ênclise poder-se-ão observar os contextos dessas ocorrências, uma vez que, no português, estes clíticos apenas surgem na ênclise, podendo ocorrer na mesóclise (exceptuando a forma *no*), mas nunca na próclise.

A forma *vo* é um “dinossauro” no quadro pronominal do Português de Angola. Nesta variedade, este clítico simplesmente não existe, quer na modalidade oral quer na escrita. No entanto, só um estudo diacrónico poderá comprovar se este pronome já terá ou não existido nesta variedade africana do português, devido à influência da norma europeia.

De igual modo, o clítico pronominal *vos* também se encontra em extinção na Variedade Angolana do Português e, mais tarde ou mais cedo, poderá engrossar a lista de itens lexicais mortas do português contemporâneo, uma vez que, no *corpus*, apenas se verificou 1 ocorrência deste clítico. O exemplo apresentado em (34) demonstra esta ocorrência.

(34) (...) mas não vos será possível enganar sempre toda a gente.

No tocante à seleção, os clíticos no Jornal de Angola obedecem ao critério de flexão número – pessoa - verbo, conforme a norma europeia, não se observando, no entanto, casos de não concordância entre esses elementos. Assim sendo, o clítico *se* não ocorreu em situação alguma como clítico de primeira e segunda pessoas, como se tem descrito a VAP (*cf.* a tabela 7). Esta constatação também comprova que o padrão de uso dos clíticos nos textos jornalísticos angolanos se distancia das tendências da oralidade em curso no PA.

Por fim, um dado a ter-se em conta é o facto de o pronome *te* não ter ocorrido em nenhum contexto, isto porque os discursos dos informantes dificilmente se dirigem a um *tu*, mas sim a um *ele* ou a um *nós*, o que justifica a ocorrência, em grande escala, dos clíticos *se* e *nos* em detrimento do clítico *te*, pelo facto desse último corresponder a um pronome de tratamento informal na VAP.

1.2. Posição dos clíticos

Nesta secção, serão apresentados os clíticos na posição proclítica, enclítica e mesoclítica, bem como os seus condicionadores morfossintáticos. Os dados serão apresentados em tabelas nas quais constarão os contextos de ocorrências e as palavras condicionadoras das duas posições mais frequentes – próclise e ênclise.

De igual modo, apresentar-se-ão gráficos para uma melhor compreensão, sendo igualmente transcritas todas as frases nas quais ocorrem os clíticos com pouca frequência, de maneira a serem apresentados os elementos condicionadores dessa posição.

Dos clíticos com maior predominância no *corpus* (por exemplo o clítico *se*), serão apresentados alguns exemplos, mas os seus contextos de ocorrência constarão apenas dos dados em Anexos¹⁴.

1.2.1. Próclise

A próclise é a posição na qual o clítico mais surge nos textos de opinião do Jornal de Angola. Tal como sucede no PE, no PA, cuja norma está em formação, a colocação dos clíticos segue os mesmos critérios morfossintáticos consagrados na tradição gramatical do português europeu, distanciando-se do PB. Neste sentido, o argumento apresentado por Nzau *et. al.* (2013), sobre a coincidência entre o PA e o PB, no tocante ao emprego da próclise, diz respeito à modalidade oral do PA e não à modalidade escrita, que é formal e obedece aos padrões do PE (*cf.* ponto 2.3 do capítulo II).

Analisando a ocorrência de cada pronome em particular, percebe-se que o pronome *me* surge na posição de próclise 5 vezes, e nos contextos apresentados no ponto (2) do capítulo II. No *corpus*, registam-se 2 ocorrências desse clítico em frases negativas com a expressão *não*, como em (35); 1 ocorrência em oração subordinada introduzida pelo relativo *que*, como em (36) e 1 ocorrência em frase com advérbio *já*, como em (37).

No entanto, apesar de os informantes coincidirem com a norma europeia, registou-se no *corpus*, fruto da influência da modalidade oral, um caso de próclise do clítico *me* sem a presença de proclisador na oração intercalada, o que confirma a coincidência do emprego de clítico na posição proclítica entre o PA e o PB, conforme a hipótese (iv) levantada no início do trabalho. O exemplo em (38a) demonstra essa convergência entre as duas variedades e divergência em relação ao PE.

Conforme sublinha Martins (2016: 410), a variação próclise/ ênclise não acontece apenas no Português de Angola ou no Português Brasileiro, mas em todas as

¹⁴ Dada a extensão do *corpus*, os anexos são apresentados em ficheiros guardados numa *pen-drive* e organizados em títulos bastante discriminados. Os dados pintados a vermelho, verde e amarelo não foram contabilizados, ou por não serem clíticos ou por serem clíticos repetidos no *corpus*.

variedades do português em África e em alguns dialetos do Português Europeu (*cf.* o exemplo apresentado pela autora e *que*, em (68b), e *que* se transcreve de modo a verificar-se a convergência entre o PA formal e os dialetos do PE).

Vejam-se os exemplos atrás referidos extraídos no Jornal de Angola.

(35) (a) Porque não me deu gorjeta.

(b) Não me importava nada de a ter, mas é falso.

(36) Fico com água na boca, compro, mas arrepiado com a sensação de *que me* roubaram os bons tortulhos do mato deixando de sobra os venenosos.

(37) Já me esquecia das boas razões para tal acolhimento.

(38) (a) Só uma vez, me lembro, estávamos a colher milho.

(b) Depois os foles – *lhe* chamam – enchem-se (Português dialetal; CORDIAL-SIN, Fiscal, Minho).

Quanto ao pronome *lhe*, o mesmo surge na posição proclítica de acordo com a norma do PE, tendo sido atraído por vários elementos morfossintáticos, em particular o relativo *que*, enquanto introdutor de orações subordinadas¹⁵.

Depois deste condicionador, segue-se a expressão negativa *ninguém*, que selecionou o dativo *lhe* na posição de próclise 3 vezes. Salientem-se o advérbio *como*, que o atraiu 1 vez, e a conjunção subordinativa *se*, que o atraiu também 1 vez, totalizando, assim, um valor global de 17 ocorrências do clítico *lhe* na posição de próclise. como se observa na tabela abaixo.

¹⁵ Cf. Anexo relativo ao clítico *lhe*.

Tabela 8: Tabela nossa. Ocorrência do clítico *lhe* no corpus do Jornal de Angola

Ocorrências	Condicionadores	Contextos
12	Relativo <i>que</i>	(a) José Eduardo dos Santos, com lúcida realidade que <i>lhe</i> é reconhecida (...). (b) É também esta União Africana que está muito longe de exercer o papel que <i>lhe</i> cabe realizar. (c). Recusando protagonizar actos de mera propaganda pessoal que <i>lhe</i> poderiam valer alguns importantes dividendos políticos. (d) Trata-se de uma inegável prova – mais uma – da confiança do partido na liderança de José Eduardo dos Santos e do reconhecimento que <i>lhe</i> é merecidamente. (e) José Eduardo dos Santos mais uma vez decidiu – e bem – não ignorar os apelos que <i>lhe</i> foram feitos para que continue a liderar.
3	Indefinido/negação <i>ninguém</i>	(a) Em boa verdade, ninguém <i>lhe</i> pediu opinião. (b) Ninguém <i>lhe</i> podendo levar a mal por ceder e mais uma vez ao sacrifício que provavelmente irá fazer. (c) Ninguém <i>lhe</i> estendeu sempre a “passadeira vermelha.
1	Advérbio <i>como</i>	(a) como <i>lhe</i> apetece (...).
1	Conjunção subordinativa <i>se</i>	(a) As supostas doenças contagiosas trazidas pelos refugiados e que mancham a pureza sanitária dos franceses, um mal que ela promete erradicar se <i>lhe</i> entregarem os bastões governamentais.

No tocante ao dativo *lhes*, nesta posição surge 10 vezes no *corpus*, sendo atraído apenas pelo relativo *que* (cf. anexo relativo ao clítico *lhes*), em orações subordinadas. O exemplo em (39) especifica o contexto da sua ocorrência.

(39) Para se colocarem em bicos de pés e tentar chegar a um patamar que *lhes* permita atacar e minimizar todos os esforços.

Por conseguinte, o clítico *nos* surge nesta posição 14 vezes e, à semelhança do que ocorre com o clítico *lhes*, o relativo *que* também é o que mais se destaca, ao atrair-lo 10 vezes, em orações subordinadas (cf. anexo relativo ao clítico *nos*). No entanto, houve casos em que esse clítico foi condicionado por outras palavras atratoras, tais como: 2 vezes pelo advérbio aspectual *já*, como em (40), 1 pela expressão negativa

não, como em (41) e ainda 1 vez pelo relativo *quem*, como em (42). Quanto a este ponto, nota-se também uma coincidência entre o PA e o PE.

(40) (a) Esse capítulo de má memória da nossa história já nos tirou o que tinha para tirar.

(b) Aqui ao lado, os nossos irmãos da RDC precisam da nossa ajuda e nós já nos prontificámos em dar todo o apoio possível.

(41) Não nos propomos a um mero exercício de charme político.

(42) Quem assim nos alerta, nosso amigo é.

No tocante ao pronome *vos*, como acima ficou claro, apenas tem um registo no *corpus* e foi usado como proclítica. Este clítico foi atraído para essa posição pelo advérbio de negação *não*, como se verificou no exemplo (43).

O acusativo *a*, na posição de próclise, regista 4 ocorrências. Em (43 a e b), o clítico foi condicionado pelo relativo *que*, ao passo que, em (44), foi condicionado pela preposição *para*, aproximando-se assim o PA do PE em contraste com as tendências em curso na oralidade e vigentes no PB.

(43) (a) ninguém lhe pediu opinião, mas já que a dá serve.

(b) e ainda outros que a utilizam como arma de arremesso.

(44) (a) (...) que sobre si lançaram e que serviram para a ajudar a perceber.

(b) E serviu para a ajudar a reforçar os esforços pela obtenção da paz.

O clítico acusativo *as* também se registou no *corpus* do Jornal de Angola, embora com menor frequência, comparativamente com o acusativo *a*. Na única construção em que surge, hospedou-se na posição pré-verbal e foi condicionado pela preposição *de* seguida de infinitivo verbal, como se nota em (45).

(45) no sentido de as proteger e garantir a sua segurança.

Pelo contrário, o clítico *o* surge no *corpus* com frequência na posição de próclise, tendo-se registado 17 ocorrências. Todas estas ocorrências obedeceram aos critérios de colocação de clíticos do PE. A tabela abaixo demonstra os elementos que o condicionaram para essa posição.

Tabela 9: Tabela nossa. Ocorrência do clítico ‘o’ no corpus do Jornal de Angola

ocorrências	Condicionadores	Contextos
3	Expressões negativas <i>ainda não</i>	<ol style="list-style-type: none"> 1. ainda não o fizeram. 2. também é real que ainda não o furamos. 3. é muito mais apertada e os investidores não o fariam se o cenário fosse tão catastrófico”.
1	Advérbio/negação <i>nunca</i>	<ol style="list-style-type: none"> 1. e talvez nunca o vem a fazer.
1	Advérbio <i>assim</i>	<ol style="list-style-type: none"> 1.e os factos assim o demonstram.
7	Relativo <i>que</i>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Sem que os portugueses alguma vez o tivessem escolhido. 2. A que hora e de que maneira o faz. 3. Com uma clarividência que o dignifica. 4. E que o leva a assumir. 5. Mas acredita-se que o histórico do ANC o salva nos momentos eleitorais. 6. Uma personalidade forte e de um carisma que o torna tão popular como discreto. 7. Da soma dos factores que o tornam unanimemente.
2	Preposição <i>de</i> (+ infinitivo verbal)	<ol style="list-style-type: none"> 1.não existe outra maneira legal de o fazer nos termos da Carta da ONU. 2. quem tem a responsabilidade de decidir o faz sem tempo e espaço de manobra.
2	Preposição <i>para</i> (+ infinitivo verbal)	<ol style="list-style-type: none"> 1.mas os incidentes repetem-se. E, para o provar. 2. Argumentos suficientemente fortes para o beliscar.
1	Advérbio <i>como</i>	<ol style="list-style-type: none"> 1.aliás, o modo unânime como os seus homólogos o elogiaram é absolutamente revelador do respeito que têm para com o Presidente angolano.

O clítico *os* também foi usado no *corpus* na posição de próclise de acordo com a norma do PE e os seus condicionadores são diversos, como espelha a tabela abaixo.

Tabela 10: Tabela nossa. Ocorrência do clítico ‘os’ no corpus do Jornal de Angola

Ocorrências	Condicionadores	Contextos
1	Preposição <i>de</i> (+ infinitivo verbal)	1. e depois de os obter.
4	Relativo <i>que</i>	<ol style="list-style-type: none"> 1. para subverter vontades e decisões que não se enquadram nas suas estratégias ou da daqueles que os utilizam sem qualquer tipo de pudor. 2. muitos analistas apontam que estes ataques estão motivados pelas frustrações geradas por cerca de 50 anos de ocupação dos Territórios Palestinos, que os levam a lançar actos violentos. 3. (...) dados por alguns dos que os deviam preparar como pessoas e profissionais. 4. as brechas por onde sorrateiramente entraram no que julgam ser “a boa vida” foram-lhes mostradas pelo oportunismo, as mesmas que os colocam à beira da corrupção, os afundam na mediocridade.
1	Advérbio <i>onde</i>	1. Antes de pisar terra firme na União Americana, os indigentes alemães escalavam Roterdão, na Holanda, onde os aguardaria o transporte marítimo.

Relativamente ao clítico *se*, pode dizer-se que é o mais comum no *corpus* do Jornal de Angola, ocorrendo nesta posição em 200 frases, condicionado por vários atratores, comparativamente aos demais clíticos pronominais até aqui mencionados. Os informantes usaram-no conforme a norma do PE. O relativo *que* é o que mais se destaca, ao atrair esse clítico para a posição de próclise em 94 estruturas frásicas do tipo transcrito em (46)¹⁶. Importa salientar que os informantes não apresentaram variação ao colocarem esse clítico na posição pré-verbal nas orações subordinadas relativas.

(46) Não gostará certamente Isaiás Samakuva que se recorde que o seu partido político obedeceu a uma estratégia colonial e do apartheid.

¹⁶ Cf. Anexo relativo ao clítico *se* no Jornal de Angola, de modo a verificarem-se os contextos da sua ocorrência, uma vez que, aqui, se apresentam apenas pequenos exemplos.

O pronome relativo *qual/quais*, antecedido ou não de preposições, atraíram o referido clítico em 7 estruturas frásicas, do tipo apresentado em (47), fazendo coincidir o PA com as tendências consolidadas no PE.

(47) Por norma, a realização de um congresso é um acontecimento mediático cujo interesse vai para lá do limite das fronteiras partidárias, arrastando consigo apoios e críticas com as quais se cozem as disputas democráticas e se tenta também camuflar alguns interesses menos confessos.

O pronome relativo *quem*, enquanto introdutor de subordinadas, como em (48), assim como o relativo *cujo*, como em (49), nos textos do Jornal de Angola, também funcionam como condicionadores de próclise. O primeiro proclisador atraiu-o em 3 estruturas e o segundo apenas em 1.

(48) (a) Custa muito chamar imigrantes a quem se deslocava da Alemanha.

(49) Para a FED, cujo Comité de Política Monetária se reúne no dia 21 (...).

Perante conjunções subordinativas, os informantes do *corpus* relativo ao Jornal de Angola empregaram a próclise, coincidindo, assim, com os critérios de colocação de clíticos do PE. Assim sendo, a conjunção temporal *quando* atraiu o clítico *se* para a posição de próclise em 6 frases subordinadas do tipo apresentado em (50)

(50) O líder do maior partido da oposição angolana é uma pessoa extremamente crítica quando se refere à governação do país.

Por seu turno, o advérbio de negação *não* atraiu o clítico 21 vezes, em frases como apresentada em (51);

(51) Não se pense que Lucas Ngonda é um político acomodado à sua condição de deputado e de líder partidário.

Ainda quanto a expressões negativas, o advérbio *nunca* também funcionou como condicionador da próclise, ao atrair para esta posição o clítico *se* 1 vez no *corpus*, como se mostra em (52).

(52) (a) José Eduardo dos Santos nunca se sentiu muito à vontade debaixo dos holofotes de uma excessiva mediatização.

No *corpus*, o advérbio focalizador aspectual *já*, segundo a terminologia de Martins (2013), também funcionou como condicionador, ao atraí-lo em 5 frases, como se vê em (53);

(53) (a) Isso já se sabe desde os anos 50.

(b) Mas também já se cogita a hipótese de (...).

O advérbio *como*, no *corpus*, foi responsável pela posição proclítica de *se* em 5 frases, como em (54).

(54) (a) Angola é um bom exemplo de como, em pouco tempo, se recupera um país utilizando os recursos próprios nacionais.

Os advérbios marcadores de ênfase, por exemplo *bem*, como em (55), assim como o advérbio *tão logo*, como em (56), tal como no PE são também elementos proclisadores nos textos jornalísticos angolanos.

(55) Bem se sabe que esta fase da campanha só termina a 20 de Dezembro.

(56) O FMI não só concordou com a sustentabilidade da dívida como acredita que esta irá decrescer tão logo a situação se inverta.

Por outro lado, as preposições que no Português Europeu funcionam como proclisador não constituíram factor de variação para os informantes do *corpus* do Jornal de Angola, pois, diante delas, empregaram a próclise.

A preposição *para*, no *corpus*, atraiu o clítico *se* em 12 situações, em frases como (57); a preposição *por* também funcionou como proclisador, ao atraí-lo em 2 frases, as quais se transcrevem em (58);

(57) (a) Angola é um país condenado ao fracasso por ter perdido as condições que já teve para se financiar.

(b) Já Samakuva quer o voto presencial, opta por deputados a andar de bicicleta para se poupar a camada de ozono e defende a cozinha à lenha.

(58) (a) (...) por se ter recusado a cumprir um protocolo de cooperação.

(b) É melhor arrepiar caminho ou essa empresa acabará por se espetar contra a parede.

Além destas, a preposição *de*, como em (59), a locução *depois de*, como em (60) e a preposição *sem*, como em (61), também funcionam como proclisador.

(59) A necessidade de se reafirmarem as plataformas de reflexão, de diálogo construtivo e de busca de soluções comuns é, assim, fundamental.

(60) Depois de se terem tornado na potência dominante da economia mundial, acabaram por se colocar ao lado das ex-potências coloniais.

(61) (a) Quase sem se dar por isso.

(b) sem se perder de vista a existência de um núcleo comum.

Os informantes dos textos em análise também praticam a próclise em frases com presença de quantificadores do tipo *toda*, como em (62) e *tudo*, como em (63).

(62) Toda a economia mundial se rege dentro deste modelo financeiro.

(63) Como na economia tudo se transforma, alguém ocupou o lugar deixado vazio.

O indefinido/ a negação *ninguém* também atraiu o clítico *se* para a posição de próclise, como em (64) se exemplificam.

(64) (a) Ninguém se espante.

(b) Ninguém se pode recusar a entrar neste desafio com a desculpa de que não quer ser “burguês.

As conjunções e locuções conjuncionais também não constituíram dificuldades para os informantes dos textos em causa, uma vez que estes conectores funcionaram como condicionadores da posição proclítica no *corpus*. Neste sentido, a locução conjuncional final *para que* é atrator da próclise no Português Angolano escrito e formal, como se depreende em (65).

(65) Como agora fez o padre Quintino Candanje que está quase a ser crucificado por ter assumido a verdade, para que se saiba que os angolanos estão atentos.

Além da locução conjuncional *para que*, as conjunções subordinativas *caso*, como em (66), *se*, em (67), a temporal *enquanto*, em (68), a causal *porque*, em (69), também são, no PA, elementos condicionadores da posição proclítica, tal como no Português Europeu.

(66) (a) (...) As vítimas que provocam, mas de que ninguém ouviria falar entre nós caso se ficassem pelos massacres simultâneos.

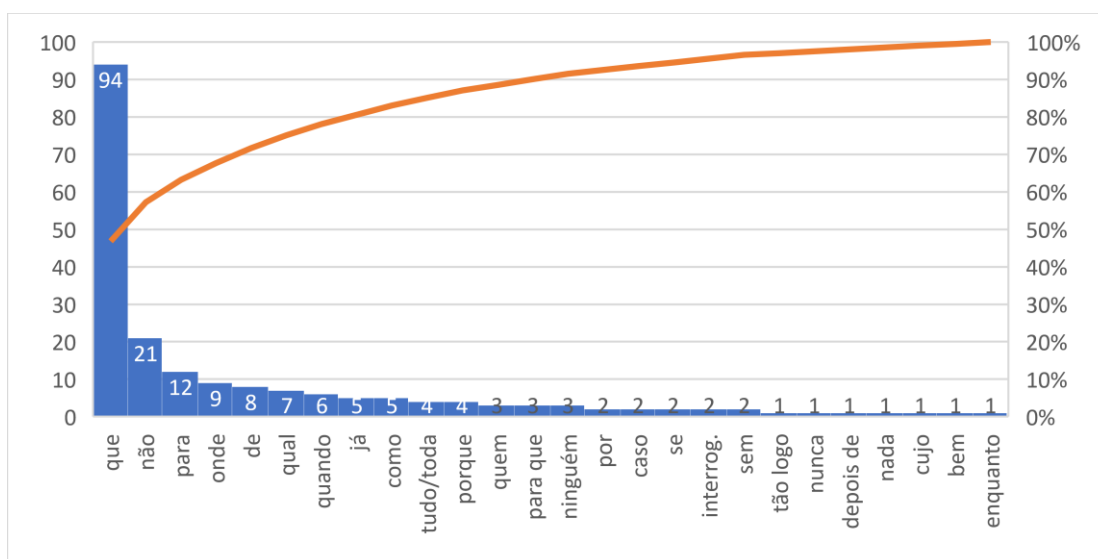
(67) Também ele eterno se a este Obama se sucederem outros Obamas.

(68) Escorrendo agora para a Europa enquanto os Estados Unidos se barricam contra as consequências.

(69) (a) A OTAN deixou de ser dona e senhora nos conflitos convencionais, e não apenas porque os seus tanques se atascam pateticamente em manobras intimidatórias.

A partir daqui, está claro que a posição pré-verbal, no PA, segue os critérios de colocação de clíticos do PE e, neste sentido, a VAP distancia-se do PB e também das tendências da oralidade do vernáculo angolano em formação, o que parece configurar uma diglossia, com estruturas diferentes consoante se trate da língua oral e espontânea ou da escrita formal.

O gráfico 1: Gráfico nosso. Valores numéricos dos condicionadores da próclise no corpus do Jornal de Angola



1.2.2. Ênclise

A posição enclítica no PA é canônica, tal como no Português Europeu. De acordo com os resultados da análise do *corpus* do Jornal de Angola, percebe-se que, nesta variedade, os clíticos ocorrem nesta posição quando na estrutura frásica não se verifica um elemento que funcione como proclisador e, neste sentido, o PA aproxima-se do PE e distancia-se quer do PB quer das tendências em curso no Português falado em Angola.

No *corpus*, o clítico *me* surge na posição enclítica 10 vezes, distribuídos da seguinte maneira: 8 ocorrências em frases “afirmativas raiz” e 2 em frases afirmativas coordenadas, conforme a tabela abaixo.

Tabela 11: Tabela nossa. Ocorrências do clítico me na ênclise no Jornal de Angola

Ocorrências	Tipos de frases	Contexto
8	Frase raiz	<ol style="list-style-type: none"> 1. Recordo-me que as pressões internacionais já passaram por essa fase de critérios variáveis. 2. Isso faz-me sentir mais motivado. 3. Pergunto-me (...). 4. Acendíamos fogo para assar pássaros fígados, esquecia-me, levávamos sal. 5. “Isso já se sabe desde os anos 50”, disse-me ele, para desilusão minha. 6. Disse-me ele quando paguei. 7. Diz-me quem são os teus amigos. 8. Disse-me ele, para a desilusão minha.
2	Frase coordenada	<ol style="list-style-type: none"> 1. A estratégia da liderança da UNITA de querer ter tudo e o seu contrário é muito habilidosa e faz-me lembrar alguém que está em estado de insatisfação e de ansiedade permanente; 2. Roubaram os bons tortulhos do mato deixando de sobra os venenosos, mas, depois, compenso-me na certeza de que a quitandeira vende milho semeado e criado no nosso chão de Angola.

O dativo *lhe* surge nesta posição em 6 estruturas, sendo 3 ocorrências em frases afirmativas infinitivas, 2 em frases raiz e 1 em frase gerundiva, conforme a tabela abaixo.

Tabela 12: Tabela nossa. Ocorrências do clítico *lhe* no *Jornal de Angola*

Ocorrência	Tipo de frase	Contexto
3	Frase infinitiva	<ol style="list-style-type: none"> 1. Benjamin Netanyahu, por seu lado, convencido de que o mundo não conhece a sua generosidade para com o Estado Islâmico, ao ceder-lhe os Montes Golã – ocupados à Síria – como rectaguarda, 2. (...) ao facultar-lhe hospitais israelitas para cuidarem os terroristas feridos com maior gravidade. 3. Deitar-lhe a mão nestes tempos em que as leis e as fronteiras não são problema para assaltos a vidas (...).
2	Frase raiz	<ol style="list-style-type: none"> 1. Chamam-lhe nos Estados Unidos – do professor Seligman, métodos de cujas provas a CIA tentou desesperadamente impedir a divulgação. 2. Quem com ele conviveu na infância e na juventude reconhece-lhe o mérito de, ao longo dos anos, se ter mantido fiel a si mesmo.
1	Frase gerundiva	<ol style="list-style-type: none"> 1. O dispositivo de interferência nas comunicações accionado por Moscovo, capaz de paralisar um sofisticado exército desactivando-lhe o sistema nervoso.

O clítico *lhes* apenas surge nesta posição num único contexto frásico, isto é, em frase “afirmativa raiz”, como em (70).

(70) As brechas por onde sorrateiramente entraram no que julgam ser “a boa vida” foram-lhes mostradas pelo oportunismo.

Como se vê nos exemplos, não se registou nenhuma ocorrência dos clíticos *lhe* e *lhes* como acusativos nem na posição de próclise nem de ênclise.

O clítico acusativo *a* só ocorre 2 vezes no *corpus*: 1 ocorrência em frase gerundiva, em (71) e outra em frase raiz, em (72).

(71) (...) o Presidente da República encarou a Nação, olhando-a nos olhos.

(72) Esse episódio marcou-a para o resto da vida.

Já o acusativo *o* surge 4 vezes nesta posição, registando-se 3 ocorrências em frases raiz, em (73) e 1 em frase gerundiva, em (74).

A forma plural *os* não surge na posição de ênclise. Contudo, no *corpus* em análise verificam-se duas ocorrências do clítico *a* nesta posição: 1 em frase raiz e outra em frase gerundiva, como se apresenta em (75). A ocorrência destes acusativos é prova

suficiente de que eles se encontram vivos nos textos jornalísticos angolanos e não desapareceram em função do *lheísmo* verificados na oralidade, como se disse no ponto (2.3) do capítulo II da dissertação.

(73) (a) Um tribunal militar israelita condenou-o a 15 anos de prisão (...).

(b) Estudei-o, com detalhe, no México.

(c) Kadhafi libertou-o em 2010 (...).

(74) (...) escondem o seu entusiasmo em participar nesse desafio, fazendo-o porque acreditam convictamente nas capacidades empreendedoras do empresariado nacional.

(75) (a) esse episódio marcou-a para o resto da vida.

(b) O Presidente da República encarou a Nação, olhando-a nos olhos.

Relativamente ao clítico *no*, o mesmo surge 4 vezes no *corpus*, distribuídas da seguinte maneira: 1 ocorrência em frase coordenada, como em (76), e 3 em frases raiz, como em (77).

(76) As autoridades israelitas foram buscar Mohamed Suleiman a casa há dois anos, não havendo qualquer flagrante a invocar e mantiveram-no na cadeia até completar 15 anos.

(77) (a) Torturaram-no, juntamente com mais quatro jovens, até confessarem o crime.

(c) Disseram-no com ar de grandes estadistas possuidores das soluções para os males do mundo.

Contrariamente a este, o clítico *nos*, correspondente ao pronome “nós”, surge em 9 sentenças, distribuído em 3 tipos de frases, conforme a tabela abaixo.

Tabela 13: Tabela nossa. Ocorrências do clítico nos no Jornal de Angola¹⁷

Ocorrências	Tipos de frases	Contextos
3	Frases raiz	<ol style="list-style-type: none"> 1. A longa odisseia das migrações conta-nos fados muito diversos. 2. Diz-nos o convívio com a comunicação social mundial que estes episódios de espionite são recorrentes (...).
5	Frases infinitivas	<ol style="list-style-type: none"> 1. Insistindo em chamar-nos a atenção para os aspectos mais determinantes. 2. Não podem exigir-nos a qualidade dos sistemas avançados britânicos ou noruegueses (...).
1	Frases coordenadas	<ol style="list-style-type: none"> 1. As listas de pessoas para controlar e a vigilância produzem uma falsa impressão de segurança, fornecem informações depois do acto, mas dão-nos muitos elementos para evitar um ataque.

No tocante à forma *lo*, registaram-se 6 ocorrências no *corpus*, sendo que 4 em frases coordenadas, como em (78) e duas em frases raiz, como em (79). Já o clítico *la* ocorre 4 vezes, mas apenas em frases raiz, como em (80). O clítico *los* ocorre 2 vezes em frases raiz, como em (81), ao passo que o clítico *las* não se regista no *corpus*.

(78) (a) O senhor Sherman confessa-se preocupado, e di-lo bem alto (...).

(b) Como se percebe, não terá sido difícil identificá-lo e prendê-lo¹⁸.

(c) (...) entrar em contacto com a família (...)’’ e detê-lo se houver incitação à violência.

(79) (a) No futebol masculino, a CBF apostou todas as suas fichas na conquista do único título que falta à selecção pentacampeã mundial ao abrir mão de Neymar na Taça América do Centenário para poder convocá-lo para o torneio olímpico.

(b) Segundo esta fonte militar, há várias estratégias em caso de detecção de um indivíduo potencialmente perigoso: vigiá-lo (...).

(80) (a) É evidente que esta técnica é muito eficaz e funciona para quem acredita nela. Tanto é assim que a liderança da UNITA continua a usá-la.

(b) O Exército sabia que ela tinha problemas com os seus pais e que tinha ideias de suicídio que poderiam levá-la a cometer um ataque contra os soldados.

¹⁷ Cf. Os restantes exemplos relativamente ao clítico *nos* *poder-se-ão ver nos anexos*.

¹⁸ Nesta frase coordenada, o clítico *lo* ocorre duas vezes.

(c) Gostaria de voltar a pô-la no lugar, reconstruí-la (...).

(81) (a) (...) os benefícios da modernidade, da pós-modernidade e da tradição – e depois de os obter, recusá-los todos.

(b) Se eu fosse um criminoso, iria matá-los com as minhas próprias mãos.

Na posição enclítica, o clítico *se* também tem um uso muito diversificado em relação aos outros, tal como observa na posição pré-verbal. Todavia, esse clítico surgiu na ênclise com maior predominância nas frases raiz, com um valor de 60 ocorrências, como em (82); depois, seguem-se as frases infinitivas, com uma média de 36 ocorrências. O exemplo (83) demonstra o tipo de frase em que esse clítico ocorre na ênclise; em terceiro lugar, situam-se as frases coordenadas, com um número de 11 ocorrências. Veja-se, em (84), o tipo de frase em que ocorre o clítico. Por último, surgem as frases gerundivas, nas quais se registam apenas 4 ocorrências, como em (85).

Entretanto, há um dado a assinalar neste ponto: o facto de se terem registados três ocorrências do clítico *se* nesta posição em frases interrogativas, como em (86)¹⁹.

(82) A competência aperfeiçoa-se todos os dias.

(83) Para fazer frente a este desafio histórico, nada melhor do que o exemplo de união dado pelo MPLA ao apresentar-se ao congresso com um único candidato.

(84) O discurso político do maior partido da oposição é errático e resume-se, em poucas palavras, a uma vontade de Isaías Ngola Samakuva.

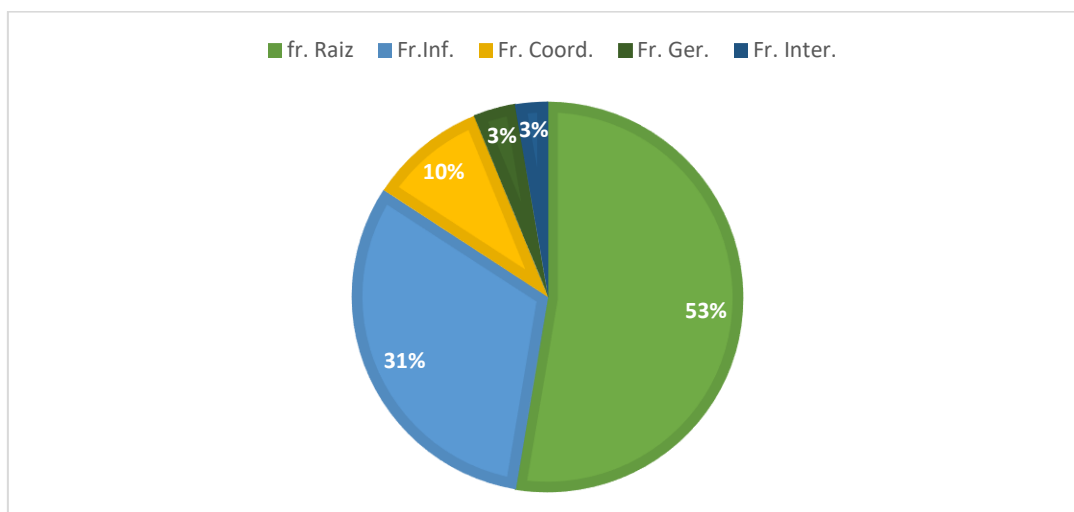
(85) Mais não fazem do que uma descarada ingerência nos assuntos internos do país, movimentando-se numa quase marginalidade legal.

(86) Não é assim que costuma invocar-se?

Ao todo, registam-se 114 ocorrências do clítico *se* na posição de ênclise. O gráfico abaixo demonstra a percentagem de cada contexto de ocorrência.

¹⁹ Cf. anexo relativo ao clítico *se* no Jornal de Angola, na posição de ênclise.

Gráfico 2: Gráfico nosso. Contextos de ocorrências do clítico *se* na posição pós-verbal no Jornal de Angola



Apesar de os informantes deste jornal seguirem o modelo europeu, no tocante ao emprego e seleção de clítico, ainda assim verificaram-se divergências entre a Variedade Angolana e o PE. Trata-se do facto de o clítico *se* ter sido usado na posição de ênclise em contexto que a norma europeia habitualmente seleciona a próclise, pelo facto de existir, na estrutura frásica, o condicionador relativo *que*, elemento proclisador segundo os padrões fixados no PE e seguidos no PA formal. A frase em (87) exemplifica esta divergência.

(87) Por outro lado, é importante rebater também a ideia de que a ausência de acordo com o FMI traduz-se nalguma falta de transparência.

Com base nisso, verifica-se a hipótese segundo a qual, no vernáculo angolano, muitas vezes a ênclise é usada em casos em que a norma europeia obriga à próclise, e vice-versa, confirmando-se, assim, a existência de “desvios” quanto ao emprego de clíticos no PA, em relação ao PE (*cf.* o ponto (2.3) do capítulo II).

Por conseguinte, outro dado que diverge entre o PA e o PE tem a ver com o facto de, da análise efetuada sobre as ocorrências de clíticos nas duas posições até aqui analisadas, em circunstancia alguma se verificarem casos de “redobro de clíticos” no *corpus* do Jornal de Angola, significando que no português angolano formal não ocorre o “redobro de clíticos”. Neste ponto, o PA coincide com o PB, variedade que também não pratica esta forma de cliticização (*cf.* o ponto (2.2) do capítulo II).

1.2.3. Mesóclise

No *corpus* em análise, apenas se regista uma ocorrência do clítico na posição mesoclítica. Trata-se do clítico *se*, tendo surgido nesta posição em frase com verbo conjugado no condicional, conforme a norma europeia.

Por ser um número bastante insuficiente, comparativamente às duas outras posições – próclise e ênclise –, é legítimo concluir-se que a mesóclise não é uma posição viva no PA, ou mais especificamente: se não aparece na escrita, que reflete uma modalidade culta, então simplesmente não existe nesta variedade, já que está ausente na oralidade. O exemplo em (88) demonstra o único contexto de ocorrência do clítico nesta posição.

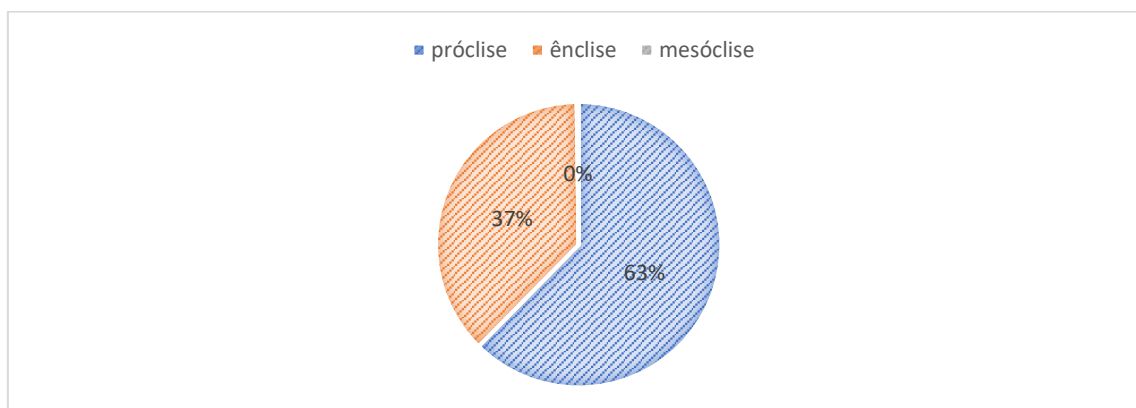
(88) A avalanche migratória repetir-se-ia em anos como os de 1830 e 1840.

De modo a encerrar o ponto reservado à análise de dados do Jornal de Angola, vejam-se o quadro e o gráfico com informações numéricas e percentuais sobre as ocorrências dos clíticos no *corpus* constituído.

Tabela 14: Tabela nossa. *Quadro sinóptico sobre a ocorrência dos clíticos no Jornal de Angola*

clíticos	Próclise	ênclise	Mesóclise	Total
me	5	10	0	15
te	0	0	0	0
lhe	17	6	0	23
lhes	10	1	0	11
nos	14	9	0	23
vos	1	0	0	1
a	4	2	0	6
as	1	0	0	1
o	17	4	0	21
os	6	0	0	6
se	200	114	1	315
no	0	4	0	4
na	0	2	0	2
lo	0	6	0	6
la	0	4	0	4
los	0	2	0	2
total	275	164	1	440

Gráfico 3: Gráfico nosso. Informações percentuais sobre a posição dos clíticos no Jornal de Angola



2. Seleção dos clíticos no Jornal Globo

Os clíticos, no Jornal Globo, apresentam um valor global de ocorrência muito representativo, aproximando-se bastante ao que se verificou nos textos de opinião do Jornal de Angola.

Comparando o processo de seleção dos clíticos nas duas variedades (PA e PB), perceber-se-á que, no PB, o clítico *se* também é o que mais ocorre em detrimento dos demais, tendo sido usado apenas enquanto clítico de terceira pessoa, conforme também se registou no *corpus* da VAP. Assim sendo, nos textos formais dessas duas variedades, este clítico não foi usado como se fosse de primeira ou de segunda pessoas, característica própria da modalidade oral das camadas sociais menos favorecidas (Português Popular Brasileiro) do Brasil e de Angola.

Ainda quanto à seleção, depois do clítico *se*, destacam-se os clíticos *nos*, com 45 ocorrências e o clítico *me*, com 33 registos, conforme se verá mais adiante.

Coincidentemente com o PA, as formas *to, ta, tos, tas, mo, ma, mos, mas, lho, lha, lhos e lhas* também não se registaram no *corpus* do Jornal Globo, significando tratar-se de formas pronominais em perda no Português Contemporâneo.

O pronome clítico *te*, ao contrário do que se verificou no *corpus* do PA, no PB apresenta duas ocorrências, como em (89). A forma clítica *vos* não ocorreu em circunstância alguma, por não fazer parte do sistema pronominal do Português Brasileiro Contemporâneo (PBC) (*cf.* o ponto 2.2 desta dissertação).

(89) (a) (...) os importantíssimos virais das redes sociais, e crises sem fim, converte-te num “hippie” deslocado em um mundo apressado e aborrecido.

(b) Janot, está aqui, olha, isso aqui te incomodou?

No tocante ao pronome *lhe*, este surge 12 vezes no *corpus*, ao passo que *lhes* surge 4 vezes. Conforme esperado, registou-se um caso de ocorrência do clítico dativo *lhe* como acusativo, confirmando, assim, a existência de *lheísmo* na linguagem culta do PB, certamente fruto de influência da linguagem oral.

Contudo, se Azeredo (2014: 258) afirmava que este uso estava apenas confinado à linguagem coloquial e à escrita informal, a partir da análise deste *corpus* jornalístico, comprova-se que esta “extensão funcional” dos dativos *lhe* e *lhes* também está patente na linguagem escrita formal do PB, podendo atuar ora como dativo ora como acusativo.

Ora, o exemplo em (90) demonstra claramente a divergência no uso desse clítico entre o PB e as duas outras variedades aqui em comparação (PA e PE).

(90) efeitos de uma medida proposta pelo governo que *lhe* nomeou.

Com consequência do emprego deste clítico com o valor de acusativo, verifica-se, no quadro pronominal do PB, a perda dos acusativos *o*, *a*, *os* e *as*, assim como as suas formas quando os verbos terminam em *r*, *s* e *z* ou em nasal, tal como considerou Pereira (2006) e ficou explícito no ponto (2.2) do capítulo anterior.

No *corpus* do Jornal Globo, o clítico *o* apresenta um valor global de 16 ocorrências, ao passo que o clítico *a* surge 4 vezes. O clítico *as* também surge 4 vezes e o clítico *os* aparece 5 vezes, conforme se verá mais adiante, o que comprova a divergência entre a modalidade escrita e a oral do PB, modalidade marcada pela perda destes clíticos.

Finalmente, no PB não houve caso de “redobro de clítico”, coincidindo, deste modo, com o PA, variedade sem recorrência às “expressões reforçativas”. Assim, o PB e o PA partilham este traço, divergindo ambos do PE.

2.1. Posição dos clíticos

Nesta secção, apresentar-se-ão os resultados obtidos na análise da posição proclítica, enclítica e mesoclítica nos textos de opinião do Jornal Globo.

2.1.1. Próclise

Com base na análise do *corpus* do Jornal Globo, comprovou-se que a próclise no PB, diferentemente do que acontece no PE e no PA, cuja norma ainda está em formação, é a posição canónica e, nos discursos de falantes cultos e não cultos, o clítico

hospeda-se antes de verbos mesmo em contextos sem atratores da próclise. Este é, sem dúvida, o ponto que mais diferencia o português brasileiro das duas outras variedades em apreço.

Embora os clíticos nos textos do Jornal Globo também possam ocorrer na próclise nos casos coincidentes entre o PA e o PE, o que importa destacar na dissertação são os casos em que ambos privilegiam a ênclise, mas o PB seleciona a próclise. Por esta razão, os exemplos com os clíticos *me, lhe, lhes, nos, o, a, os e se*, que não constam no *corpus* do trabalho, poder-se-ão ver nos anexos.

No *corpus* do PB, o clítico *me* surge 25 vezes na posição de próclise. No entanto, em 11 construções, este clítico aparece sem a presença de um atrator nas frases, afastando-se o PB dos critérios de colocação consagrados no PE e praticados também no PA. Os exemplos em (91) demonstram as divergências.

(91) Mas me disseram que você era de Balacobaco.

- (a) O senhor me conhece.
- (b) Queriam me operar, e operaram.
- (c) Eu me perguntava.
- (d) É verdade”, ela me surpreendeu.
- (e) Acreditar nisso me fez bem.
- (f) (...) minhas observações me convenceram de que alguns homens.
- (g) Mandeí SMS e 05 segundos ele me ligou.
- (h) Ele me trata melhor que os filho.
- (i) Ela acabou me aconselhando a não fazer aquilo.
- (j) Me perguntava.

O clítico *te*, na posição de próclise, regista apenas 1 ocorrência e em frase interrogativa, como se mostra em (92). Em PE, o clítico nesta frase assume a posição enclítica.

(92) Janot, está aqui, olha, isso aqui te incomodou?

O clítico *lhe* aparece no *corpus* 8 vezes na posição pré-verbal. Em 3 frases, este clítico surge em contexto em que o PE e o PA exigem a ênclise, por se tratar, em (93a), de uma frase raiz, em (93b), de uma frase coordenada e, em (93c), de uma frase cujo verbo principal é um infinitivo.

Portanto, o exemplo em (93c) é uma das características que mais diferencia o PB, do PE e do PA, uma vez que nestas duas últimas variedades do português, em

construções perifrásticas, o clítico ou se pospõe ao verbo auxiliar ou ao principal, mas nunca vai antes do principal, como no PB (*cf.* o ponto 2.2 desta dissertação)²⁰.

- (93) (a) Aquela história da Amazônia *lhe* parece invenção.
(b) ela puxa a carteira da polícia e *lhe* dá voz de prisão.
(c) Pode *lhe* ajudar.

O clítico *lhes* surge 4 vezes na posição pré-verbal. No entanto, detetou-se uma frase com esse clítico nesta posição sem elemento condicionador, como em (94), divergindo, mais uma vez, o PB das duas outras variedades em apreço.

- (94) Amplos setores da população *lhes* guardam rancor e veem com alarme sua eventual participação na política.

Por sua vez, o acusativo *o* apresenta 13 registos no *corpus* na posição pré-verbal, sendo que em dois casos o referido clítico surge nesta posição em contexto em que o PE e o PA privilegiam a ênclise, por se tratar de frases raiz, quer em (95a), quer em (95b).

Contrariamente a este, o acusativo *os*, nas 5 ocorrências registadas, surge nesta posição em casos coincidentes com o PE e o PA, conforme a tabela 6 demonstra.

- (95) (a) Eduardo Cunha e Renan Calheiros *o* cobrem de razão.
(b) a natureza *o* fez assim.

²⁰ No *corpus* há vários registos dessa especificidade o que indica claramente tratar-se de uma característica típica do PB. Na frase *nenhuma corporação ou grupo social pode se considerar acima dos interesses públicos* vê-se que o clítico *se* está hospedado não depois do verbo modal *poder*, mas antes do verbo principal *considerar*, forma que, no PE e no PA, ganharia a posição pós-verbal no infinitivo ou no auxiliar deste.

Tabela 15: Tabela nossa. *Atratores e contextos de ocorrências do clítico os em próclise*

Relativo <i>que</i>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Os dois têm em comum pelo menos um passado que os condena e que foi revelado agora. 2. Vale alertar que a PEC não impede que o governo até amplie os gastos nesses segmentos, desde que os reduza em outras áreas. 3. Se não bastasse, após as primeiras manifestações, a base de cálculo para esses setores será 2017 (e não 2016) e em percentual maior do que o previsto anteriormente, o que os favorece.
Indefinido <i>nenhum</i>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Herança do puritanismo colonizador, esses e outros “testes de integridade” são frequentes nos Estados Unidos, e nenhum juiz os considera uma cilada, mas perfeitamente éticos e legais.
Conjunção subordinativa <i>se</i>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Por outro lado, por mais engenhoso e conclusivo que seja, o argumento que se apresente contra ela será recebido com desprezo ou raiva inflamada — se não os deixar doentes.

Das duas ocorrências do acusativo *a* registradas nos textos do Jornal Globo na posição de próclise, numa delas o clítico surge em contexto em que o PE e o PA privilegiam a ênclise, por se tratar de uma frase coordenada, como se depreende de (96) e, noutra, surge na próclise coincidindo com o padrão de colocação daquelas variedades.

(96) casou-se com a Rosineide e a levou para conhecer seus pais, em Cincinnati.

Como já se disse, o acusativo *as* surge nesta posição apenas 4 vezes. No entanto, a posição deste clítico coincide com o critério de colocação do PE e do PA, uma vez que o pronome relativo *que* condicionou este clítico para a posição de próclise em 3 circunstâncias, como em (97) e, em outra frase, o referido clítico foi condicionado pelo advérbio aspectual *já*, como em (98).

- (97) (a) (...) contra essas empresas e bancos que as ajudam.
(b) num tempo em que muitos as viam como justiceiras.
(c) é por isso que amamos as cidades e as buscamos.
- (98) Já as lavou.

Relativamente ao clítico *nos*, apenas se destacarão os que ocorrem na próclise em contextos em que as duas variedades em comparação o empregariam na ênclise, como já se disse mais acima.

Neste sentido, das 35 ocorrências deste clítico, no *corpus* do PB registam-se 8 casos nos quais o clítico em causa se hospeda antes de verbos em frases sem condicionadores, como em (99), casos que as duas outras variedades exigiriam a ênclise.

- (99) (a) Elas nos são muito úteis na política.
(b) nos imaginamos num pôr de sol de uma praia idílica.
(c) Ele nos deixou no início dessa semana, (...).
(d) nos vemos patinando no mesmo ponto, sem sair do lugar.
(e) A literatura nos fala de dezenas de praias.
(f) Com novos atores em cena, mais uma vez é hora de lembrar que convém baixar o tom belicoso e tentarmos nos entender.
(g) No século XX, uma observação irônica do psicólogo Carl Gustav Jung vai além e nos belisca:
(h) Desmoralizada a política, nos sobra o quê?

Finalmente, destaca-se o clítico *se*, o mais usado, com 202 ocorrências no *corpus*. Em muitos casos, este clítico surge na posição pré-verbal sem condicionadores. O quadro abaixo é o retrato das divergências quanto à posição de clíticos nas três variedades.

Tabela 16: Tabela nossa. *Ocorrências do clítico se na próclise sem condicionadores*

Sem atratores	Contextos de ocorrências
	<ol style="list-style-type: none"> 1. A Petrobras se transformou em importante empresa, 2. Seus prefeitos precisam se comunicar com o governo do estado. 3. Enquanto isso, a vulcânica Islândia se mantém há oito anos. 4. Exportamos a tanga e o fio dental para o mundo, amamos o chope, a batida de limão e as sardinhas das sextas-feiras, e elas se tornam mais santas quando compartilhamos uma cana, disputando cervejotas na porrinha. 5. Este caminho se esgotou, a saída agora exige unidade nacional. 6. A certeza da impunidade se manifesta em todas as áreas. 7. Esse movimento já estava em curso e se acentuou no último trimestre. 8. Essa resistência se explica, em primeiro lugar, pelos elevados custos de demitir empregados. 9. O Bill veio passar uma temporada no Brasil, a trabalho, e aconteceu: se apaixonou por uma mulata. 10. como um monge guerreiro da tradição chinesa. 11. Se lembram dela? 12. O evento se deu o luxo de ter na plateia numa das sessões um romancista consagrado como Antônio Torres. 13. As manifestações de junho de 2013 se encarregariam do resto. 14. Demagogos se aproveitam da desinformação e do desinteresse do povo para vender suas soluções simplistas. 15. O inegável avanço da direita se dá, na Europa, dentro das regras democráticas. 16. O Brics se coordenou para fazer avançar a reforma do Banco Mundial e do FMI.

2.1.2. Ênclise

Nos textos do Jornal Globo, a ênclise também se regista em grande número.

No entanto, o recurso à ênclise, no PB, não obedece a estritos critérios morfossintáticos. Aqui reside a grande diferença entre o PB, por um lado, e o PE e PA, por outro.

Quanto à posição de ênclise, registam-se 8 ocorrências do clítico *me*, sendo 7 em frases raiz, como se depreende em (100) e 1 em frase interrogativa total, como em (101)

- (100) (a) O diretor da editora escreveu-me dizendo que não publicaria aquilo.
- (b) Pareceu-me uma tempestade em copo d'água.
- (c) Geisel contou-me que Golbery aceitou a sugestão de Guinle e almoçou a sós com Gudin.
- (d) Impressionou-me a malquerença do presidente com o patriarca do liberalismo econômico brasileiro.
- (e) Lembrei-me das mães ao perceber a choradeira de alguns segmentos quanto à PEC.
- (f) (...) disse-me numa entrevista Elana DeLozier
- (g) Refiro-me ao fato de que todos nós temos um início e um inevitável fim.

(101) Fiz-me entender?

O clítico *te* surge 1 vez nesta posição e em frase raiz, como em (102).

- (102) (...) converte-te num “hippie” deslocado em um mundo apressado e aborrecido.

O dativo *lhe* foi usado nesta posição em 4 casos, sendo 2 vezes em frases raiz, como em (103), 1 em frase coordenada, como em (104) e também 1 ocorrência em frase infinitiva, como em (105). Por seu turno, o dativo *lhes* não se registou no *corpus* na posição de ênclise.

- (103) (a) Escrevo-lhe para compartilhar um episódio de 1973.
- (b) (...) respondeu-lhe Fábio.
- (104) Encontrei o general Geisel num jantar na casa do compositor Richard Wagner (...) e perguntei-lhe o que aconteceu.

(105) Ao sair da farmácia, resolvi oferecer-lhe o troco de minha compra.

O clítico acusativo *a*, na posição pós-verbal, surge 2 vezes e apenas em frases raiz, como em (106).

(106) (a) levou-a consigo no seu casamento.

(b) Classificou-a de “seguro necessário” ao Tesouro.

O acusativo *o* surge 3 vezes no texto e em dois contextos: 2 em frases raiz, 1 na frase gerundiva, como se demonstra no quadro abaixo.

Tabela 17: Tabela nossa. Ocorrências do clítico *o* no *Jornal Globo*

Clítico “o”	
Frase gerundiva	1. Repetiu-se a dose em setembro, quando o Ministério Público fez um teatrinho infantil, apresentando-o como cabeça da hidra da roubalheira.
Frases raiz	1. O Comitê para Proteção dos Jornalistas, (...), acusou-o formalmente de ignorar os valores (...). 2. Ouvi-o dizer isso várias vezes, inclusive em depoimentos públicos.

As formas *lo*, *la*, *los* e *las* também se registam no *corpus* e surgem com maior realce em frases raiz. A forma *lo* surge 17 vezes, sendo 13 em frases raiz, 1 em frase interrogativa e 3 em frases coordenadas.

O clítico *los* surge 7 vezes, 5 em frases raiz e 2 em coordenadas. O dativo *la* surge 8 vezes, 1 em frase coordenada e 7 em frases raiz. Finalmente, o clítico *las* ocorre 3 vezes no *corpus*, sendo 1 em frase raiz e 2 em frases coordenadas.

A tabela abaixo indica as ocorrências destes clíticos pronominais, assim como os seus contextos de ocorrência.

Tabela 18: Tabela nossa. Ocorrência dos clíticos acusativos (*lo, la, los e las*)²¹

Clítico “lo”	
Frase raiz	1. Nesse caso, os trabalhos seriam dois: primeiro, prendê-lo, 2. (...) em seguida, soltá-lo.
Frase interrogativa	1. Como devo chamá-lo?
Frase coordenada	1. Um dos resultados pode ser o esculacho do governo Temer, mas derrubá-lo é outra questão. 2. . Fotografado e processado, conseguiu, num golpe de habilidade e de generosidade do delegado, levar o processo para casa e escondê-lo da curiosidade de seus semelhantes.
Clítico “los”	
Frase raiz	1. (...) revê-los, por motivos eleitoreiros. 2. a experiência de perceber a própria mãe tentando assassiná-los desequilibraria qualquer um.
Frases coordenadas	1. O aviso para que se “abstenham de vendê-los ou doá-los” ²² deverá ser encaminhado pelo gabinete pessoal de Temer.
Clítico “la”	
Frases raiz	1. nenhum quis ou teve coragem para realizá-la. 2. Auxiliares de Temer resolveram mantê-la sob sigilo. 3. Podemos reprimi-la.
Frase coordenada	1. (...) o objetivo de estancar a trajetória de alta da dívida bruta pública, em relação ao PIB, e fazê-la retroceder aos níveis de outras economias emergentes.
Clítico “las”	
Frases raiz	1. sem que se possam incluí-las no escaninho dos consensos.
Coordenadas	1. Ele só queria o bem das ovelhas, nunca pretendia ofendê-las.

No *corpus* do Globo, registam-se 5 ocorrências do clítico *nos* hospedado na posição pós-verbal. Contudo, há 2 ocorrências em frases raiz, como em (107) e 3 em frases gerundivas, como em (108), apesar de o gerúndio, em (109a), ser unido por meio de uma conjunção coordenativa.

- (107) Disseram-nos que o prazer não presta.
(a) cabe-nos apresentar o mosaico de ideias.

²¹ Cf. Anexo para ver os demais exemplos.

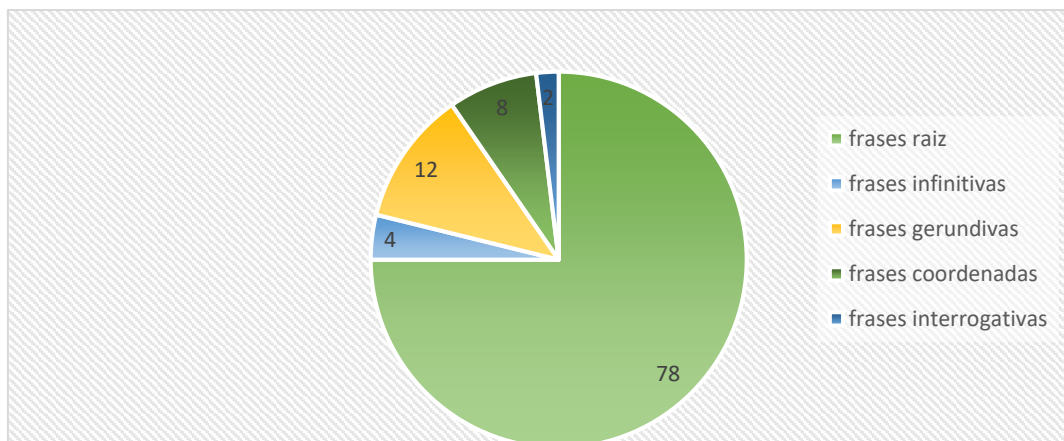
²² Aqui há duas ocorrências do clítico.

- (108) (a) Seu desenho tem impacto na qualidade de vida, libertando ou condenando-nos.
- (b) Esse sistema é uma prisão política, condenando-nos a repetitivas formas urbanas desumanas.
- (c) A inexorabilidade da idade deve ser lembrada neste Brasil onde a aposentadoria sinaliza velhice e promoção, livrando-nos do trabalho lido como castigo e estigma escravista.

Quanto ao clítico *se*, como já ficou dito mais acima, é o que surge em contexto mais diversificado, representando 78 ocorrências em frases raiz, 12 em frases gerundivas, 8 em frases coordenadas, 4 em frases infinitivas e, finalmente, 2 em frases interrogativas, totalizando 104 ocorrências.

O gráfico abaixo demonstra esta distribuição²³.

Gráfico 4: Gráfico nosso. Ocorrência do clítico *se* no Jornal Globo



Quanto às divergências entre o PB em relação ao PE, no *corpus* do Jornal Globo também houve casos em que os informantes fizeram o uso da ênclise em condições em que o PE obrigaria à próclise, como se depreende de (109).

- (109) A legibilidade da cidade é um saber consolidado na teoria urbana desde final do século XIX, quando buscavam-se soluções que permitissem a melhoria na sua apreciação estética.

²³ Cf. Anexo relativo ao clítico *se* no Jornal Globo. Ainda neste anexo, verifica-se que, no grupo referente às frases coordenadas, a frase (7) contempla duas ocorrências do clítico *se*, somando, ao todo, 8 ocorrências neste tipo de frases.

Comparando o PA com o PB, e com base nos exemplos transcritos em (117) e em (140), conclui-se que estas duas variedades coincidem, ao fazerem ambas o uso da ênclise em condições que o PE seleciona a posição pré-verbal.

Apesar de haver esta convergência entre as duas variedades, no PA esta oscilação posicional do clítico é vista como sendo “desvio” à norma do PE, não sendo considerada marca do português formal angolano, pelo facto de o número dessas ocorrências do clítico no *corpus* não ser muito representativo como o é no PB.

2.1.3. Mesóclise

No *corpus* do Jornal Globo, apenas se registou 1 ocorrência do clítico na posição mesoclítica. Trata-se do pronome *se* e foi usado com o verbo *dever* conjugado na forma do condicional, conforme se verifica em (141).

(110) Dever-se-ia ainda facilitar a antecipação das receitas das vendas dos ativos/recebíveis (...).

Com base no exemplo acima exposto, conclui-se que no PB esta posição simplesmente não existe na linguagem coloquial, informal, uma vez que na linguagem escrita formal apenas houve 1 registo de ocorrência, explicado pelo facto de os informantes serem cultos e terem contacto com estruturas menos frequentes.

A perda desta posição justifica-se pelo facto de a próclise ser a posição normal dos clíticos naquela variedade, reduzindo-se, assim, as possibilidades de ocorrência da mesóclise no PB.

Assim, no PB, há casos em que os verbos, conjugados no futuro ou no condicional e em frases afirmativas do tipo arrolado na lista 6, selecionam a próclise, devido à inexistência da posição intra-verbal do clítico na variedade brasileira do português.

O exemplo apresentado em (111) demonstra o fenómeno da tradução da mesóclise em próclise no PB, facto em que também esta variedade diverge do PE, embora, nesta última, a mesóclise esteja a perder-se, dando espaço à ênclise e não à próclise (cf. o ponto (2) do capítulo II).

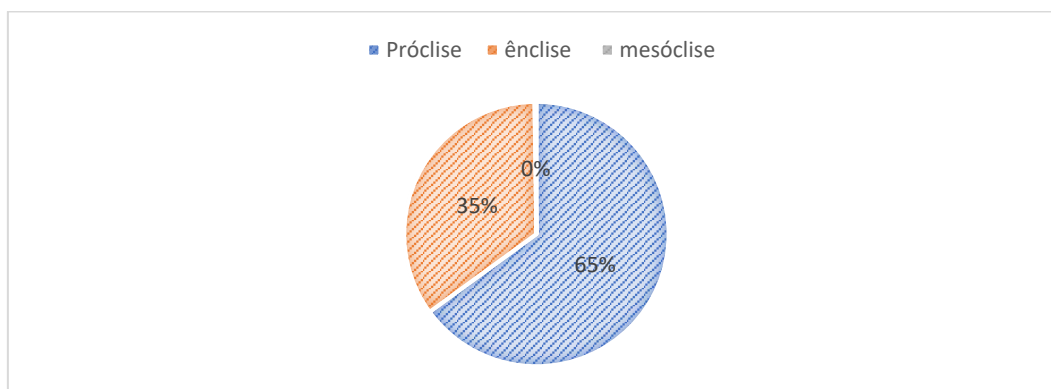
(111) mas eles se abaterão.

Para concluir o ponto sobre os clíticos no Jornal Globo, vejam-se, em quadro-síntese, as informações numéricas e percentuais sobre as ocorrências dos clíticos, assim como a seleção dos mesmos no *corpus* do Jornal Globo.

Tabela 19: Tabela nossa: ocorrência dos clíticos no Jornal Globo

Clíticos	Próclise	Ênclise	Mesóclise	Total
me	25	8	0	33
te	1	1	0	2
lhe	8	4	0	12
lhes	0	4	0	4
o	13	3	0	16
a	2	2	0	4
os	5	0	0	5
as	4	0	0	4
nos	40	5	0	45
se	202	104	1	307
lo	0	14	0	14
los	0	7	0	7
la	0	8	0	8
las	0	3	0	3
total	300	163	1	464

Gráfico 5: Gráfico nosso. Informações percentuais sobre a posição dos clíticos no Jornal Globo



3. Seleção dos clíticos no Jornal Público

Nos textos de opinião do Jornal Público, os clíticos têm uma representatividade que se aproxima das dos outros dois jornais em apreço.

Tal como sucede no Jornal de Angola e no Globo, no Público, as formas pronominais *ma, mo, mas, mos, ta, to, tas e tas*, bem como *lha, lho lhas e lhos*, também não se registam, significando que, aos poucos, estas formas vão perdendo presença no quadro pronominal do Português Contemporâneo (PC).

Com base na análise efetuada nos *corpora*, notam-se casos em que divergem o PE diverge tanto do PB como do PE. Por exemplo, no *corpus* do Jornal Público, correspondente ao PE, foram registados casos de “redobro de clíticos”, processo de cliticização não verificado nem no PA nem no PB, o que significa que este fenómeno não ocorre na Variedade Angolana, como também não ocorre na brasileira.

As frases em (112) demonstram claramente esta divergência, ou seja, a existência do “redobro de clítico” no PE e a sua inexistência no PA e no PB.

(112) (a) quem vaiara o ministro tinha vindo não por Raduan mas para o
agredir a ele, ministro.

No Jornal Público, o clítico que mais se regista também é o *se*. A seguir, surge o clítico *lhe*. Depois, segue-se o clítico *me*, com 36 ocorrências, número superior ao que este clítico representa nos textos de opinião do Jornal de Angola e do Globo.

Coincidindo com o PA e divergindo do PB, o clítico *te* também não ocorre no *corpus* do Público, por se tratar de um clítico correspondente a um tratamento informal no PE e no PA.

Por sua vez, o pronome *vos* aparece somente 1 vez no *corpus*, significando tratar-se de um pronome em perda no quadro pronominal do português contemporâneo. Como se verificou, no *corpus* do PB não há sequer “reliquias” deste clítico.

As formas acusativas, *o, a, os e as*, assim como as formas *lo, la, los e las e no, na* também se registam no *corpus* e foram apenas usadas como acusativo, conforme os critérios consagrados na norma do PE.

3.1. Posição dos clíticos no Jornal Público

Nesta subsecção, apresentar-se-ão os valores globais resultantes da análise dos dados dos textos de opinião do Jornal Público, tendo em conta a posição dos clíticos, com realce para a próclise e a ênclise. Por outro lado, comprovar-se-á se a mesóclise continua ou não viva no português contemporâneo.

3.1.1. Próclise

Os clíticos pronominais no *corpus* correspondente ao PE ocorrem mais na próclise do que na ênclise, posição canónica dos clíticos. A próclise é, todavia, a posição “não-marcada” do português de Portugal. Os clíticos, nesta posição, não surgem aleatoriamente, como se observou a partir da análise do *corpus* do PB.

Com base na análise do *corpus* do Público, comprovou-se, de facto, que a próclise, no PE, é uma posição dependente de padrões consagrados pela própria norma do sistema português. Conforme já se disse no capítulo anterior, trata-se de uma posição associada aos processos gramaticais da *negação*, da *quantificação*, da *focalização* e da *ênfase*, tomados singularmente ou não (Martins, 2013; 2016).

Desta feita, estes condicionadores é que determinam a presença de clíticos nesta posição pré-verbal, facto que, em grande parte, não acontece no PB, variedade cuja posição básica é a próclise.

Com base nisso, no *corpus* do Jornal Público, o clítico *me* foi atraído para esta posição pelos seguintes condicionadores: 6 ocorrências em frases negativas com o advérbio *não*, 5 ocorrências condicionadas pelo pronome relativo *que*, na oração subordinada, 3 condicionadas por preposição *de*, 1 condicionada por advérbio *sempre*, 1 por advérbio de negação *nunca*, 1 pela conjunção subordinativa causal *porque*, 1 pelo advérbio *ainda* e, finalmente, 1 pela preposição *para*, totalizando um valor global de 19 ocorrências do clítico *me* nesta posição, conforme a tabela abaixo.

Tabela 20: Tabela nossa. Os atratores do clítico *me* na próclise no *Jornal*

Público

Advérbio sempre	1. (...) à memória uma história, já antiga, que sempre me deixou perplexa.
Relativo que	<ol style="list-style-type: none"> 1. Santa Paciência foi um grande apoio ao lembrar os alertas noticiosos que me garantiram que “Wolfgang Schauble defende sanções para Portugal e Espanha”. 2. No final do artigo, chego mesmo a ser paternalmente aconselhado a deixar “de lado os ódios pessoais” que tão mal me colocam e a parar de “gritar contra toda a gente de que não gosto”. 3. Mas alguém com responsabilidades editoriais achou que aquela investigação merecia circular pelo mundo, e foi assim que me achei. 4. O que me causou maior impressão foi ninguém reagir (que eu visse) a esta declaração verdadeiramente extraordinária. 5. Assim, de repente, consigo lembrar-se de umas dez mentiras de políticos responsáveis que me ficaram na memória.
Negação não	<ol style="list-style-type: none"> 1. Não me parece. 2. (...) em compensação, de não me ter dado “ao trabalho de pensar a sério antes de escrever”. 3. Mas não me recordo de ter visto, então, nenhum Waco Kid disparar contra o Governo. 4. O que é uma descrição certa, mas não me lembro de ter utilizado esta expressão até agora. 5. Não me interpretem mal. 6. E, embora tenha a simpatia de não me incluir no grupo daqueles (...)
Preposição de	<ol style="list-style-type: none"> 1. Se eu não gosto do político A e dele me sinto ideologicamente distante, comento as fugas ao segredo de justiça e suspendo o meu amor à presunção de inocência. 2. Se eu gosto do político B ou dele me sinto ideologicamente próximo, acendo o meu amor à presunção da inocência e deploro as fugas ao segredo de justiça. 3. De instrumentalização da democracia, de me esquecer do direito.
Advérbio ainda	1. E na chegada a Jerusalém ainda me esperava o texto da <i>New Yorker</i> a propósito do nadador estado-unidense que inventou um roubo.
Conjunção causal porque	1. Escrevo isto porque me reconhecerão algum conhecimento do que é o interesse jornalístico e editorial.
Negativa nunca	1. Quando precisei de trabalhar com ele, nunca me negou uma reunião.
Preposição para	1. “Foram para me agredir”.

O clítico *lhe*, no *corpus*, surge 35 vezes na posição pré-verbal, nos mais variados contextos. Coincidindo com o PA e divergindo do PB, apenas surge como substituto de complemento indireto.

No *corpus*, foi atraído 21 vezes pelo relativo *que*, em orações subordinadas, como em (113), 2 pela conjunção subordinativa temporal *quando*, como em (114), 1 pela expressão indefinida *ninguém*, como em (115), 1 pelo advérbio *talvez*, como em (116), 3 pelo advérbio *ainda*, como em (117), 1 pelo advérbio *nunca*, como em (118), 1 pelo advérbio *também*, como em (119) e 1 preposição *para*, como em (120).

Por conseguinte, além desses condicionadores, também se verificaram ocorrências desse clítico na posição pré-verbal, atraído pela conjunção subordinativa *se*, pela preposição *até* e pelo conector *mesmo que* (cf. o anexo sobre o clítico *lhe*).

- (113) M.S.T. aguarda que a justiça *lhe* dê autorização para liquidar Sócrates política e moralmente.
- (114) Há 14 anos *que* este homem é senador no Brasil, faz parte do “boom” de poder das igrejas evangélicas, de *que* Lula tirou alianças *quando* *lhe* conveio.
- (115) Certo é *que* Kerry e Obama e Ban estão quase, quase de saída e ele permanece no seu palácio presidencial, na bolha de onde decide matar sírios sabendo *que* ninguém *lhe* toca.
- (116) De brinde, talvez *lhe* saia a presidente da França.
- (117) A bem dizer, *ainda* *lhe* falta provar *que* tem um partido.
- (118) A Europa pode singrar sozinha num mundo *que* nunca *lhe* foi tão adverso?
- (119) Mas, tal como em França, a mancha do populismo nacionalista também *lhe* retira margem de manobra interna.
- (120) Obama já não estará disponível para *lhe* ir dar uma mão.

Por sua vez, o dativo *lhes* surge nesta posição em 11 estruturas frásicas, atraído 8 vezes pelo relativo *que*, em orações subordinadas, 1 vez pela conjunção subordinativa *se*, 1 vez pelo advérbio *como* e 1 pela negação *não*, conforme a tabela abaixo explica.

Tabela 21: Tabela nossa. Ocorrência do ‘‘dativo’’ lhes no Jornal Público

Clítico dativo ‘‘lhes’’	
Relativo que	<ol style="list-style-type: none"> 1. (...) ‘‘páram numa bomba de gasolina onde vandalizam uma casa-de-banho, partem a porta, urinam no chão, brigam com os seguranças, que lhes apontam uma arma. 2. (...) não eram capazes de desenvolver dentro do prazo o telefone secreto que as autoridades lhes exigiam. 3. Nos anos 20, as queixas de nacionalistas alemães e italianos eram de não ter espaço para viver sem colonizar os países vizinhos, ou da falta que lhes fazia um império (...). 4. (...) fosse aberto concurso extraordinário que lhes desse resposta e garantisse a estabilidade do sistema. 5. E eu perguntava a mim própria se as pessoas em causa tinham ideia do que lhes aconteceria se o Partido Comunista tivesse conquistado o poder em Portugal. 6. (...) nada para dizer e que viu nesta ‘‘deixa’’ que o Governo lhes ofereceu de mão beijada um osso que não deixarão de roer enquanto puderem. 7. (...) quase sempre de realizadores com provas dadas e de muitos jovens, que lhes vêm sistematicamente fechadas as portas. 8. Desde logo estabelecendo como Missão das federações de utilidade pública desportiva a criação de condições para que os nossos atletas possam competir internacionalmente em termos de igualdade, nomeando a sua dimensão rendimento como prioritária para assim lhes exigir programas qualificados.
Conjunção se	<ol style="list-style-type: none"> 1. E se nós lhes dissermos que não pagamos a dívida, as pernas dos banqueiros alemães até tremem.
Advérbio como	<ol style="list-style-type: none"> 1. Os gays, os judeus, os refugiados muçulmanos e os malvados dos ‘‘cosmopolitas desenraizados’’, como lhes chamava Estaline, são de novo os grandes adversários desta gente.
Negação não	<ol style="list-style-type: none"> 1. Não lhes faremos as vontades.

Quanto ao clítico *nos*, o mesmo ocorre 24 vezes no *corpus* na posição pré-verbal, tendo sido atraído para esta posição 11 vezes pelo relativo *que*, em orações subordinadas, como em (121), 1 vez pelo relativo *quem*, como em (122), 8 vezes pelo

advérbio de negação *não*, como em (123), 3 pela preposição *de*, como em (124) e, finalmente, 1 vez pela conjunção subordinativa *se*, conforme o exemplo em (125).

Dada a extensão dos casos de próclise deste clítico, apresentar-se-á apenas um exemplo para cada contexto. No entanto, as outras frases constarão nos anexos.

(121) (a) A mulher a que nos referimos por Santa Paciência, quase sempre sem saber de quem se trata, (...).

(122) (...) não admira que há quem nos diga (...).

(123) Quiçá, Cuba não nos ultrapasse.

(124) Não precisamos de nos demorar na etiologia ou na sintomática do *troll*.

(125) se até agora nos irritávamos com a falta de compreensão.

O clítico *vos*, de acordo com o número de ocorrências registado, é prova suficiente para afirmar-se que este pronome, no português contemporâneo, se encontra em desuso e que, no futuro, deixará de ser usado na linguagem escrita.

No *corpus* do PE, coincidentemente com o PA, apenas se registou uma ocorrência deste clítico, provando a sua fraca representatividade na linguagem escrita dos informantes. A única ocorrência surge na posição de próclise, condicionada pelo advérbio de negação *não*, como em (126).

(126) e não vos cederemos um milímetro de espaço ideológico.

No tocante aos acusativos, vê-se que, no *corpus*, o clítico *o* tem um número de ocorrências bem representativo, embora surja apenas na posição pré-verbal. Regista 22 ocorrências e foi atraído para esta posição pelos seguintes atratores: 4 vezes pela preposição *para*, 2 pelo advérbio *já*, 1 pelo advérbio *assim*, 1 pelo advérbio *só*, 3 pela preposição *de*, 1 pelo advérbio *como*, 1 na frase interrogativa, 1 pela conjunção subordinativa temporal *quando*, 1 pela conjunção *porque*, 2 pela expressão negativa *não*, 1 pelo advérbio dêitico *aí*, 1 pela expressão inclusiva *também* e, finalmente, 3 vezes pelo relativo *que*. A tabela abaixo apresenta os contextos destas ocorrências.

Tabela 22: Tabela nossa. Contextos de ocorrências do acusativo *o* no Jornal Público

Também	1. também o é para bruxelas.
relativo <i>que</i>	<ol style="list-style-type: none"> 1. ao que o deixam fazer. 2. (...) tal como os que o receberam. 3. (...) a cada nome que o recebe, e ao sistema que o favorece.
preposição <i>para</i>	<ol style="list-style-type: none"> 1. para o prender. 2. (...) para o fazer. 3. (...) para o conseguir. 4. (...) mas para o agredir a ele.
já	<ol style="list-style-type: none"> 1. já o viram. 2. (...) aos júris que já o receberam.
Assim	<ol style="list-style-type: none"> 1. (...) assim o indicam.
só	<ol style="list-style-type: none"> 1. (...) mas só o será efetivamente.
De	<ol style="list-style-type: none"> 1. (...) mas não muitas formas de o negar. 2. (...) oportunidade de o confirmar. 3. (...) é uma forma de o atacar.
Como	<ol style="list-style-type: none"> 1. Como o demonstram,
Interrogação	<ol style="list-style-type: none"> 1. (...) como o fazem?
Quando	<ol style="list-style-type: none"> 1. (...) quando o são.
porque	<ol style="list-style-type: none"> 1. (...) porque o resto do mundo o fez acreditar.
não	<ol style="list-style-type: none"> 1. (...) não o esqueçamos. 2. (...) mas o presidente americano não o poderá fazer este jogo
Aí	<ol style="list-style-type: none"> 1. (...) aí o tem.

O clítico acusativo *as*, no *corpus* de referência, apenas regista 1 ocorrência. O mesmo surge na posição de próclise, devido à presença da conjunção subordinativa condicional *se*, como no exemplo descrito em (127).

Entretanto, o acusativo *a* surge 5 vezes no *corpus* e foi selecionado pelos seguintes atratores: pronome relativo *que*, como em (128), pelo advérbio *como*, conforme em (129), pela conjunção subordinativa temporal *quando*, como em (130).

Por fim, este clítico, na posição em causa, também foi atraído pelo conector *mesmo que*, como se vê em (131).

(127) Se as levássemos.

(128) vai acentuar o instinto de sobrevivência que a levará à impaciência.

(129) então será responsável pelo fim da Europa como a conhecemos.

(130) (...) quando a fronteira entre dois sistemas e duas ideologias antagónicas a dividia ao meio.

(131) Votará contra qualquer medida do Governo mesmo que a defenda.

Contudo, o clítico *se* é o que surge em contexto mais diversificado no *corpus* do Jornal Público, comparativamente com os demais clíticos ou formas pronominais clíticas.

No tocante aos condicionadores desta posição, este clítico foi atraído pelos seguintes elementos²⁴:

- ✓ O pronome relativo *que*, em orações subordinadas, correspondendo a um número de 100 ocorrências, como do tipo descritos em (132);
- ✓ O advérbio *como*, atraindo o referido clítico 6 vezes, como em (133);
- ✓ A conjunção disjuntiva *ou*, ao traí-lo 4 vezes, como em (134);
- ✓ O advérbio de negação *não*, que o atraiu 28 vezes, como em (135);
- ✓ A preposição *para*, *ao* atrai-lo 8 vezes, como em (136);
- ✓ O advérbio *apenas*, condicionando-o 4 vezes, como em (137);
- ✓ O pronome relativo *cujo*, atraindo-o 1 vez, como em (138);
- ✓ A preposição *de* atraiu-o 10 vezes, como em (139);
- ✓ O advérbio *onde*, atraindo-o 4 vezes, como em (140);
- ✓ A preposição *por*, como em (141);
- ✓ A conjunção negativa *nem*, como em (142);
- ✓ A conjunção subordinativa *se*, atraindo-o 2 vezes, como em (143);
- ✓ As frases interrogativas, atraindo-o 5 vezes, como em (144);
- ✓ O advérbio aspectual *já*, *ao* atrai-lo 2 vezes, como em (145);
- ✓ A conjunção subordinativa causal *porque*, atraindo-o 3 vezes, como em (146);

²⁴ Cf. Anexo relativo ao clítico *se* no Jornal Público.

- ✓ A conjunção subordinativa temporal *quando*, condicionando-o 10 vezes, como em (147);
- ✓ Os indefinidos/ negativas *nenhum* e *ninguém* atraíram ambas 1 vez, como em (149).

Contudo, além desses condicionadores, o advérbio exclusivo *só* também atraiu o clítico *se* 3 vezes, como em (150); a locução conjuncional final *para que* atraiu-o 1 vez, como em (151); os advérbios *nada* e *nunca*, como em (185) e (153), atraíram-no ambos 2 vezes. Seguidamente, a expressão *toda* condicionou-o 2 vezes, como em (154), ao passo que o relativo *quem* condicionou-o 1 vez, como em (155) e o relativo *qual* condicionou-o também 1 vez, como em (156). Finalmente, as expressões *tão pouco*, como em (157) e *jamais*, como em (158), foram responsáveis pela próclise deste clítico em 2 frases. Ao todo, o clítico *se*, no *corpus* do Público, apresenta um valor global de 205 ocorrências na próclise.

(132) A presunção de inocência e o segredo da justiça são um interruptor que se liga ou se desliga consoante a nossa simpatia.

(133) como se previa.

(134) Ou os senhores se põem finos ou nós não pagamos.

(135) Em troca têm um primeiro-ministro demitido, mas que não se vai embora.

(136) Conheço quem lê para se indignar ou saber reagir.

(137) Na verdade, a extinção da sobretaxa, divulgada sob a azáfama mediática e social, apenas se extingue em 2017.

(138) na aquisição de combustíveis – cujos principais destinatários se cingem a empresas do sector do transporte público de passageiros.

(139) deixou de se renovar.

(140) onde se inclui a liberdade de imprensa.

(141) Sendo, apenas, possível compreender a bondade da medida por se querer beneficiar, agora, um sector fustigado.

(142) Nem se argumente, aqui, com o aumento – percentual – da taxa aplicada aos bens de primeira necessidade.

(143) (a) É uma gigantesca mentira, ou, se se quiser, um derradeiro recurso de quem não tem mais nada para dizer.

(b) A grande questão é saber se a Europa ainda tem força para reagir, ou se se deixará arrastar pelos acontecimentos.

(145) Como se reutilizam manuais riscando-os?

(146) (a) espanto e incredulidade mesmo de quem já se habituou a tudo.

(b) E o texto que sai sobre isto na *New Yorker*, quando já se sabe que o atleta vandalizou e mentiu.

(147) O regime aceita os planos negociados porque se diverte mais assim.

(148) O problema não são as histórias sobre os problemas do Brasil e sim a sobrançeria que ocorre na metade superior do planeta, quando se trata do Brasil.

(149) (a) Na prática, nenhum dos quatro se quer mover demasiado por medo de perder para os seus rivais imediatos.

(b) Espero que ninguém se lembre de a expurgar desses horrores.

(150) A História só se corrige no futuro, não no passado.

(151) Longa tem de ser a aprendizagem do diálogo no interior da Igreja, para que toda ela se confronte.

(152) Nada se discutia nunca sobre a Síria.

(b) (...) nada se altere na forma de intervenção do Estado no sector.

(153) nunca se licenciou na universidade.

(b) Nunca se qualificaram para os Jogos.

(154) Nos dias em que toda a gente se indignou contra a mentira.

(155) quase sempre sem saber de quem se trata.

(156) O discurso do novo Presidente americano deve, a esta hora, estar a ser lido e relido à lupa, à procura de uma palavra, de uma linha à qual a Europa se possa agarrar para evitar reconhecer o inevitável.

(157) E tão pouco se aproxima dos países latinos europeus como a França (1169 medalhas), Itália (605), Espanha (148), Roménia (306) ou ainda da Holanda (195) ou Bélgica (164) – estes dois últimos com populações próximas da portuguesa.

(158) Na verdade, o brasileiro jamais se interessou pelos esportes clássicos dos Jogos Olímpicos.

Dada a complexidade de ocorrência deste clítico, apresenta-se, abaixo, uma tabela contendo a síntese de informação sobre os atratores condicionadores de próclise e o número de vezes que estes o atraíram.

Tabela 23: Tabela nossa. Condicionadores do clítico se na posição de próclise, nos textos do Público

clítico se	
atratores	ocorrências
que	100
como	6
ou	4
não	28
para	8
apenas	4
cujo	1
de	10
onde	4
por	1
nem	1
se	2
interrogativas	5
já	2
porque	3
quando	10
ninguém	1
nenhum	1
só	3
para que	1
nada	2
nunca	2
toda	2
quem	1
qual	1
jamais	1
tão pouco	1
total	205

Com base em tudo quanto foi dito e apresentado neste ponto, conclui-se que a próclise, no PE, é determinada por elementos morfossintáticos tal como descrito no ponto (2.1) do capítulo II, divergindo do PB, variedade em que a posição normal do clítico é a próclise.

3.1.2. Ênclise

O Português Europeu é uma língua enclítica, ou seja, nesta variedade, os clíticos surgem na posição pós-verbal, quando na frase não se registam elementos que funcionem como condicionadores de próclise. Sobre este aspecto, e com base no que se verificou na análise dos *corpora* dos dois jornais anteriores, o PA coincide com o PE e ambos são divergentes do PB. Na posição de ênclise, o clítico *me*, no Jornal Público, surge 16 vezes no *corpus*, sendo 15 ocorrências em frases raiz e 1 em frase infinitiva, conforme a tabela abaixo.

Tabela 24: Tabela nossa. Ocorrência do clítico *me* na ênclise, nos textos do Público²⁵

Clítico <i>me</i> na ênclise	
Frases raiz	<ol style="list-style-type: none">1. Lembrei-me de Santa Paciência quando ouvi Assunção Cristas.2. Lembrei-me da Santa Paciência ao ouvir o deputado do PSD Duarte Pacheco.3. Louçã dá-me uma verdadeira coça de responsabilidade institucional.4. Lembro-me, por exemplo, em 2009 ele sugerir à justiça portuguesa para “procurar nas 61 mil.5. Lembro-me de em 2008 ter defendido a saída de Dias Lourenço do Conselho de Estado, na sequência de uma notícia do PÚBLICO.6. Lembro-me de em 2007 ele ter criticado um jantar em defesa da Bragaparkes.7. Lembro-me de em 2011 ter afirmado que “Cavaco Silva era um dos donos do.8. Recordo-me de nessa altura ter discordado publica e repetidamente da abordagem seguida pelo Governo.9. ‘Faça-me um castelo para amanhã’ e amanhã o castelo está feito.
Frase infinitiva	<ol style="list-style-type: none">1. Foi a exclamação de um amigo ao mostrar-me, numa rua do Porto, a primeira página do jornal, Le Monde.

Por sua vez, o dativo *lhe* surge 11 vezes na ênclise, distribuídas da seguinte maneira: 2 ocorrências em frases coordenadas, 4 em frases infinitivas e 5 em frases raiz, tal como a tabela abaixo espelha.

²⁵ Cf. Anexo relativamente ao clítico *me* no Jornal Público.

Tabela 25: Tabela nossa Ocorrências do clítico *lhe* na ênclise no Jornal Público

Clítico “ <i>lhe</i> ”	
Frases coordenadas	<ol style="list-style-type: none"> 1. Como não conseguia ver nada, levantou-se, foi sentar-se na cadeira à frente do elefante e disse-lhe. 2. E por falar em eleição — não, não é muito provável que Martin Schulz ganhe nos votos contra Angela Merkel. Mas as sondagens são-lhe mais simpáticas do que a qualquer outro social-democrata.
Frases infinitivas	<ol style="list-style-type: none"> 1. Não têm nada a apontar-lhe. 2. Que uma personagem tão caricatural, execrável e inverosímil como Donald Trump possa aspirar a ser Presidente da maior potência ocidental – e arraste atrás de si tantos milhões de eleitores, embora insuficientes, felizmente, para garantir-lhe a vitória. 3. Obama tentou passar-lhe o testemunho. 4. (...) Freire decidiu responder-lhe de improviso.
Frases raiz	<ol style="list-style-type: none"> 1. dê-lhe poder. 2. chamemos-lhe o Troloceno. 3. A colunista chama-lhe a reencarnação da TINA. 4. Os refugiados custaram-lhe (e ainda bem) uma boa dose de capital político. 5. A presença de Espanha deu-lhe uma consistência fundamental.

Ainda no *corpus* do Público, registam-se 3 ocorrências do dativo *lhes* na posição enclítica, tendo ocorrido em dois contextos: 2 em frases infinitivas, como em (159) e 1 na frase raiz, como em (160).

(159) (a) A forma correta de responder é dizer-lhes: (...).

(b) O Presidente vai continuar a dar-lhes motivos (...).

(160) Trump dá-lhes uma alma nova.

Quantos aos acusativos, o clítico *lo* surge 10 vezes no *corpus*, ao passo que *la* surge 6 vezes. Mais abaixo desses números, consta o clítico *los*, com 3 ocorrências no *corpus*.

O clítico *las* ocupa a última posição em termos de frequência, ao ocorrer apenas 1 vez. Apesar de estes clíticos surgirem nas formas verbais terminadas em *r* (forma do infinitivo), classificaram-se, aqui, como sendo frases raiz, dado o desaparecimento daquela desinência que marca a forma infinitiva do verbo.

Tabela 26: Tabela nossa. Contextos dos clíticos *lo, la, los e las* no *Jornal Público*

Clítico “lo”	
Frases raiz	<ol style="list-style-type: none"> 1. É, aliás, por termos demorado tanto tempo a realizá-lo que Sócrates chegou aonde chegou. 2. Querer corrigir a História é tarefa vã; querer fazê-lo em nome de uma suposta maior clarividência política e superioridade moral é insensato. 3. O meu pai lia muito e lia todos os livros até ao fim, mesmo os que ele achava – ou eram mesmo - maus. Gostava de enchê-los de correcções e de contra-argumentos. 4. Na cultura política americana quem manda é o Presidente e nenhum dos membros do seu governo ousa desafiá-lo, mesmo que pense de forma diferente. 5. Dizer que vêm aí tempos muito difíceis tornou-se tão óbvio que é redundante afirmá-lo. 6. Mas a França também sabe que já não tem força política para liderar este caminho (ou outro qualquer), se não for possível partilhá-lo com a Alemanha. 7. Diz o mesmo autor que se limitaram a escutá-lo polidamente. 8. (...) não se oponham de modo adequado a removê-lo.
Frases coordenadas	<ol style="list-style-type: none"> 1. (...) mas não se pode ter Jon Lee sempre, cloná-lo para estar em vários pontos do globo. 2. Então, o Governo terá a escolha entre dois caminhos: mantendo o seu programa, reafirmar o compromisso dos 600 euros e retirá-lo das negociações com o patronato, que de outras coisas se ocupará.
Clítico “la”	
Frases coordenadas	<ol style="list-style-type: none"> 1. Já sei que haverá quem venha defender esta solução e achá-la a melhor dentro do possível. 2. Fez birra e passou a fazê-la da pior forma possível. 3. (...) com o liberalismo que inspirou a ordem americana, e até dispostos a questioná-la abertamente. 4. (...) cedendo a algumas das suas bandeiras xenófobas; ou resolve combatê-la de frente em nome dos valores europeus.
Frases raiz	<ol style="list-style-type: none"> 1. Foi assim que me achei a lê-la no aeroporto de Frankfurt.

Frase interrogativa	1. Suscita consenso. Porque teimam em desrespeitá-la?
Clítico “los”	
Frases raiz	1. Pistoleiros de gatilho rápido, nem vê-los. 2. Gostava de enchê-los de correcções e de contra-argumentos. 3. Vai torná-los mais pequenos.
Clítico “las”	
Frase raiz	1. Não só porque está obrigado a ganhá-las, uma vez que a renovação da maioria absoluta pelo PS-Açores.

A forma *no* apenas surge 2 vezes nos textos de opinião do Jornal Público, numa única frase. Trata-se de frase coordenada, como em (191). Todavia, as formas *na* e *nas* não se registam nos textos em análise.

(161) O ministro “mentiu”. Demitam-no ou prendam-no.

O clítico *nos* surge no *corpus* 11 vezes. Os informantes usaram-no em frases infinitivas, coordenadas e em frases raiz, conforme a tabela abaixo.

Tabela 27: Tabela nossa. Contextos de ocorrências do clítico nos no Jornal Público

Clítico “nos”	
Frases raiz	1. Sendo inevitável questionarmo-nos. 2. (...) O partido xenófobo AfD na Alemanha dá-nos todas as pistas de que precisamos. 3. O Presidente Trump obriga-nos a ser mais autónomos. 4. (...) preparemo-nos. 5. (...) começarmos a aproximar-nos das metas europeias.
Frase coordenada	1. (...) os alunos usam os manuais nos próximos nove meses e entregam-nos em bom estado às escolas no fim do ano lectivo. 2. (...) recusar o nacional-populismo e firmar-nos.
Frase infinitivas	1. Permitam, a breve prazo, começarmos ²⁶ a aproximar-nos das metas europeias.

²⁶ No *corpus* em questão, a palavra “começarmos” está escrita de forma errada, como aqui transcrevemos entre parênteses (começar-mos).

O acusativo *a* surge 2 vezes no *corpus* na posição de ênclise e nos seguintes casos: 1 ocorrência em frase raiz, como em (162), 1 em frase coordenada, como em (163).

(162) Escreveu-a no dia 20.

(163) separei essa página antes de embarcar, e guardei-a dentro do meu romance de bolso estado-unidense.

Na posição de ênclise, o clítico *se* também apresenta um grande número de ocorrências. O mesmo regista 74 ocorrências em frases raiz, como no exemplo em (164), 13 ocorrências em frases coordenadas, como em (165), 24 ocorrências em frases infinitivas, como em (166) e 7 ocorrências em frases gerundivas, como no exemplo descrito em (167).

Por fim, registaram-se 6 ocorrências do clítico *se* nas frases interrogativas, do tipo descrito em (168).

Em termos percentuais, as frases raiz representam 60% do valor global, as frases infinitivas 19%, as frases coordenadas representam 10%, as frases gerundivas têm uma percentagem de 6%, ao passo que, em última posição, constam as frases interrogativas, ao representarem 5% do valor global.

(164) Em relação à direita portuguesa, permite-se ser Louçã, o revolucionário.

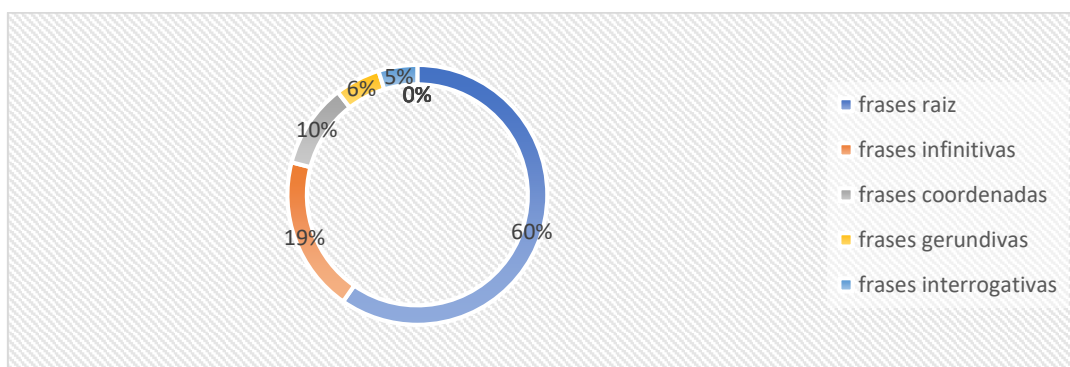
(165) Portugal parou e deixou-se ultrapassar.

(166) Infelizmente, esse distúrbio tem vindo a difundir-se no sector da energia ao longo desta década.

(167) António Costa conseguiu, aliás, manter a austeridade, demarcando-se da estratégia e das opções identificadas com o anterior Governo PSD-CDS.

(168) Estará Louçã a aburguesar-se?

Gráfico 6: Gráfico nosso. Informações sobre os valores percentuais do clítico se em frases raiz, infinitivas, coordenadas, gerundivas e interrogativas nos textos do *Jornal Público*



A partir do acima exposto, conclui-se que, no PE, a ênclise é observada nas frases afirmativas do tipo raiz, infinitiva, coordenada e gerundiva, a menos que hajam proclisadores que obriguem o clítico a mudar para a posição pré ou intra-verbal. Neste sentido, o PA aproxima-se do PE e ambos são divergentes do PB.

2.1.3. Mesóclise

O PE é a variedade do português que apresenta maior “homogeneidade”, não só devido à situação social da maioria dos falantes, mas também devido à própria geografia do território português, como salientado no ponto intitulado “Português, língua pluricêntrica”.

Apesar disso, a variedade europeia também se encontra em transformação em todos os níveis da língua, com realce para a sintaxe, na medida em que determinadas estruturas vão desaparecendo, dando espaço a outras, como é o caso da posição mesoclítica que se encontra em perda, sendo-se substituída pela ênclise.

Num total de 60 textos do *Jornal Público*, apenas se registaram 2 ocorrências de clíticos na posição mesoclítica, número que comprova a perda desta posição no português escrito e formal (jornalístico).

Em (169), o verbo *ver* encontra-se conjugado no futuro e o clítico *me* está entre a raiz e a desinência verbal; em (170), o clítico *se* está nesta posição numa forma do condicional.

(169) Ao lerem o seu texto, ver-me-ão acusado de populismo.

(170) Governantes adultos e com ética mínima limitar-se-iam a estabelecer o faseamento dessa entrada, usando a lista nacional de graduação dos professores.

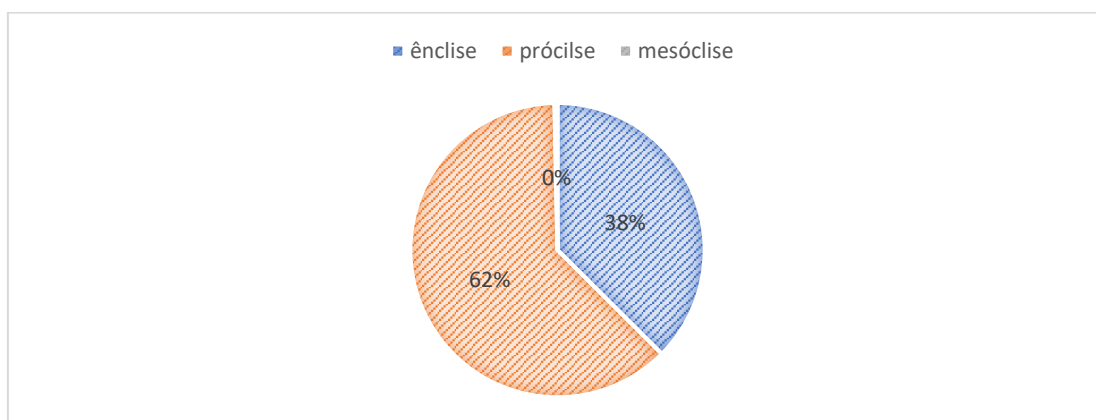
Vejam-se os resultados de ocorrências dos clíticos na tabela abaixo:

Tabela 28: Tabela nossa. Ocorrências dos clíticos no Jornal Público

Clíticos no jornal público				
	ênclise	próclise	mesóclise	Total
me	16	19	1	36
te	0	0	0	0
se	124	205	1	330
lhe	11	35	0	46
lhes	3	11	0	14
nos	11	24	0	35
vos	0	1	0	1
o	3	22	0	25
a	2	5	0	7
os	0	0	0	0
as	0	1	0	1
lo	10	0	0	10
la	6	0	0	6
los	3	0	0	3
las	1	0	0	1
no	2	0	0	2
total	192	323	2	517

Observem-se os dados do gráfico abaixo:

Gráfico 7: Gráfico nosso. Valores percentuais de ocorrências dos clíticos, distribuídos nas posições de ênclise, próclise e mesóclise



4. Comparação de ocorrências entre os três periódicos

Para concluir este capítulo, importa apresentar, em quadro síntese, os resultados numéricos e percentuais relativos ao uso dos clíticos nos três periódicos. Além disso, também serão apresentados os aspectos divergentes e convergentes em relação ao emprego e seleção dos clíticos.

4.1. Seleção e posição

No tocante à seleção e ao emprego de clíticos, registou-se um total de 1417 ocorrências, sendo 440 no Jornal de Angola, 464 no Jornal Globo e 517 no Jornal Público.

As tabelas abaixo demonstram estas ocorrências.

Tabela 29: Tabela nossa. Valor total de ocorrência dos clíticos nos três periódicos

clítico	Jornal de Angola			Jornal Globo			Jornal Público			total
	Ênc	pró	mes	êncl	prócl	mes	êncl	prócl	mes	
me	10	5	0	8	25	0	16	19	1	83
te	0	0	0	1	1	0	0	0	0	2
lhe	6	17	0	4	8	0	11	35	0	78
lhes	1	10	0	4	0	0	3	11	0	29
nos	9	14	0	5	40	0	11	24	0	103
vos	0	1	0	0	0	0	0	1	0	2
a	2	4	0	2	2	0	2	5	0	18
as	0	1	0	0	4	0	0	1	0	6
o	4	17	0	3	13	0	3	22	0	62
os	0	6	0	0	5	0	0	0	0	11
se	114	200	1	104	202	1	124	205	1	952
no	4	0	0	0	0	0	2	0	0	7
na	2	0	0	0	0	0	0	0	0	2
lo	6	0	0	14	0	0	10	0	0	29
la	4	0	0	8	0	0	6	0	0	17
los	2	0	0	7	0	0	3	0	0	12
las	0	0	0	3	0	0	1	0	0	4
total	164	275	1	163	300	1	192	323	2	1421

Tabela 30: Tabela nossa. Posição dos clíticos nos três periódicos, quanto à posição

Ocorrência dos clíticos nos periódicos				
<i>Corpus</i>	Ênclise	Próclise	mesóclise	Total
Jornal de Angola	164	275	1	440
Jornal Globo	163	300	1	464
Jornal Público	192	323	2	517

A partir da tabela 30, percebe-se que os Jornais de Angola e Globo apresentam os mesmos valores de ocorrência de clíticos na posição de mesóclise. Nesta posição, o Público registra 2 ocorrências do clítico, número que também não é relevante.

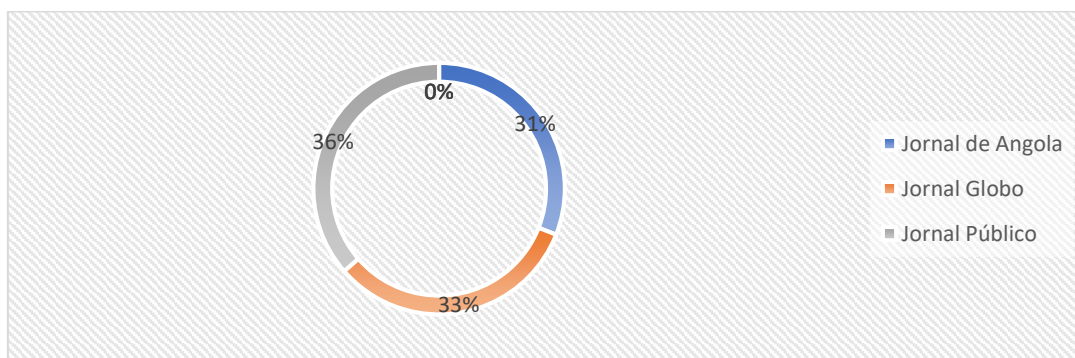
No que diz respeito à próclise, há maior registo de clíticos nos textos do Público. Em segundo lugar, está o Jornal de Angola, com mais 1 ocorrência em relação ao Jornal Globo, embora os números estejam muito próximos e bem representativos. Na posição enclítica, há mais ocorrências nos textos do Público. Depois, seguem-se os números do Globo e, em última posição, estão os resultados do Jornal de Angola.

A tabela e o gráfico abaixo traduzem esta comparação de ocorrências.

Tabela 31: Tabela nossa. Valor total em cada periódico

Clíticos nos periódicos	
Jornal de Angola	440
Jornal Globo	464
Jornal Público	517
Total	1421

Gráfico 8: Valor percentual de clíticos em cada periódico



Além destas comparações numéricas e percentuais, importa descrever, aqui, as principais divergências e convergências verificadas no tocante aos critérios gramaticais de colocação destes elementos morfológicos nas três variedades em comparação, com base na análise efetuada no *corpus* dos periódicos. Assim sendo, conclui-se que:

- ✓ As três variedades em comparação selecionam os clíticos *me, se, nos, lhe, lhes, o, a, os, as, lo, la, los* e *las*, exceptuando a VAP, na qual não ocorre, em circunstância alguma, o clítico *las*.
- ✓ As formas *no* e *na* não se registaram no *corpus* do Jornal Globo enquanto pronomes clíticos.
- ✓ Nos textos formais do PE e do PA, os informantes não fazem recorrência ao clítico *te*, por corresponder a um clítico de tratamento informal, mas o PB faz uso deste clítico;
- ✓ A forma *vo* não faz parte do quadro pronominal das três variedades representadas no *corpus*;
- ✓ O clítico *vos* ainda apresenta “sinais de vida” no quadro pronominal do PE e do PA, mas, no PB, este pronome já desapareceu. No entanto, dada a sua pouca representatividade nos periódicos do PE e PA, nestas variedades, este clítico seguirá o caminho trilhado pelo PB;
- ✓ Os grupos de clíticos (*ma, mo, mas, mos, to, ta, tos, tas, lho, lha, lhos* e *lhas*), resultantes das combinações entre dativos e acusativos, não se registaram no *corpus* dos três periódicos, o que leva a crer que se trata de clíticos em progressivo desuso no Português atual;
- ✓ No PB, verificou-se a existência de *lheísmo*, isto é, a ocorrência do clítico dativo *lhe* como acusativo, caso divergente das duas outras variedades (PE e PA);
- ✓ O PE faz uso do redobro de clítico, comportamento pronominal não ocorrente no PA e no PB, divergindo, assim, dessas duas variedades;
- ✓ No PA, as formas pronominais *li/lis*, próprias da oralidade, quer como dativo quer como acusativo, não fazem parte, obviamente, da modalidade escrita;

- ✓ Nos textos jornalísticos angolanos, o clítico *se* não é usado como sendo de primeira e segunda pessoas, mas apenas como pronome de terceira, coincidindo com o PE e afastando-se das tendências do PA oral.

No tocante à posição de clíticos, há dois pontos comuns entre as três variedades: (i) os clíticos pronominais localizam-se sempre na posição adjacente a um “hospedeiro” e (ii) a mesóclise é uma posição sem muita expressividade no português contemporâneo, comparativamente à ênclise e próclise.

Apesar de haver essa convergência entre ambas, registaram-se, no *corpus*, muitas divergências, tais como:

- ✓ A ênclise é o padrão de colocação de clíticos no PE e no PA, mas não no PB, variedade cujo padrão de colocação dos clíticos é a próclise;
- ✓ No PB, observa-se a próclise em casos em que o PE e o PA selecionam a mesóclise;
- ✓ No PE e no PA, a ênclise ocorre, normalmente, em frases afirmativas do tipo raiz, infinitiva, coordenada e gerundiva. No entanto, no PB esta posição parece ser aleatória.
- ✓ Em conjugações perifrásticas (verbo auxiliar + principal), o PE e o PA elegem a ênclise no verbo principal ou no auxiliar. Porém, o PB elege a próclise no verbo principal, divergindo das duas variedades em comparação;
- ✓ Nos textos de opinião do Jornal de Angola, registaram-se casos de uso da próclise sem proclisadores na oração, bem como de ênclises em contexto em que o PE obriga à próclise. Neste uso diverge o PA do PE mas aproxima-se do PB.
- ✓ Por fim, não há redobro de clíticos no PA nem no PB, característica observável apenas no PE.

4.2. Hipóteses de padrões de colocação no PA

Embora a literatura existente sobre os clíticos no Português de Angola sustente que, relativamente à posição dos clíticos, o PA se aproxima mais ao PB (cf. capítulo II desta dissertação), da análise efetuada nos *corpora* do Jornal de Angola, Público e Globo, conclui-se que o Português Angolano formal, quanto à seleção e à colocação

de clíticos, assemelha-se aos padrões consagrados no PE, distanciando-se dos padrões de colocação dos clíticos no PB e das tendências da oralidade em curso em Angola.

O Português Angolano é enclítico como o Português Europeu e, nesta posição, os clíticos surgem, na maioria dos casos, em frases afirmativas raiz, infinitivas, coordenadas e gerundivas, confirmando a hipótese (i) levantada no início desta dissertação.

A próclise no PA formal apenas se verifica em contextos em que surgem proclisadores, tais como no PE. No entanto, os contextos de próclise que mais sobressaem são os seguintes (Martins, 2013; 2016):

- ✓ Orações subordinadas (relativas, temporais, causais, etc.);
- ✓ Orações introduzidas pelas expressões negativas, tais como não, nunca, ninguém, nenhum;
- ✓ Quantificadores (tudo, toda, algum, alguma, pouco, muito, ambos, mesmo, qualquer, quase, etc.);
- ✓ Marcadores de foco: inclusivos (até, também, mesmo), exclusivos (até, só, somente, logo, antes), aspetuais (ainda, quase, já, talvez);
- ✓ Marcadores de ênfase (bem, até, sempre, aí, aqui, logo, já);
- ✓ Advérbios focalizadores (ali, aqui, cá);
- ✓ Frases interrogativas QU²⁷;
- ✓ Algumas preposições, por exemplo *de*, *em*, *para* e *por*.

No entanto, o clítico nas orações subordinadas introduzidas por estas preposições tem, no português de Angola, o uso semelhante ao verificado no PE. Segundo Martins (2016: 408), o clítico neste tipo de orações tem uma posição opcional, em função de cada preposição (cf. o exemplo apresentado em (81a) e que aqui se reproduz em (171), no qual o informante usou o clítico na próclise devido à presença da preposição *de*).

(171) (...) os benefícios da modernidade, da pós-modernidade e da tradição – e depois de os obter, recusá-los todos.

Como se nota, o padrão de colocação de clíticos no PA é semelhante ao padrão consagrado na norma do PE, o que leva a afirmar que a variedade culta em formação tende a seguir os processos de clitização do PE e não do PB.

²⁷ As interrogativas totais levam o clítico para a ênclise.

Os textos jornalísticos angolanos demonstram divergências relativamente ao modo oral do PA, o que significa que a colocação dos clíticos verificada na oralidade não servirá para a caracterização da modalidade escrita formal dessa variedade.

Finalmente, embora os textos jornalísticos angolanos reflitam a norma de colocação de clíticos do PE, existem, contudo, “desvios” quanto à colocação, o que confirma as hipóteses (iii) e (iv) levantadas no trabalho.

4.3. Para uma caracterização do Português de Angola

O quadro pronominal do Português Angolano, assim como o do PE e o do PB, apresenta perdas e ganhos. No PA em formação, apesar da influência do PE, não existem contrações pronominais. No entanto, apenas com base em estudos históricos comprovar-se-á se, de facto, estas combinações já existiram ou nunca pertenceram na “História Pronominal do Português de Angola”.

Com efeito, o PA caracteriza-se por não apresentar, no seu quadro pronominal, a forma *vo*, estando em vias de extinção o clítico *vos*.

No PA em formação há formas pronominais próprias do discurso oral, sobretudo no das populações menos escolarizadas, formas essas que não surgem nos textos jornalísticos. Desta constatação, conclui-se que os textos jornalísticos angolanos refletem a influência do PE, distanciando-se das tendências da oralidade dos falantes angolanos, razão por que, no *corpus*, não se registou o *lheísmo*.

Por conseguinte, a forma despalatalizada ou regredida *li*, quer como dativo quer como acusativo, também não se regista no *corpus* escrito, sendo apenas um clítico confinado à oralidade nas camadas mais desfavorecidas da população e, neste sentido, não serve para caracterizar o padrão de clíticos do PA formal. Neste emprego dos clíticos obedece aos critérios de concordância de pessoa-número. O clítico *se* de terceira pessoa, em circunstância alguma no *corpus*, foi usado como se fosse da primeira ou segunda pessoas, marca essa que só serve para caracterizar o PA informal e não o formal, escrito, usado na imprensa (*vou-se encontrar com o José e o André – PA oral e informal).

Em síntese, o PA escrito, quanto ao uso dos clíticos, é caracterizado por duas posições – a enclítica e proclítica –, sendo que a primeira é a posição básica e a segunda é condicionada por factores de ordens morfossintática e prosódico. No entanto, apesar disso, verificam-se alguns “desvios” em relação à norma europeia. A posição mesoclítica, no PA, encontra-se em perda.

CONCLUSÃO

Assente na Linguística de *Corpus*, esta investigação procurou comparar as ocorrências dos pronomes pessoais clíticos do Português de Angola com as do PE e do PA.

Com base em textos de opinião de três periódicos (Jornal de Angola, Jornal Público e Jornal Globo), datados de finais de 2015 a princípios de 2017, verificaram-se as ocorrências destes elementos clíticos, tendo-se chegado às seguintes conclusões:

- a) Os clíticos no Português de Angola (variedade formal) seguem as regras de colocação e seleção de clíticos consagradas no Português Europeu.
- b) Nas três variedades em apreço, nota-se uma convergência: por um lado, as posições de ênclise e a próclise são as mais comuns; por outro, a mesóclise, embora caracterize o PE culto ou formal, não tem representatividade no nosso *corpus* e, muito menos, nos *corpora* do PB e do PA.
- c) Os clíticos pronominais estão muito representados nos textos escritos do Português das três variedades em confronto na dissertação. Os mais comuns são os clíticos *se*, *nos* e *me*;
- d) O clítico *te* não é usado nos textos dos Jornais de Angola e Público, pelo facto de os informantes o considerarem um pronome de tratamento informal ou devido aos assuntos tratados. No entanto, no periódico referente ao Português do Brasil este clítico é usado;
- e) No quadro pronominal do Português de Angola, do Português Europeu e do Português Brasileiro, há perda de clíticos. Por exemplo, os grupos de clíticos já não são muito comuns no português atual. Por outro lado, a forma clítica *vos* já deixou de ser usada nos textos formais do PB, perda essa que também está em curso nos quadros pronominais do Português Europeu e Angolano;
- f) O clítico *lhe* e *lhes*, nos textos jornalísticos do Português do Brasil, além de ser usado como dativo, também funciona como acusativo, divergindo do PE e do PA.

Como se vê, os clíticos constituem um tópico bastante pertinente para o estudo das “Variedades Africanas do Português” (Gonçalves, 2013), variedades que ainda carecem de estudos sobre a estrutura e o funcionamento dos demais aspectos da língua, motivo por que um estudo contrastivo das variedades consolidadas e as variedades emergentes seja de maior importância, tanto em relação às variedades cultas como em relação às variedades sociolinguisticamente mais heterogêneas.

O Português formal escrito em Angola difere bastante, no tocante aos clíticos, dos padrões de colocação e seleção do PB, muito embora existam traços partilhados como se viu no capítulo III. Neste sentido, qualquer caracterização dos padrões de colocação no Português Angolano terá de levar em consideração, como ponto de partida, os padrões do PE, sem excluir os padrões do PB, inclusive os registados no Português Popular Brasileiro. Porém, é clara a existência de uma escrita jornalística formal que, em matéria de clíticos, reflete essencialmente o PE.

BIBLIOGRAFIA

ADRIANO, Paulino Soma (2014), *Tratamento Morfossintático de Expressões e Estruturas Frásicas do Português de Angola: divergência em relação à norma*. Évora: Universidade de Évora. Tese de Doutoramento em Linguística.

AZEREDO, José Carlos de (2014), *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*. São Paulo: Publifolha.

BAGNO, Marcos (2007), *Preconceito Linguístico*, 48ª edição. São Paulo: edições Loyola.

BARROS, Agnela (2002), ‘A Situação do Português em Angola’. In Mateus, Maria Helena Mira (coord.), *Uma Política de Língua para o Português*. Lisboa: Colibri, pp. 35-44.

BATORÉO, Hanna e CASADINHO, Margarida (2009), ‘O Português – uma Língua Pluricêntrica: O Caso de Timor-Leste’, *Revista Portuguesa de Humanidades, Estudos Linguísticos*, nº 13-1. Braga: Universidade Católica Portuguesa de Braga, pp. 63-79.

BECHARA, Evanildo (2001), *Moderna Gramática Portuguesa*, 37ª edição. Rio de Janeiro: Lucerna.

----- (2003), *Gramática Escolar da Língua Portuguesa: para o ensino e cursos preparatórios*. Rio de Janeiro: Lucerna.

BLACK, Carla Marisa Faria (2014), *Proposta de um Dicionário Virtual do Português de Angola Como Ferramenta de Análise Vocabular de Textos Literários Angolanos*. Lisboa: Universidade Aberta. Tese de doutoramento.

CAMBUTA, José (2014), *A Formação de Verbos no Português de Angola: para um estudo comparativo entre o Português Europeu e o Português de Angola*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Dissertação de Mestrado.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de (2010), *Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Contexto.

------(2015), ‘Língua Portuguesa e Política Linguística: o ponto de vista brasileiro’. In Moreira, Adriano *et. al.* *A Língua Portuguesa: Presente e Futuro*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 193-222.

CASTRO, Ivo (2006), *Curso de História da Língua Portuguesa*. Lisboa: Colibri.

CATALÃO, Maria Florentina Charneca (2011), *Os Padrões de Uso dos Pronomes Pessoais Átonos em Português Europeu. Estudo realizado nos anos terminais dos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico, com propostas de didactização*. Évora: Universidade de Évora. Dissertação de Mestrado.

CÉSAR, Gina Rosa (2014), *O Uso dos Pronomes Clíticos em Textos do Ensino Secundário e Universitário em Nampula*. Aveiro: Universidade de Aveiro. Dissertação de Mestrado em Línguas, Literaturas e Culturas, disponível em:

<https://ria.ua.pt/bitstream/10773/14226/1/o%20uso%20de%20pronomes%20cl%C3%ADticos%20em%20textos%20de%20ensino%20secund%C3%A1rio%20e%20universit%C3%A1rio%20em%20Nampula.pdf>.

CHICUNA, Alexandre Mavungo (2015), *Portuguesismos nas Línguas Bantu: para um dicionário Português-Kiyombe*. Lisboa: Colibri.

COSTA, Teresa Manuela Camacha (2015), *Umbundismos no Português de Angola: Proposta de um dicionário de umbundismo*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Tese de doutoramento.

CUNHA, Celso e CINTRA, Lindley (2005), *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, 18ª edição. Lisboa: José Sá Costa.

DIETRICH, Wolf e NOLL, Volker (2004), *O Português do Brasil: perspectivas da pesquisa atual*. Madrid: Ibereroamericana.

DUARTE, Inês (2000), *Língua Portuguesa – Instrumentos de Análise*. Lisboa: Universidade Aberta.

DUBOIS, Jean *et. al.* (1973), *Dicionário de Linguística*. São Paulo: Cultrix.

ENDRUSCHAT, Annette e SCHMIDT-RADEFELDT, Jurgen (2015), *Introdução Básica à Linguística do Português*. Lisboa: Colibri.

FARACO, Carlos Alberto (2016), *História Sociopolítica da Língua Portuguesa*. São Paulo: Parábola Editorial.

FARIA, Isabel Hub; PEDRO, Emília Ribeiro; DUARTE, Inês; GOUVEIA, Carlos A. M. (1996). *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*. Lisboa: Caminho.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda (1999), *Novo Dicionário Aurélio: O Dicionário da Língua Portuguesa*, 3ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

FILUSOVÁ, Radoslava (2012), *Difusão e Desenvolvimento do Português Vernáculo em Angola*. Masarikova Univerzita. Dissertação de Mestrado em Sociolinguística. Disponível em:

<https://is.muni.cz/th/342269/ff_b/Difusao_e_desenvolvimento_do_portugues_Angola_RF.pdf>.

GALLISSON, R e COSTE, D (1983), *Dicionário de Didática das Línguas*. Coimbra: Almedina.

GASPAR, Lisete, OSÓRIO, Paulo e PEREIRA, Reina (2012), *A Língua Portuguesa e o Seu Ensino em Angola*. Rio de Janeiro: Dialogarts.

GONÇALVES, Perpétua (2010), *A Génesse do Português de Moçambique*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

----- (2013), “O Português em África”. In Raposo *et. al.* *Gramática do Português*. Vol. I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 157-178.

----- (2015), *A Formação das Variedades Africanas do Português: argumentos para uma abordagem multidimensional*. In AA. VV. (2015), *A Língua Portuguesa: Presente e Futuro*. Lisboa: Gulbenkian, pp. 223-242.

IBAÑOS, Ana Maria *et. al.* (2015), *Pesquisa e Perspectivas em Linguística de Corpus*. São Paulo: Campinas. Disponível em:

<<http://www.mercado-de-letras.com.br/resumos/pdf-26-02-15-14-51-17.pdf>>.

INVERNO, Liliana (2009), *A transição de Angola para o português vernáculo: Estudo morfosintático do sintagma nominal*. In Carvalho, Ana M. (ed.), *Português em contato*. Madrid/Frankfurt: Iberoamericana/Editorial Vervuert. pp. 87-106.

JORDÃO, Geisa Maria Jayme (2007), *Pronomes Pessoais Rectos e Oblíquos: Formas em Competição*. Niterói: Faculdade de Letras da Universidade Federal Fluminense. Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa. Disponível em:

<http://www.bdt.d.ndc.uff.br/tde_arquivos/23/TDE-2008-02-25T114903Z-1319/Publico/Geisa%20Jordao-dissert.pdf>.

JOTA, Zélio dos Santos (1981), *Dicionário de Linguística*, 2ª edição. Rio de Janeiro: Presença/INL-MEC.

KADER, Cárta Callegar; RICHTER, Marcos Gustavo (2013), *Linguística de Corpus: possibilidades e avanços*. Universidade Federal de Santa Marta: Rio Grande do Sul. Disponível em:

«<https://instrumento.ufjf.emnuvens.com.br/revistainstrumento/article/view/2641/1903>».

LEIRIA, Isabel (1999), *Português língua segunda e língua estrangeira: investigação e ensino*. Departamento de Linguística Geral e Românica da Universidade de Lisboa: Lisboa. Disponível em:

<<http://cvc.instituto-.pt/idiomatico/03/portuguesLSeLE.pdf>>.

LOPES, Armando Jorge (2002), “O Português como Língua Segunda em África: problemáticas de planificação e política linguística”. In Mateus, Maria Helena Mira (coord.), *Uma Política de Língua para o Português*. Lisboa: Colibri, pp. 15-32.

LOBO, Maria (2010), “Dependências Referenciais”. In Raposo, Eduardo Paiva (2013), *Gramática do Português*. Vol. II. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 2177-2227.

MADEIRA, Ana Maria *et. al.* (2010), “Pronomes Clíticos na Gramática de Crianças Falantes de Crioulo”. In Marçalo, Maria João *et. al.*, *Língua Portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas*. Évora: Universidade de Évora. Disponível em:

<<http://www.simelp2009.uevora.pt/pdf/slg24/01.pdf>>.

MAPASSE, Ermelinda. (2007), *Clíticos Pronominais em Português de Moçambique*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Dissertação de Mestrado em Linguística Portuguesa. Disponível em:

<http://www.catedraportugues.uem.mz/lib/docs/mapasse2005_tese.pdf>.

MATEUS, Maria Helena Mira (2002), *Uma Política de Língua para o Português*. Lisboa: Colibri.

----- (2014), *A Língua Portuguesa: teoria, aplicação e investigação*. Lisboa: Colibri.

MATEUS, Maria Helena Mira *et. al.* (2003), *Gramática da Língua Portuguesa*, 6ª edição revista e aumentada. Lisboa: Caminho.

----- (1971), *A Linguística Sincrónica: Estudos e Pesquisas*. Trad. de Lilian Arantes. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

MARTINS, Ana Maria (1994), *Clíticos na História do Português*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tese de Doutoramento.

----- (1997), “«Alguns», «muitos», «poucos», «todos» e a relação sintaxe-semântica”. In Brito, Ana Maria *et. al.* (ed.), *Sentido que a Vida Faz: Estudos para Óscar Lopes*. Porto: Campo das Letras, pp. 679–692.

----- (2001), *Documentos Portugueses do Noroeste e da Região de Lisboa: Da Produção Primitiva ao Século XVI*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

----- (2013) “A Posição dos Pronomes Pessoais Clíticos”. In Raposo, Eduardo Paiva *et. al.*, *Gramática do Português*. Vol. II. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 2231-2301.

----- (2015), *Variação sintática no português quinhentista: a colocação dos pronomes clíticos*, Estudos de Linguística Galega 7, pp. 83–94.

----- (2016), “A Colocação dos Pronomes Clíticos em Sincronia e Diacronia”. In Martins, Ana Maria e Carrilho, Ernestina (eds), *Manual de Linguística Portuguesa*. Berlin/Boston: De Gruyter, pp. 401-430.

MELO, Gladstone Chaves de (1978), *Gramática Fundamental da Língua Portuguesa*, 3ª edição. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico.

MIGUEL, Afonso (2013). *A Referência Indeterminada do Sujeito e da Agente da Passiva em Português Europeu*. Luanda: Nzila.

MIGUEL, Maria Helena (2003), *A Dinâmica da Pronominalização no Português Falado em Luanda*. Luanda: Edições Chá de Caxinde.

MINGAS, Amélia (2000), *Interferência do Kimbundu no Português Falado em Lwanda*. Luanda: Edições Chá de Caxinde.

----- (2002), “Português de Angola: uma realidade”, in *XII Encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa*, Luanda.

----- (2002) “Ensino da Língua Portuguesa no Contexto de Angola”. In Mateus, Maria Helena Mira (ed.), *Uma política de língua para o português*, pp. 45-50. Lisboa: Edições Colibri.

MOURA, José de Almeida (2006), *Gramática do Português Actual*, 1ª edição. Lisboa: Lisboa Editora.

MOREIRA, Adriano *et. al.* (2015). *A Língua Portuguesa: Presente e Futuro*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

NARO, Anthony Julius e SCHERRE, Maria M. Pereira (2010), *Origens do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial.

NASCIMENTO, Maria Fernanda Bacelar do (sd), *O Lugar do Corpus na Investigação Linguística*. Lisboa: Centro de Linguística da Universidade de Lisboa.

NAUEGE, João Muteteca (2015), *Aquisição da Componente Lexical na Aprendizagem do Português Língua Segunda: especificidades do aluno angolano*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

NZAU, Domingos G. Ndele; VENÂNCIO, José Carlos e SARDINHA, Maria Da Graça D’Almeida (2013), *Em torno da consagração de uma Norma Angolana do Português: subsídios para uma reflexão*. Covilhã: Universidade da Beira Interior. Disponível em:

<http://www.revistalimite.es/volumen%207/09nzau.pdf>.

NZAU, Domingos Gabriel Ndele (2011), *A Língua Portuguesa em Angola. Um contributo para o Estudo da sua Nacionalização*. Covilhã: Universidade da Beira Interior. Tese de Doutoramento em Letras. Disponível em:

« http://www.catedraportugues.uem.mz/?_target_=lista-bibliografia-angola ».

PAGOTTO, Emílio Gozzo (2005), *Variedades do Português no Mundo e no Brasil*. Revista Ciência e Cultura, vol 57/nº2, São Paulo Apr./June. Disponível em:

http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252005000200017.

PEREIRA, Ana Luzia Dias (2006), *Os Pronomes Clíticos no PB Contemporâneo na Perspectiva da Morfologia Distribuída*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. Tese de doutoramento em Teoria e Análise Linguística. Disponível em:

<<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/88868/227968.pdf?sequence=1>>.

RAPOSO, Eduardo Paiva; NASCIMENTO, Maria Fernanda Bacelar do; MOTA, Maria Antónia Coelho da; SEGURA, Luísa; MENDES, Amália (2013), *Gramática do Português*, Vols. I e II. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

SANTOS, Diana (2016), *Português Internacional: alguns argumentos*, Linguateca e Universidade de Oslo. Disponível em:

<<http://www.linguateca.pt/Diana/download/Portugu%C3%AAsInternacional.pdf>>.

SARDINHA, Tony Berber (2000), *Linguística de Corpus: Histórico e Problemática (Corpus Linguistics: History and Problematization)*. São Paulo: LAEL, PUC-SP).

SARMENTO, Simone (2015), *Linguística de Corpus: Histórico, Metodologia, Campos de Aplicação*, Rio Grande do Sul: UFRGS. Disponível em:

<<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/140032/000779555.pdf?sequence=1>>.

SEGURA, Luísa (2013), “Variedades Geográficas da Língua Portuguesa”. In Raposo, Eduardo Paiva (2013), *Gramática do Português*. Vol. I. Lisboa: Fundação Colouste Gulbenkian, págs. 67-144.

SILVA, Soares da *et. al.* (2011), *Línguas Pluricêntricas: Variação Linguística e Dimensões Sociocognitivas. Pluricentric Languages: Linguistic Variation and Sociocognitive Dimensions*, Braga: Aletheia, Publicações da Faculdade de Filosofia da Universidade Católica Portuguesa.

SILVA, Rosa Mattos (2013), “O Português do Brasil”. In Raposo, Eduardo Paiva *et al.* (2013), *Gramática do Português*. Vol. I. Lisboa: Fundação Colouste Gulbenkian, pp. 145-153.

SILVA, Vítor de Aguiar e (2015). “Contributos para Uma Política da Língua Portuguesa”. In Moreira, Adriano et. al. *A Língua Portuguesa: Presente e Futuro*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp.25-36

TEIXEIRA, Eliana Sandra Pitombo (2008). *O Pronome Você no Português de Luanda*. in Lima-Hernandes, Maria Célia et al. (org). “A Língua Portuguesa no Mundo”. São Paulo: FFLCH-USP. Disponível em:

http://dlcv.fflch.usp.br/sites/dlcv.fflch.usp.br/files/03_9.pdf.

TEIXEIRA, Eliana Sandra Pitombo e ALMEIDA, Norma Lúcia Fernandes (2011), *A Indeterminação do Sujeito no Português Angolano*. Brasília: revista Papia, pág. 99-111. Disponível em: <http://www2.uefs.br/nelp/angola/arquivos/338.pdf>.

UNDOLO, Márcio (2016), *A Norma do Português em Angola: subsídios para o seu estudo*. Bengo: Escola Superior Pedagógica do Bengo.

VILELA, Mário (1995), *Algumas Tendências da Língua Portuguesa em África. Ensino e língua portuguesa: léxico, dicionário, gramática*. Coimbra: Almedina. pp. 45-72.

----- (1999), *A Língua Portuguesa em África: tendências e factos*. Africana Studia, pp. 175-195.

Outras referências

<https://pt.wikipedia.org/wiki/O_Globo>

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Jornal_de_Angola>

<[https://pt.wikipedia.org/wiki/P%C3%BAblico_\(jornal\)#Suplementos.2C_cadernos_e_.C3.A1reas](https://pt.wikipedia.org/wiki/P%C3%BAblico_(jornal)#Suplementos.2C_cadernos_e_.C3.A1reas)>.